

E D I T O R I A L

Mais uma edição da Revista Três Pontos é lançada, com nova leva de artigos, arte e trabalho dos discentes envolvidos na produção do periódico. Entramos no quinto ano de existência da Revista, que só chegou onde está graças à disponibilidade dos docentes, dos pareceristas, aos financiamentos institucionais e, principalmente, ao empenho dos graduandos, que colaboram de formas diversas: seja enviando artigos, participando do corpo editorial ou através do aparato do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.

Escrever o Editorial é oportunidade prima para agradecermos as várias contribuições e levantarmos alguns pontos para reflexão. Fica registrada, mais uma vez, a dívida que esta publicação contraiu, ao longo de sua existência, com um conjunto de pessoas que a tornaram possível e que sabem como este é um projeto coletivo, de aprendizado mútuo.

A Revista Três Pontos possui algumas noções basilares que orientam seu funcionamento. Nossa pedra de toque é a idéia de que estudantes de graduação produzem bons trabalhos, que justificam sua divulgação e leitura. Por vezes, realiza-se uma pesquisa ou um estudo sistemático sobre um tema, que resulta em um texto de qualidade que poderia existir além dos limites de uma gaveta. Esta aposta na capacidade do discente a cada dia se mostra menos arriscada - a apresentação de trabalhos de graduandos hoje é comum em congressos e já existem eventos dedicados exclusivamente a esta prática. Além disso, contamos um número superior a cinquenta artigos publicados em nossas páginas, o que demonstra que bons textos de estudantes não são casos isolados.

Acreditar no potencial dos graduandos significa estabelecer critérios rigorosos para a publicação - cada artigo, antes de ser incluído em uma edição, deve

passar pelo crivo de dois pareceristas, e anônimos, em um procedimento similar ao das publicações tradicionais do ramo acadêmico. Isto dá ao autor a chance de aprimorar seu texto e de receber uma leitura crítica de um especialista, algo que assume um sentido particular quando ainda não se chegou na pós-graduação (onde geralmente se iniciava o processo de publicação): permite maior desenvolvimento do trabalho e coloca o discente em contato com uma prática acadêmica rotineira.

Da parte de quem lê, um dos proveitos está em verificar o que outras pessoas estão pesquisando, nas mais diversas instituições do país, permitindo uma comunicação entre estudantes com interesses em comum. A razão de ser de uma publicação científica reside na comunicação dos pares, e incentivar o aluno a participar do diálogo acadêmico é uma das noções que norteiam nosso periódico. Ficamos satisfeitos com a crescente aceitação da Revista Três Pontos entre os membros de nosso campo, discentes e docentes, que vemos como reflexo positivo de nossos esforços e propostas.

Um de nossos princípios é justamente facilitar o contato do estudante com a prática acadêmica, de modo que ele tenha um veículo no qual debates tomem lugar e que ele possa aprender mais sobre o que é feito nas Ciências Sociais. Com isto em mente, iniciamos uma série de entrevistas com pensadores que são referência em nosso ramo. Nesta edição temos uma entrevista gentilmente cedida por Harry Collins a Rafael Antunes Almeida, inaugurando a idéia, que será levada a cabo nos próximos números.

Por fim, reiteramos que estamos sempre abertos ao recebimento de artigos, que devem observar as normas no final da Revista. Desejamos a todos uma boa leitura.



SUMÁRIO

05

Celso Furtado: uma gramática de desenvolvimento republicana
Ana Clotilde Gonçalves Dias

13

Nascer, morrer, renascer: O Espiritismo à luz das Ciências Sociais
Pedro Stoeckli Pires

21

A Luta por Reconhecimento dos Direitos das Mulheres nas Nações Unidas: da Esfera Privada para a Arena Pública Global
Érika Almeida e Fernanda Cimini

29

O conceito de esfera pública nas obras de Hannah Arendt e Jürgen Habermas
Mariah Lança de Queiroz Cassete

37

Estratégias do Executivo para Formação de Coalizões no Legislativo no Contexto da Nova República no Brasil
Lucas Rodrigues Cunha

45

Aspectos Multilaterais e Cooperação Sul-Sul na Política Exterior do Brasil
Haroldo Ramanzini Júnior

55

Geometria e movimento: o espaço em um reassentamento hidrelétrico
Fabiano Bechelany

ENTREVISTA

65

Uma conversa com Harry Collins
Rafael Antunes Almeida

A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas e trabalhos artísticos inéditos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE

REDAÇÃO

REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Centro Acadêmico de Ciências Sociais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG – Sala 3086.
Pampulha – CEP 31270-000. Belo Horizonte – MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
revistatrePontos@fafich.ufmg.br

EDITOR EXECUTIVO:

Bruno Nogueira Guimarães (Discente - UFMG)

EDITOR ADJUNTO:

Martha V. Santos Menezes (Discente - UFMG)

CONSELHO EDITORIAL:

Profa. Ana Lúcia Modesto (SOA-UFMG)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (SOA-UFMG)
Amanda Horta (Discente-UFMG)
Bruna de Fátima Chaves Aarão (Discente-PUC Minas)
Henrique Gonçalves Rodrigues (Discente-UFMG)
Isabel Luscher Fonseca (Discente-UFMG)
Victor Alcantara e Silva (Discente-UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (SOA-UFMG)
Profa. Tânia Barbosa Quintaneiro (SOA-UFMG)

CONSELHO CONSULTIVO:

Prof. Carlos Pereira (University of Michigan/ EUA)
Prof. Cícero Araujo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA/ PNUD)
Profa. Maria de Lourdes Dolabella Pereira (UFMG)
Profa. Mariza Corrêa (UNICAMP)
Profa. Neuma Aguiar (UFMG)
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)
Profa. Solange Simões (University of Michigan / EUA)

COLABORADORES:

Guilherme Alberto Rodrigues (Discente - UFMG)
Fabricio Mendes Fialho (Discente - UFMG)
Frederico Batista Pereira (Discente - UFMG)

PROJETO GRÁFICO: Gilmar Campos

DIAGRAMAÇÃO: Brígida Campbell

CAPA: Sílvia Amélia

IMAGENS:

Brígida Campbell (págs: 10, 18, 19, 35, 37)
Sílvia Amélia (pág: 3, 15, 16, 23, 24, 29, 32, 43, 49, 50, 52, 63, 66, 69, 70)

FICHA CATALOGRÁFICA: Biblioteca Fafich-UFMG.

EDITORA: O Lutador

IMPRESSÃO: Gráfica O Lutador

TIRAGEM: 600 exemplares

Circulação: outubro de 2008.

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, da Diretoria para Assuntos Estudantis da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, todos da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos : revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
- Ano 5, n. 1 (jan 2008 / jun 2008). - Belo Horizonte: O Lutador, 2008 - .

V. ; 30,5 cm.

Semestral

Editor: Centro Acadêmico e Ciências Sociais/UFMG

ISSN:1808-169X

1 Teoria social - Periódicos 2.Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia
- Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências
Sociais. III.Título

Celso Furtado: uma gramática de desenvolvimento republicana¹

**Ana Clotilde
Gonçalves Dias**

Graduada em
Ciências Sociais/
UFMG

Palavras-chave:

Desenvolvimento;
Subdesenvolvimento;
Celso Furtado;
Republicanismo.

Key Words:

Development;
underdevelopment;
Celso Furtado;
Republicanism.

RESUMO: Celso Furtado, um dos grandes intelectuais brasileiros do século XX, é reconhecido na academia, entre outros fatores, por sistematizar o conceito de subdesenvolvimento e propor uma política de desenvolvimento para que as nações subdesenvolvidas possam sair desta condição. No presente trabalho será traçada uma analogia entre tal política de desenvolvimento furtadiana e a teoria republicana, com intuito de tornar mais clara a proposta do autor. Aqui, será demonstrado que o desenvolvimento, segundo Furtado, é fruto de uma combinação entre, de um lado, intervenção estatal na economia, realização do bem comum, planejamento e, de outro, liberdade, participação política e cidadania.

ABSTRACT: Celso Furtado is one of the most important Brazilian intellectuals of 20th century. He has systemized our scientific knowledge of underdevelopment and has proposed development policies for insufficiently developed nations. In this paper, we draw an analogy between the development policies proposed by Furtado and the Republicanism. Our objective is to clarify Furtado's proposals. We show that the development, according to Furtado, is a result of the combination of several factors such as: state intervention on the economy, planning, common good achievement, liberty, political participation, and citizenship.

O artigo em questão explora a relação entre o pensamento de Celso Furtado, um dos grandes intelectuais brasileiros do século XX, e o Republicanismo, uma das teorias da ciência política que é hodiernamente pouco retratada na academia. Ou melhor, neste trabalho traço um paralelo entre a política de desenvolvimento proposta por Furtado e os valores republicanos, demonstrando o equilíbrio que existe na última entre, de um lado, interferência estatal na economia, planejamento e bem comum e, de outro, liberdade, participação política e cidadania.

Antes de abordar a temática em questão, é importante ressaltar que a opção por estudar o pensamento de Furtado justifica-se, entre outros fatores, por pelo menos três razões, a saber: (1) Celso Furtado é um dos intelectuais centrais do nacional desenvolvimentismo, um dos grandes paradigmas que orientaram o desenvolvimento do Brasil e de outros países latino-americanos durante boa parte do século XX; (2) Furtado pode ser destacado por seu papel enquanto sistematizador do conceito de subdesenvolvimento. Isto é, o autor distingue subdesenvolvimento de atraso econômico, explicita o caráter dual e integrado das economias subdesenvolvidas e chama a atenção para a necessidade da criação de uma teoria específica que sirva para a análise dessas economias e orientação de seus dirigentes e (3) A atualidade do pensamento de Furtado. Embora a economia brasileira tenha amadurecido, o país tenha se modernizado e hoje em dia apresente um parque industrial diversificado e moderno, grande parte dos problemas para os quais Furtado chama atenção, principalmente nos anos 50 e 60, prevalecem atualmente. Entre estes destacam

o problema de uma efetiva integração nacional, da realização plena da soberania, da desigualdade em diversos âmbitos (regional, social e de renda). Enfim, um cientista social que se debruça sobre a realidade brasileira nos dias atuais se depara com uma série de heterogeneidades e desequilíbrios que já haviam sido identificados e problematizados por Furtado, podendo, assim, recorrer ao pensamento do último para entender melhor essa realidade e encontrar alternativas de desenvolvimento.

Faz-se necessário salientar também a razão desta comparação entre o projeto de desenvolvimento furtadiano e o Republicanismo. Em pesquisa recente, trabalhei o conceito de subdesenvolvimento de Furtado e demonstrei que o autor não se contenta apenas em estudar tal fenômeno, mas propõe medidas para que as nações periféricas possam sair de tal condição. Tal trabalho focava-se na relação entre Estado e sociedade normativamente defendida por Furtado para que o desenvolvimento pudesse se tornar factível. Em outras palavras, a última visava identificar como deve ser organizado o poder do Estado e como deve atuar a sociedade para que um país subdesenvolvido pudesse seguir rumo ao desenvolvimento. As perguntas a que me propus responder eram: que tipo de organização estatal deve ser esta? (democrática, liberal, que intervêm na economia?) O mesmo ocorre com a sociedade (o subdesenvolvimento pode prescindir de uma sociedade ativa, participativa?)

Com o desenrolar da pesquisa tornou-se patente que a definição de como seria a relação entre Estado e sociedade que torna o desenvolvimento uma realidade possível, segundo Furtado,

¹ A despeito de algumas modificações, este artigo é parte integrante da monografia Celso Furtado e o Republicanismo: para uma gramática do interesse público, sob orientação do prof. Juarez Rocha Guimarães, defendida em abril de 2008.

seria mais bem compreendida caso fosse realizada uma aproximação entre a ideologia do desenvolvimento furtadiana e a ciência política. E é isto a que me proponho realizar aqui.

Para compreender com qual corrente o pensamento de Furtado, ou seu projeto de desenvolvimento, mais se identifica pode-se utilizar um "método de exclusão", isto é, defini-lo inicialmente em relação às teorias com as quais o último não se assemelha. Nesse sentido, é importante salientar que, ainda que defendam a liberdade, as idéias de Furtado não podem ser denominadas liberais. Diferentemente dos teóricos da última, Furtado manifesta-se a favor de uma concepção de liberdade que não engloba apenas os direitos individuais, mas também a autonomia dos indivíduos, a soberania da nação e a participação política. Não se trata de afirmar que Furtado é "antiliberal", todavia de perceber que o Liberalismo enquanto modo de civilização é insuficiente para a sociedade e o Estado idealizados pelo autor.

O pensamento de Furtado, por outro lado, poderia ser retratado como socialista uma vez que este defende forte participação do Estado na economia. Entretanto, o intelectual opõe-se claramente à opção revolucionária, ao fim do capitalismo e apresenta-se veementemente contra o autoritarismo típico dos regimes socialistas. Para ele não há uma espécie de *trade off* entre planejamento (maior intervenção governamental com vistas ao combate das desigualdades sociais) e a liberdade. Ao contrário disso, deve existir uma relação de complementaridade entre estas duas variáveis.

E no que tange à teoria democrática? É impossível negar que o pensamento de Furtado seja democrático, uma vez que uma de suas maiores preocupações consiste justamente em tornar efetiva a participação política. De forma similar ao que ocorre com o Liberalismo, no entanto, é possível afirmar que as elaborações de Furtado não são apenas democráticas. Ainda que não o faça de maneira sistemática, Furtado deixa implícito em seus textos a importância da esfera pública e do bem comum para que o desenvolvimento possa ser alcançado.

Pode-se inferir que o autor rechaça a democracia como procedimento ou como mercado, isto é, para ele não basta o critério "um indivíduo, um voto". O "bom governo", se é que se pode denominar assim, é aquele em o indivíduo torna-se cidadão, que comparece à arena pública nos interstícios eleitorais, preocupa-se com os problemas da sua cidade, têm direitos e recursos políticos efetivamente iguais² e é capaz de interferir na ordem pública, pois é dotado de certa racionalidade³.

Ao refletir sobre as elaborações de Furtado e sobre teorias políticas, começam a ficar mais claras as opções feitas pelo autor. Sem rodeios, acredito que seja possível traçar um paralelo entre as elaborações de Furtado e o paradigma republicano ou o denominado Republicanismo⁴.

Em decorrência de uma falta de consenso em alguns aspectos em relação à teoria republicana, da pluralidade dessa tradição, pretendo abordar a

relação entre o pensamento de Furtado e o paradigma em questão buscando elementos que são comuns aos dois. Isto é, não adotarei um tipo de Republicanismo como referência, ao contrário disso, utilizarei para tanto elementos republicanos segundo diversos autores.

A defesa da Soberania

O primeiro ponto que vale a pena ressaltar consiste na idéia de liberdade como autonomia do corpo político ou soberania. De acordo com Skinner (1999), os republicanos preocupam-se não apenas com a existência das liberdades individuais, mas também com a efetivação da liberdade da nação. Isto é, tanto os indivíduos como o corpo político, representado pelo Estado, devem estar livres do constrangimento real e da possibilidade de constrangimento⁵.

A liberdade da nação, segundo Skinner (1999), assume relevância significativa no Republicanismo, pois sem ela não há garantia dos direitos individuais. O autor explica que não basta que os governantes formulem e estabeleçam na Constituição os direitos individuais, se os mesmos podem agir arbitrariamente ou se tais governos estão submetidos à vontade de outros soberanos.

Para entender melhor em que consiste a liberdade da nação e como ela é corrompida é prudente recorrer às próprias palavras de Skinner. De acordo com ele:

"Um Estado livre é uma comunidade na qual as ações do corpo político são determinadas pela vontade dos membros como um todo". (SKINNER, 1999, p. 33).

"Diz-se haver duas maneiras distintas pelas quais esta segunda forma de servidão pública pode emergir. Uma é quando um corpo político se encontra sujeito à vontade de outro Estado em consequência de colonização ou conquista (...). A outra maneira pela qual esta forma de servidão pública pode emergir é quando a constituição interna de um Estado permite o exercício de quaisquer poderes discricionários ou privilegiados por parte daqueles que o governam". (Ibidem, p.49-50).

Enfim, o que Skinner destaca em sua argumentação é a conexão entre liberdades individuais e a liberdade da nação. Se um determinado Estado não é gerido por seus membros, mas sim por outras pessoas que não detém essa prerrogativa, os direitos individuais podem ser interpretados como de caráter meramente "formal". Isso ocorre porque os direitos inicialmente garantidos podem ser violados de forma arbitrária a qualquer momento tanto por um governo arbitrário como por interferência de outro Estado.

Retornando à análise do pensamento de Furtado, é possível inferir que este também se preocupa com a autonomia do corpo político ou soberania das nações subdesenvolvidas. Essa preocupação

2 A premissa subjacente a tal noção é a de que a igualdade política de fato depende de certa igualdade social (relações de poder mais ou menos simétricas entre os indivíduos) e certa igualdade econômica.

3 A palavra "certa" justifica-se, uma vez que os indivíduos não têm a racionalidade técnica dos tecnocratas.

4 É importante destacar que essa relação já foi trabalhada por Juarez Rocha Guimarães em seu artigo "A trajetória intelectual de Celso Furtado" que compõe o livro *Celso Furtado e o Brasil* organizado por Maria da Conceição Tavares. Não se trata aqui de apresentar uma analogia inusitada, mas de explorar e sistematizar tal associação com intuito de compreender melhor a relação entre Estado e sociedade, que segundo Furtado, é adequada ao desenvolvimento.

5 Deve-se notar que a noção de liberdade aqui é distinta da preconizada pelo Liberalismo. Ou seja, a liberdade é violada não apenas quando há constrangimento, mas sempre que existe possibilidade de que ele aconteça.

fica evidente, por exemplo, quando o autor discute a questão do comércio internacional.

Em acordo com as elaborações de Prebisch, Furtado aponta que uma das mazelas do livre comércio entre os países é justamente a situação de dependência que ele acarreta. Isto é, o último enfatiza que quando um país opta por produzir massivamente para um mercado externo, ele fica à mercê da demanda externa o que compromete uma série de suas decisões econômicas e políticas. Essa situação agrava-se quando esses produtos que são destinados à venda no exterior são primários. Isso ocorre, como explica Furtado (1985), pois a elasticidade renda da procura dos produtos primários é baixa, ou seja, devido ao fato de que os países agrário-exportadores não aumentarão muito sua exportação caso haja um incremento de renda por parte dos países importadores de seus produtos.

Ainda em relação a este ponto, merece consideração o fato de que Furtado vincula o subdesenvolvimento brasileiro à dependência externa histórica identificada no país. Isto é, o autor argumenta, em *Formação econômica do Brasil*, que a colônia brasileira desde os seus primórdios foi atrativa para os empreendimentos da metrópole portuguesa. E, em função dessa atratividade, houve uma interferência brusca no desenvolvimento do Brasil, o qual acabou por sempre satisfazer os interesses externos.

Afim de demonstrar essa associação entre dependência e subdesenvolvimento, o autor compara o processo de colonização dos Estados Unidos e do Brasil e argumenta que o avanço daqueles está relacionado, entre outros fatores, à sua autonomia. Sobre isto, ele afirma:

"As colônias setentrionais, ao contrário, eram dirigidas por grupos ligados uns a interesses comerciais centralizados em Boston e Nova York - os quais freqüentemente entravam em conflito com os interesses metropolitanos - e outros representativos de populações agrícolas praticamente sem qualquer afinidade de interesses com a Metrópole. Essa independência dos grupos dominantes vis-à-vis da Metrópole teria de ser um fator de fundamental importância para o desenvolvimento da colônia, pois significava que nela havia órgãos políticos capazes de interpretar seus verdadeiros interesses e não apenas de refletir as ocorrências do centro econômico dominante". (FURTADO, 1970, p. 31)

Vale a pena ainda mencionar que tal autonomia em relação ao exterior deve ser conquistada, segundo Furtado, não só no plano empírico, como também no das idéias (teórico e normativo). Isto é, Furtado refuta a universalização pretendida pela teoria econômica clássica e defende que os países periféricos precisam ser analisados com um instrumental analítico peculiar. Abaixo se encontra uma das considerações feita pelo autor no que tange a esse aspecto:

"A política de desenvolvimento que se requer em um país subdesenvolvido é, principalmente, de natureza qualitativa: exige um conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise econômica convencional". (FURTADO, 1962, p. 38)

Sobre a participação política

O segundo paralelo que pode ser traçado entre o pensamento de Furtado e o Republicanismo remete-se à participação política e à esfera pública. Para grande parte dos republicanos, a república não pode prescindir da participação política dos cidadãos e da existência de uma esfera pública ativa. Ou seja, de acordo com estes teóricos, os cidadãos de um regime republicano devem preocupar-se com as questões que envolvem o corpo político, debatê-las em arena pública e influenciar os seus representantes na tomada de decisões. Não basta para os republicanos, que a atuação dos indivíduos seja apenas a de eleger os seus governantes. A legitimidade da ação dos últimos não deve apoiar-se em um ato de delegação de poder, mas numa espécie de consenso, apoio popular. Sobre essa temática, alguns teóricos do Republicanismo afirmam:

"A república herda e incorpora os elementos fundamentais do conceito clássico de politeia, a expressão grega genérica para as formas de associação de homens livres, as comunidades de cidadãos, definidas por oposição àquelas por natureza despóticas, em que os governantes, um ou alguns, governam como senhores a servos, em vista de si mesmos e segundo sua própria vontade". (CARDOSO, 2004, p. 47).

"O republicanismo, à luz da luta travada pelos humanistas contra certas concepções medievais, encontra terreno fértil para se desenvolver na afirmação de uma liberdade positiva, numa compreensão da capacidade de agir na esfera pública, que nos permita enfrentar (...) a apatia das sociedades atuais (...)". (BIGNOTTO, 2001, p. 67)

Analogamente aos republicanos, Furtado também advoga a favor da participação política e da ativação da esfera pública. Em *Dialética do desenvolvimento*, o autor deixa patente que é essencial para o desenvolvimento a existência de um marco institucional flexível capaz de captar as demandas sociais. Isto é, nesse livro o autor aborda como se dá o processo de desenvolvimento, de que maneira surge o seu par antagônico, o subdesenvolvimento, quais são as características desses dois sistemas e como a participação política é importante principalmente nas economias subdesenvolvidas. Para que fique mais claro o argumento do

autor é importante chamar a atenção para alguns pontos.

Segundo Furtado, o processo de mudança social e de desenvolvimento do capitalismo nos países capitalistas avançados ocorre como uma espécie de "ciclo virtuoso". Isto ocorre porque tais economias apresentam os elementos essenciais para que o desenvolvimento torne-se uma realidade (inovação tecnológica, classe empresarial e classe trabalhadora dinâmicas e flexibilidade institucional).

Para entender como ocorre esse ciclo virtuoso é preciso recorrer à dialética. A inovação tecnológica⁶ que, segundo Furtado apresenta grande potencial para modificar o sistema como um todo, acarreta lutas de classes, as quais pressionam o governo para redistribuir o produto social em prol das classes trabalhadoras e, assim, evitam as revoluções sociais. Enfim, tudo opera de forma para que haja avanço na economia, sem que esse avanço possa impedir que a classe trabalhadora, não proprietária, possa ser expropriada de seus direitos. Há um equilíbrio entre distribuição do produto social e acumulação de renda. Para compreender melhor essa dinâmica das economias capitalistas desenvolvidas veja a Fig. 1.

utilizar o capital em consumo supérfluo, pequeno mercado interno e classe trabalhadora acrítica⁷. Além disso, os países subdesenvolvidos tendem a incorporar tecnologia das nações avançadas, incorporação esta que tende a gerar desemprego, diminuição do mercado interno, menor quantidade de renda circulante no país, menos investimento em tecnologia, menor diferenciação produtiva e acarreta um ambiente propício para manipulação política, para o populismo⁸. Para compreender melhor essa dinâmica das economias capitalistas subdesenvolvidas observe a Fig. 2⁹

Em síntese, o que Furtado destaca é que nas economias subdesenvolvidas a maneira como se dá o desenvolvimento do capitalismo não permite a formação da consciência da classe trabalhadora, o que facilita a existência de práticas populistas nesses países, ainda mais porque geralmente tais países não apresentam um marco institucional flexível. Um dos entraves do desenvolvimento das economias periféricas, assim, é justamente a existência de regimes políticos que não captam as demandas da opinião pública, mas que ao contrário disso, tentam manipulá-la.

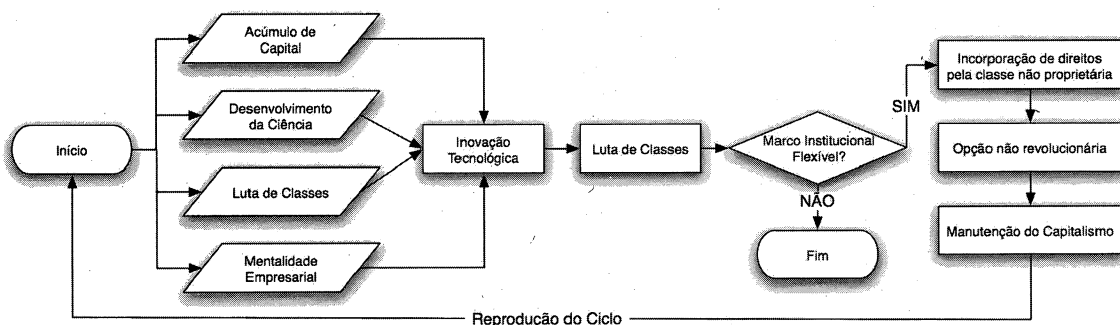


Figura 1

Nas economias capitalistas subdesenvolvidas tal ciclo virtuoso não ocorre, ao contrário disso, ocorre uma espécie de "ciclo vicioso". Furtado explica que tais economias contam, no geral, com menos capital, menor quantidade de investimento uma vez que as classes proprietárias preferem

Dessa forma, segundo Furtado, uma das metas a serem realizadas para que o desenvolvimento dos países em questão possa ser alcançado consiste justamente na ampliação da participação e no aumento da capacidade das instituições de captar as demandas sociais. De maneira a reiterar esse argumento, cito o próprio autor:

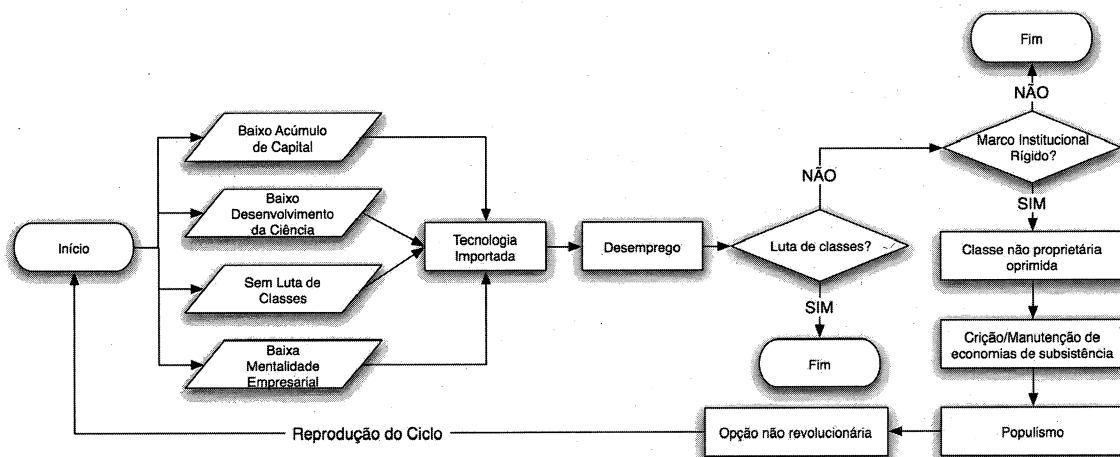


Figura 2

6 Destaca-se que as inovações tecnológicas nas sociedades desenvolvidas são um produto do capital disponível para o investimento, da mentalidade empresarial que decide investir, da existência de um mercado interno que força o aumento da oferta e do desenvolvimento da ciência. Além disso, a inovação tecnológica pode ser um produto da própria luta de classes, um empregador pode decidir incorporar uma máquina no sistema produtivo, caso os empregados estejam requerendo salários mais altos, por exemplo.

7 Entende-se aqui como classe trabalhadora acrítica o fato de que tal classe não consegue se organizar, criar identidade para reivindicar seus direitos. Um dos fatores associados a esta incapacidade da classe trabalhadora está relacionado à existência de mão-de-obra abundante.

8 É importante esclarecer que o crescimento das economias subdesenvolvidas durante um tempo considerável está condicionado pela demanda externa. Além disso, tal crescimento quando não adota técnicas estrangeiras, ocorre de maneira extensiva, isto é, através da incorporação de terras e de mão-de-obra.

9 As Figuras 1 e 2 são um esforço de sistematização. Portanto, podem não estar completas ou livres de inconsistências.

"A consecução ou manutenção de um regime democrático aberto, em que as classes assalariadas podem organizar-se para lutar por objetivos próprios, deve ser considerada como condição necessária do desenvolvimento em um país subdesenvolvido (...)" (FURTADO, 1962, p. 85).

"Ora, um homem que não participa diretamente de uma sociedade politicamente organizada não toma consciência de que o mundo em que vive pode transformar-se mediante a sua atuação pessoal". (Ibidem, p. 140).

Enfim, a idéia que permanece é que preciso criar, nos países periféricos, essa simbiose entre "democracia"¹⁰ e capitalismo, que é identificada nos países capitalistas modernos. Daí, segundo Furtado, a importância da participação e da esfera pública para as nações que desejam alcançar o desenvolvimento.

Outro indicativo de quão imprescindível é a participação política para Furtado pode ser encontrado em sua obra *Os ares do mundo*. Nesta, o autor dedica-se, entre outros empreendimentos, a fazer uma análise da sociedade norte-americana ressaltando seus pontos positivos e negativos. Furtado aponta que exatamente um desses pontos negativos consiste no individualismo de tal sociedade que tem acarretado no esvaziamento da esfera pública e no desinteresse dos indivíduos pelas questões políticas. Refletindo sobre o cidadão americano, em tom de lamento, afirma o autor:

"[...] já era possível antever o homem do mundo pós-industrial, aplicado em galgar os degraus de uma carreira que lhe permite construir o seu reduto de individualidade. A esfera política quase lhe escapa, como se ela gozasse de autonomia, e as engrenagens da esfera econômica em que realiza sua carreira também estão fora de sua percepção, regidas que são por leis que lhe parecem emanar da própria essência da convivência social. (...) Suas motivações pessoais o afastam da esfera pública e a obsessão com a carreira o transforma em brinquedo da engrenagem em que está inserido". (FURTADO, 1991, p. 111).

A defesa do "bem comum"

Mais uma similaridade entre o Republicanismo e as idéias de Furtado relaciona-se com o ideal de "bem comum". Segundo diversos estudiosos, a república é um tipo de governo que deve atender ao bem comum, público, e não aos interesses particulares.

Embora esses conceitos não estejam sistematizados, claros, na teoria republicana, é possível inferir que a última rejeita qualquer tipo de

representação que se volte apenas para o interesse de uma ou mais facções, que seja patrimonialista, clientelista, populista ou corporativista. Enfim, pode-se afirmar que o Republicanismo não aceita que os recursos públicos das mais variadas ordens sejam utilizados com fins privados¹¹. Sobre a importância do bem público para o Republicanismo afirma Viroli em seu diálogo com Bobbio:

"A advertência aos governantes para que busquem o bem comum é o princípio fundamental do pensamento político republicano. Está escrito em letras garrafais na pintura de Lorenzetti, na sala dei Nove, em Siena, que todos consideram com razão uma grande síntese da teoria do autogoverno republicano: "um bem comum per lor Signor si fanno" (um bem comum por seu senhor se faz)". (BOBBIO & VIROLI, 2002, p. 47).

A defesa da noção de bem comum pode ser percebida nas elaborações de Furtado quando ele aborda, por exemplo, o problema da instituição Senado no Brasil. De acordo com o autor, tal ente do Poder Legislativo não representa os interesses do povo. Ao contrário disso, está comprometido com os interesses particularistas e conservadores. A razão desta deformação na representatividade relaciona-se com as próprias regras do jogo da instituição. Isto é, como no Senado cada estado tem a mesma quantidade de cadeiras a serem ocupadas (três), existe uma sobre-representação dos estados com menor população e sub-representação daqueles que apresentam maior número de habitantes. Além disso, um agravante nesta situação é que justamente os estados menos populosos, os nordestinos, são os que apresentam representantes mais retrógrados, contrários à modernização.

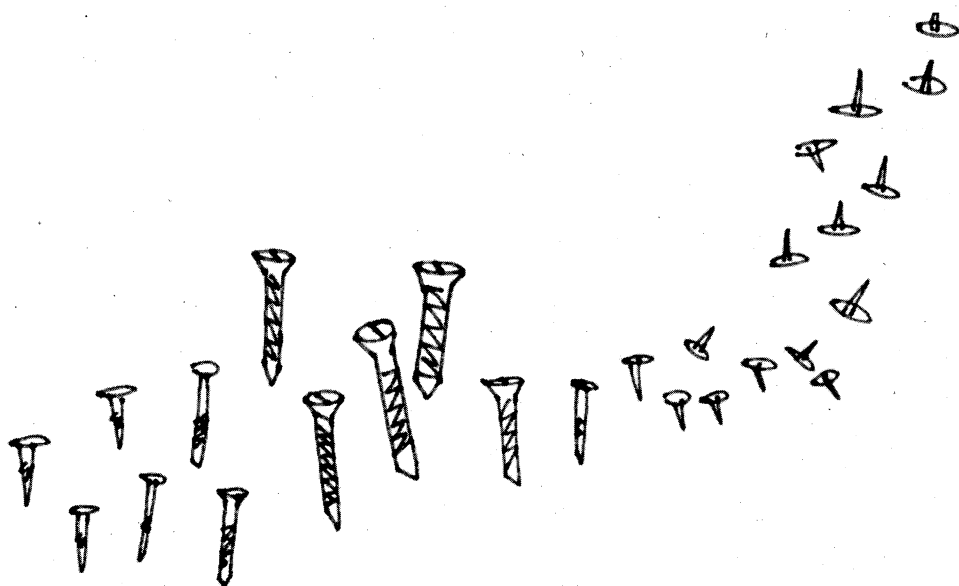
Com a crítica ao Senado brasileiro fica evidente que Furtado está preocupado com o instituto da representação no país. O que se pode compreender, a partir de suas contribuições, é que o governo dos países subdesenvolvidos deve voltar-se para o atendimento de seus cidadãos como um todo, para a universalização dos direitos e da participação política.

Reiterando essa afirmativa, segue a assertiva do próprio autor:

"Para manter-se como poder legítimo, um governo deve atuar dentro dos princípios constitucionais, e ao mesmo tempo, corresponder no essencial às expectativas das massas que o elegeram. Entretanto, ao tentar cumprir o mandato substantivo das massas, com as quais pactuou no momento da eleição, o chefe do poder Executivo entra necessariamente em conflito com o Congresso, sobre o qual exerce um estrito controle a classe dirigente tradicional". (FURTADO apud MORAES, 1995, p. 74)

¹⁰ Pensada aqui no seu sentido substantivo e não meramente formal.

¹¹ É importante destacar que a vontade geral republicana é diferente da "democrática". Naquela não se trata da vontade da maioria (soma dos interesses individuais), mas da expressão efetiva da visão dos cidadãos de como deve ser a ordem pública. Por via do constitucionalismo, a república visa uma solução mediadora entre as partes (diferentes interesses) de modo que nenhuma delas fique prejudicada em relação à representação de interesses.



A preocupação com o bem comum em Furtado também se vincula com o papel que detém a *intelligentsia*, os intelectuais, no desenvolvimento de acordo com o autor. Conforme este, a solução para os problemas de representação que não são resolvidos no Legislativo transfere-se para o Poder Executivo e, mais especificamente, para o grupo de intelectuais que trabalha na máquina estatal.

Isto é, influenciado por Karl Mannheim, Furtado argumenta que os intelectuais consistem em um grupo de indivíduos que não se vinculam a nenhum interesse de classe, mas que ao contrário disso, são capazes de captar os diferentes interesses sociais. Sobre isso ele afirma:

"(...) a intelligentsia socialmente desvinculada constitui um extrato social heterogêneo capaz de desempenhar um papel autônomo no processo de tomada de consciência dos problemas mais cruciais que se apresentam a um povo". (FURTADO, 1991, p. 261)

"Cabendo-lhes interpretar os valores em todos os campos da cultura, estão os intelectuais muito bem situados para identificar as tendências mais profundas do sentir social". (FURTADO, 1964, p. 49)

"(...) Não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve, sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual". (Ibidem, p. 9)

Conforme Moraes (1995), o intelectual na ideologia de Furtado age de duas maneiras, ora utilizando a razão ora a persuasão. Fazendo uso da racionalidade, o último é capaz de captar os problemas da realidade e propor soluções "mapas de possibilidade razoáveis" para que sua sociedade alcance o desenvolvimento. É importante mencionar

aqui que o planejamento feito pelos técnicos, pelos intelectuais, visa ao bem público e não a interesses particulares.

O uso da persuasão relaciona-se com a necessidade de que o processo de tomada de decisões em direção ao desenvolvimento seja democrático, legítimo. Ou seja, a persuasão é uma forma de criar o consenso popular a respeito de determinada temática. É uma forma de conciliar os diferentes interesses sociais em prol de uma solução ou possíveis soluções que visam a atender, de certa maneira, o "bem de todos". Uma vez que compreendem a "realidade" e que possuem interesses em comum os indivíduos podem se organizar¹² seja para corroborar uma política, seja para reivindicar algo inusitado, como para controlar o governo.

"As elites caberá, portanto, o papel -inovador- de "antecipar o consenso" e preparar o caminho para que ele se organize — ou numa outra formulação, também de Furtado, "organizar a opinião pública para que ela se manifeste organicamente". O que significa -vale insistir- que, para promover o "acordo voluntário" e a vontade política unificada entre grupos sociais que reconhece como "antagônicos", a elite terá que criar "novos métodos mais elaborados para criar conscientemente o consenso". Leve-se ainda em conta que é preciso "substituir por outros novos os controles ineficazes da atualidade" para evitar as tragédias sócio-econômicas e as tentações ditatoriais". (MORAES, 1995, p. 73)

Resumidamente, o argumento de Furtado demonstra que a representação do interesse comum é imprescindível para que o desenvolvimento possa ser alcançado. Caso as instituições típicas da representação federal (Senado e Câmara dos Deputados) não atuem de maneira eficaz, mister se faz que outro órgão ou poder do Estado assumesse essa função. O atendimento ao bem comum faz-se impreterível no pensamento do autor.

¹² Cabe aos próprios intelectuais o auxílio nessa organização da opinião pública.

A questão da autonomia

Outro paralelo possível entre o Republicanismo e a obra de Furtado relaciona-se com uma concepção de liberdade diferente. Como referido, os teóricos do Republicanismo defendem uma noção de liberdade mais ampla do que a do Liberalismo. Para Skinner (1999), por exemplo, a liberdade consiste tanto na ausência efetiva de constrangimento como na não existência de possibilidade de constrangimentos. Ou seja, a violação de direitos assim como a possibilidade de violação de direitos (a dependência) consiste em um ataque contra a liberdade. Nessa perspectiva, um governo absoluto ou que age de maneira arbitrária não pode ser caracterizado como liberal na medida em que em qualquer momento o soberano pode intervir na liberdade concedida inicialmente.

Viroli (2004), por sua vez, defende a mesma posição embora enfatize um aspecto mais geral, isto é, não só o da dependência em relação ao governante. De acordo com ele, a "liberdade republicana" consiste na ausência de dependência da vontade arbitrária de um homem (que pode ser o governante) ou de alguns homens (dos indivíduos entre si). Para explicar esta noção de liberdade, Viroli aborda o exemplo do escravo. Ele afirma que o que faz um homem ser escravizado não é o fato de ele estar submetido à violência de seu senhor, mas a possibilidade que o seu senhor o trate de forma violenta e arbitrária sempre que ache conveniente.

A dimensão da liberdade explorada por Skinner e Viroli é a da autonomia. Tal dimensão é extremamente importante para a ação política dos indivíduos uma vez que ela é capaz de modificar o comportamento dos indivíduos, os seus incentivos. Não é difícil perceber como uma relação de dependência pode gerar apatia ou mesmo relações clientelistas e servis entre governante e governado. Basta imaginar, por exemplo, como em um governo autoritário, que usa o recurso da violência sempre que deseja, a oposição e mesmo a participação política tendem a enfraquecer.

É interessante observar que a independência a qual Viroli se refere nem sempre é jurídica ou política. Sobre isso, o autor postula:

"De fato, a independência e a autonomia caminham quase sempre juntas: a pessoa que vive em condição de independência jurídica (não é escrava ou serva), política (não é súdita de um soberano absolutista ou de um déspota) social (não deve seu sustento ou seu bem-estar a outros) é, com frequência, uma pessoa autônoma". (BOBBIO & VIROLI, 2002, p. 38)

Retomando o pensamento de Furtado e considerando a idéia de independência a partir dessa perspectiva mais ampla abordada por Viroli, é possível defender que a dimensão da justiça social presente na obra de Furtado vincula-se à esfera da realização da liberdade. Ou seja, mes-

mo que Furtado não teorize sobre o problema da autonomia, fica evidente em sua obra que é preciso haver justiça social, distribuição de renda, melhoria das condições de vida da população, pois só assim os brasileiros tornar-se-ão cidadãos. Com intuito de retificar tal argumento recorro às elaborações do próprio autor:

"Não teremos dificuldade em nos pôr de acordo com respeito ao objetivo fundamental que é o homem em sua plenitude, libertado de todas as formas de exploração e sujeição. Somos, acima de tudo, humanistas. Esse objetivo somente poderá ser alcançado se nos organizarmos socialmente para atingir e manter um elevado ritmo de desenvolvimento econômico, e se esse desenvolvimento for conduzido com verdadeiro critério social". (FURTADO, 1962, p. 30)

Enfim, após ter traçado esse paralelo entre o pensamento de Furtado e o Republicanismo fica mais clara qual é a relação entre Estado e sociedade, defendida pelo autor, no intuito de alcançar o desenvolvimento. Tal relação é da mesma ordem da que ocorre entre cidadãos. Isto é, nos países subdesenvolvidos o Estado deve ser o responsável pela internalização do capitalismo e a consequente diminuição da dependência em relação ao centro capitalista (é a ele quem cabe o investimento em infra-estrutura e uma série de medidas que incentivam a industrialização tais como políticas fiscais, creditícias e cambiais). Porém, a participação de tal ente político não é só essa, fica à sua competência o cuidado com a justiça social (distribuição de renda, diminuição dos desequilíbrios regionais, provimento de serviços básicos, enfim, melhoria geral das condições de vida da população). Além disso, o Estado deve garantir os direitos fundamentais dos cidadãos (direitos civis, políticos e sociais), operar de maneira democrática, representar o interesse público e ser o suficientemente aberto para captar as demandas dos governados.

Ao notar a quantidade de prerrogativas desse Estado, alguém poderia perguntar qual é a função do indivíduo na realização do desenvolvimento, qual deve ser seu compromisso para com o Estado ou para com a política. Aos cidadãos, "criados pelo Estado", cabe, segundo Furtado, se interessar pelos assuntos que envolvem o corpo político, participar, ser intransigente quando necessário e respeitar a coisa pública.

Em síntese, o que se pode perceber é que a relação entre Estado e sociedade defendida no plano normativo por Furtado é republicana. Nas elaborações do autor, a realização da soberania, a autonomia do indivíduo, o bem público e a participação política são aspectos centrais. Sem os mesmos, não é possível alcançar o desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- BIGNOTTO, Newton. (2001), "Humanismo Cívico Hoje" in: BIGNOTTO (org.), Belo Horizonte, Editora UFMG.
- BOBBIO, Norberto & VIROLI, Maurizio. (2002), *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Rio de Janeiro, Campus.
- CARDOSO, Sérgio. (2004), "Por que República? Notas Sobre o Ideário Democrático e Republicanismo" in: CARDOSO, Sérgio (org.), *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- FURTADO, Celso. (1964), *Dialética do Desenvolvimento*. Recife, Fundo de Cultura.
- _____. (1985), *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1991), *Os ares do Mundo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1962), *A Pré-Revolução Brasileira*. 2ª edição, Recife, Fundo de Cultura.
- _____. (1970), *Formação Econômica do Brasil*. 10ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha. (2000), "A Trajetória Intelectual de Celso Furtado" in: TAVARES, Maria da Conceição (org.), *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- MORAES, Reginaldo C. Corrêa. (1995), *Celso Furtado, o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. São Paulo, Ática.
- SKINNER, Quentin. (1999), *Liberdade antes do liberalismo*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo, Editora UNESP.

Nascer, morrer, renascer: O Espiritismo à luz das Ciências Sociais

**Pedro Stoeckli
Pires**

Graduado em
Ciências Sociais

Palavras-chave:

Sociologia da
Religião, Brasil;
Mediunidade;
Espiritismo;
Kardecismo;
Umbanda

Key Words:

Sociology of
Religion; Brazil;
Mediumship;
Espiritism;
Kardecism;
Umbanda

RESUMO: O presente artigo visa analisar a presença e o desenvolvimento do espiritismo kardecista na sociedade brasileira e sua relação com outras religiões mediúnicas, em especial a umbanda. A partir da leitura de trabalhos de sociologia, antropologia, e das obras doutrinárias, argumenta-se que o kardecismo francês foi reinterpretado e seu aspecto religioso adaptado aos moldes nacionais. Propomos que as noções espíritas são amplamente difundidas na sociedade brasileira por representarem aspectos de crença da convivência com o sobrenatural presentes na cosmologia nacional.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the presence and development of kardecist spiritism in the Brazilian society and its relations with other mediumship based religions, in special umbanda. Based on the readings of sociological, anthropological and doctrinal works, we argue that the French kardecism was reinterpreted and its religious aspect adapted to the national needs. We follow to assert that the spiritualistic notions are widely spread in the Brazilian society for they represent aspects of the belief of supernatural presence in the national cosmology.

Introdução

No dia 6 de Dezembro de 2007 a Câmara de Deputados aprovou o projeto de Lei 291/07, da deputada Gorete Pereira (PR-CE), que institui o dia 18 de abril como o Dia Nacional do Espiritismo. A data escolhida é uma homenagem ao dia em que em 1857 foi editado na França *O Livro dos Espíritos* de Allan Kardec, primeiro livro canônico da doutrina espírita que completou 150 anos de lançamento no ano de 2007. O projeto de lei agora encontra-se em trâmite para aprovação no Senado. Segundo a notícia no site da Federação Espírita Brasileira (FEB),

"a autora do projeto lembra que o Brasil é a maior nação espírita da atualidade e que os praticantes brasileiros têm realizado obras extraordinárias no campo da assistência social", como define a doutrina espírita. Gorete Pereira também destaca a figura do médium Chico Xavier, segundo ela fundamental para a difusão do espiritismo no Brasil [...] 'A instituição do Dia Nacional do Espiritismo é homenagem justa a um dos mais importantes grupos religiosos do país, cuja atuação tem sido indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna entre nós', argumenta Gorete Pereira".¹

O espiritismo kardecista² é uma religião fundada por Allan Kardec na França durante a segunda metade do século XIX, podendo ser considerada bastante recente se comparada às grandes religiões mundiais. Um dos aspectos mais originais do movimento espírita é o fato de sua estrutura se

aparentar mais com as religiões orientais do que com o cristianismo. Dentre as principais crenças do kardecismo estão a teoria das reencarnações sucessivas, o carma (que pode ser compreendido como a lei da causa e efeito), a possibilidade de comunicação com espíritos desencarnados e a crença na pluralidade de mundos habitados, cada qual em um nível de evolução. Apesar de ter fundamentos de religiões orientais como o budismo e o hinduísmo, o espiritismo de Kardec apresenta-se como uma religião de inspiração cristã, tendo na figura de Jesus Cristo o exemplo do mais alto grau de elevação espiritual que já veio ao planeta.

O kardecismo é uma religião européia fundada por um francês, mas foi no Brasil que tal religião teve melhor aceitação. De acordo com o último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, o número de espíritas no Brasil era de 2.337.432 pessoas, constituindo 1,3% da população total do país, ficando atrás apenas dos católicos (73,6%) e dos evangélicos (15,4%). O movimento espírita no país abrange lares, centros espíritas, institutos culturais, hospitais, orfanatos, asilos e editoras. Mesmo o número relativo de espíritas sendo pequeno, é comum ouvir a hipótese por parte dos fiéis de que existem muito mais simpatizantes da doutrina do que se pode mensurar quantitativamente. Isso se dá porque se estima que um considerável número de adeptos de religiões mediúnicas se declara católico. Por sua vez, uma considerável parcela dos católicos também simpatiza com as noções espíritas.

¹ Site da FEB (www.febnet.org.br), acessado em 05/04/2008.

² Faz-se necessário especificar o espiritismo como kardecista, pois religiões como a umbanda e o candomblé também são consideradas espíritas.

Distribuição percentual da população residente, por religião – Brasil 2000 %

Católica Apostólica Romana	73,6
Evangélicos	15,4
Espíritas	1,3
Umbanda e Camdomblé	0,3
Outras religiosidades	1,8
Sem religião	7,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Características Gerais da População: Resultado da Mostra

Desse modo, o kardecismo é uma religião adaptada aos moldes brasileiros, conhecida também no meio acadêmico. Já na época de seu livro *Kardecismo e Umbanda*, Cândido Procópio de Camargo (1961) apontava o rápido desenvolvimento das religiões mediúnicas no Brasil e a necessidade de serem estudadas pelas ciências sociais. Apesar dos estudos antropológicos e sociológicos sobre suas práticas, poucos autores recorreram aos conceitos da importante obra sobre religiões do sociólogo alemão Max Weber. Considerado um dos pais fundadores da Sociologia, Weber dedicou grande parte de sua vida acadêmica aos estudos das religiões mundiais e seu desenvolvimento. O autor visou discutir em sua obra desenvolvimentos religiosos típicos para traçar linhas de evolução do pensamento religioso e da racionalidade ocidental. Dentro dessa linha, Weber mostrava especial interesse pelo desencantamento do mundo, um abandono gradual do pensamento mágico em função de maior racionalização religiosa. Weber desenvolveu conceitos gerais que podem ser aplicados a qualquer análise de religião e, como bem definiu Robert Hefner, "the heart of his analysis still provides a powerful insight".³

Em nosso presente estudo, partimos da preocupação weberiana pela tensão entre o tradicionalismo leigo (pensamento mágico) e o racionalismo religioso (doutrina) para melhor compreendermos o espiritismo. O kardecismo sustenta uma doutrina com fortes traços mágicos, como a comunicação com espíritos e a cura de problemas físicos através da ação dos mesmos. Assim, esse artigo pretende revisar e complementar parte da produção da sociologia e da antropologia que analisa o kardecismo. A partir das idéias weberianas sobre o abandono do pensamento mágico em função da maior racionalização religiosa e científica, consideramos o espiritismo kardecista como uma religião com o esforço racional para atender as demandas do tradicionalismo leigo.

A Terceira Revelação ou Codificação de Allan Kardec

O primeiro fenômeno famoso de contato espiritual ocorreu em 1848 em Hydesville, EUA, onde as irmãs Margaret e Katie Fox desenvolveram

uma maneira de se comunicar com espíritos e interpretar batidas e ruídos atribuídos a eles. A partir da curiosidade pelos fenômenos chamados de "mesas girantes" ocorridos na primeira metade do século XIX, Allan Kardec iniciou o estudo e a comunicação com os espíritos para apresentar ao mundo o que seria a Terceira grande revelação da história que fundou uma nova era, na sequência da primeira feita por Moisés e a segunda por Jesus Cristo (Kardec, 2006a). A importância da revelação de Moisés seria a existência do Deus único e seus mandamentos, enquanto a Jesus Cristo coube a tarefa de universalizá-los e difundi-los. Desse modo, dentro do espiritismo Kardec é tido como um dos grandes profetas da história, e seus escritos constituem a fonte última de autoridade em discussões doutrinárias.⁴ Nascido na França em 1804 com o nome de Hippolyte Léon Denizard Rivail, o fundador do kardecismo adotou o pseudônimo de Allan Kardec por ter sido seu nome em uma existência anterior. Antes de se tornar o Codificador, Hippolyte foi professor e parte da Real Academia de Ciências Naturais na França, o que afetaria decisivamente a doutrina espírita. Kardec é notadamente mais conhecido no Brasil do que em seu país natal (Santos, 1997).

Apesar da ampla produção literária espírita, o espiritismo kardecista delimita-se nas cinco obras fundadoras de Allan Kardec que são conhecidas como o "pentateuco kardequiano". São elas *O Livro dos Espíritos* (1857), *O Livro dos Médiuns* (1961), *O Evangelho segundo o Espiritismo* (1864), *O Céu e o Inferno* (1865) e *A Gênese* (1868). Na época em que a Codificação espírita foi escrita, as idéias de evolução e progresso estavam em voga, influenciando decisivamente a doutrina. A própria sequência das três grandes revelações históricas é interpretada como uma linha de evolução que desenvolveu e adaptou as revelações anteriores ao grau de evolução da humanidade. Unidas às noções de carma e reencarnação orientais elas gerariam uma nova religião ocidental moderna caracterizada pela mescla de fundamentos.

Notadamente, o fechamento de um cânon costuma ser justificado pela idéia de que a época passada foi escolhida para ser abençoada com o carisma profético (Weber, 2004). Allan Kardec afirmou que sua Terceira revelação só se deu naquele momento devido ao grau insatisfatório de evolução humano nos séculos anteriores. Assim,

"os espíritos anunciam que é chegado o tempo marcado pela Providência para uma manifestação universal e que, por serem eles os ministros de Deus e os agentes de sua vontade, cabe-lhes a missão de instruir e esclarecer os homens, iniciando uma nova era para a regeneração da humanidade".⁵

Kardec enfatiza que o espiritismo está em todos os lugares e que a comunicação com os espíritos seria um fato cada vez mais comum. A originalidade de sua obra seria a sistematização

³ Hefner, Robert 1993. *World Building and the Rationality of Conversion*, p. 19.

⁴ Tomamos aqui o termo como teorizado por Weber: "Por 'profeta' queremos entender aqui o portador de um carisma puramente pessoal, o qual, em virtude de sua missão, anuncia uma doutrina religiosa ou um mandado divino" (2004, p. 303).

⁵ Contracapa *O Livro dos Espíritos*, edição de 2006 da EME editora.

das respostas dadas por espíritos superiores para guiar a humanidade, sem contudo significar que a revelação fornecida a ele era estritamente pessoal.

Os espíritos são constantemente criados e tiveram um princípio, pois senão seriam iguais a Deus⁶. De acordo com as revelações dos espíritos a Kardec, a Terra seria necessariamente um lugar de expiação que nos propicia a oportunidade de evoluir. Segundo Maria Laura Cavalcanti, "a noção de carma no espiritismo é semelhante à do hinduísmo e do budismo, implicando a percepção do mundo como um cosmos sem lacunas de retribuições éticas, na qual nenhum fato significativo do ponto de vista moral se perde" (1983, p. 41). A doutrina espírita absorveu de outras religiões a idéia de reencarnação e carma, sendo que devemos viver nesse planeta consecutivas vezes para que possamos desenvolver nossa inteligência.⁷ Existem dois tipos de encarnação; a expiação e a missão, na qual espíritos superiores vêm para nos auxiliar (como Jesus Cristo). Da tradição cristã o kardecismo tomou a ênfase na humildade e na caridade, sendo essa a principal lei da religião. Também, um espírito nunca regressa pior; ou ele fica estagnado ou evolui. De fato, segundo o kardecismo nada acontece por acaso ou aleatoriamente, sendo que doenças e quaisquer adversidades são vistas como provações, punições ou avisos pelos quais devemos passar com a atitude cristã de humildade e caridade.

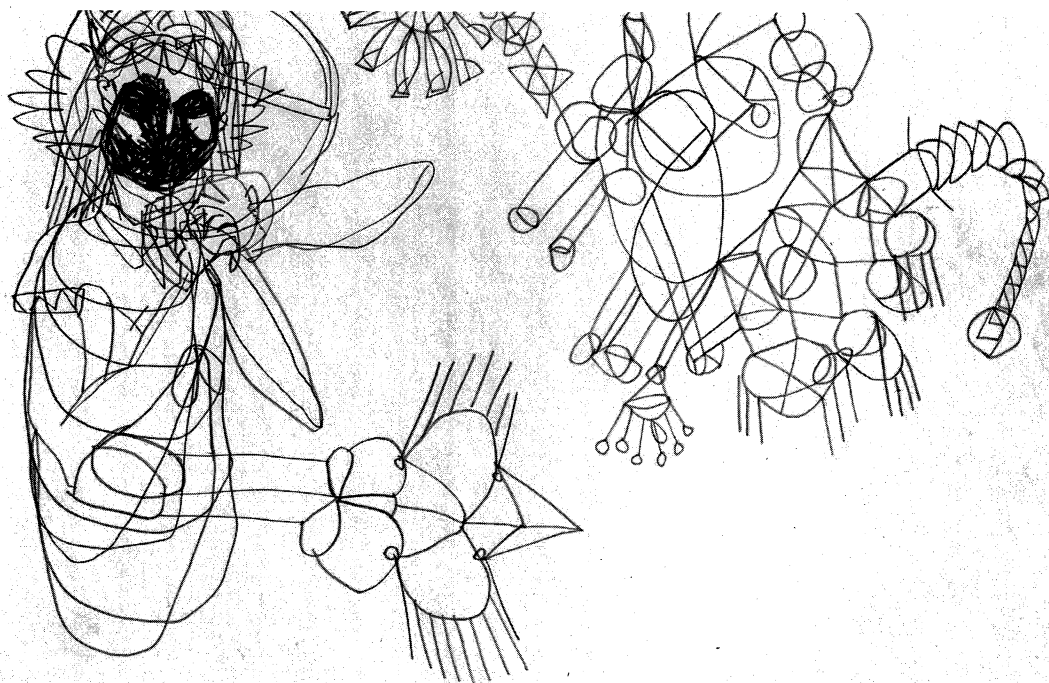
Quando atingimos um estágio satisfatório de elevação, tornamos a encarnar em outro planeta para continuarmos evoluindo. Essa constante evolução é sempre em direção a Deus e estágios de perfeição que mal podemos vislumbrar em nosso atual grau de desenvolvimento. A aplicação prática dos conceitos de carma e evolução seria a ordenação de valores deste mundo, estabelecendo práticas e hábitos humanos, como o desenvolvimento intelectual, a superação de vícios e a caridade. A busca da evolução condicionando

os hábitos é conhecida como o comportamento prosaico, e essa é uma característica do ascetismo intramundano, o domínio metódico da conduta da vida. Segundo tal concepção, a salvação está no que fazemos no dia-a-dia, o que no kardecismo se apresenta na forma da constante caridade e no estudo da doutrina. Assim, em contraste com concepções de salvação pela fé (como no catolicismo) e pela vocação (como no puritanismo), no kardecismo a salvação da alma se dá pela caridade praticada tanto em vida quanto no plano espiritual.

Encarnação e Caridade

Ao entrar nesse mundo um espírito esquece temporariamente de suas vidas passadas, sendo sua memória espiritual recuperada ao desencarnar. A função desse esquecimento é de renovação do nosso livre-arbítrio para agirmos sem a influência de sabermos exatamente como pagar nossas dívidas. A evolução segundo o kardecismo é um processo muito lento que necessita de várias encarnações. Atributos como talento ou genialidade não são dádivas divinas gratuitas, mas, sim, conquistas anteriores duramente merecidas. De tal maneira, poderíamos identificar indivíduos mais ou menos evoluídos devido às suas qualidades e seu comportamento. Pode-se traçar um paralelo com a idéia de predestinação apresentada pelo protestantismo, onde é possível identificar aqueles que serão salvos através do sucesso em vida devido à sua vocação, indicador da escolha divina. No caso do espiritismo, a caridade, a inteligência e a humildade demonstradas durante a vida são características de um ser mais elevado espiritualmente, como no exemplo do médium Chico Xavier.

Os espíritos desencarnados exercem constante influência sutil e inevitável entre os encarnados.⁸ Consequência da coexistência de espíritos encarnados e desencarnados é que a morte per-



⁶ Perguntas 78 a 83 do Livro dos Espíritos.

⁷ Uma "contabilidade moral inflexível", segundo Camargo (1961).

⁸ Cândido Procópio (1961) argumenta que no kardecismo a revelação da doutrina tem menos importância do que a vivência da doutrina e a experiência religiosa. Isso também contrastaria com religiões que enfatizam a revelação histórica, como o Judaísmo, o Cristianismo e o Islã.

de importância nas relações entre as pessoas, sendo encarada como apenas mais um estágio nesse longo processo cósmico. De fato, Kardec enfatizou em seu *Evangelho* que os verdadeiros laços afetivos não são desse mundo e que a idéia de reencarnação é a única que propicia vínculos duradouros em contraste com os vínculos da carne e do sangue (Kardec, 2006b). Enquanto nos encontramos vivendo nesse mundo de expiação, existem espíritos elevados que nos auxiliam em nossas provações e outros menos evoluídos que visam nos confundir. Desse modo, não necessariamente um espírito desencarnado é mais evoluído do que um que esteja encarnado e o grau de elevação espiritual deles teoricamente pode ser percebido por suas ações e discurso. Segundo Maria Laura Cavalcanti,

"Partindo do fato de que os homens são Espíritos encarnados, em evolução, e portanto imperfeitos, a caridade permite distinguir e hierarquizar, de maneira dinâmica e contextual, Espíritos (homens) mais ou menos imperfeitos" (Cavalcanti, 1983, p. 71).

Aqueles que se comunicam com os desencarnados têm o dom da mediunidade, uma característica orgânica que pode ficar latente e ser desenvolvida ao longo da vida, constituindo um traço carismático de um indivíduo. Para melhor compreender o poder de um médium, podemos tomar a concepção weberiana de carisma como sendo um dom vinculado a um objeto ou pessoa que por natureza o possui e que não pode ser adquirido de outra forma (Weber, 2004). Não obstante, tal dom pode permanecer oculto se não for estimulado ou despertado pela ascese, exercício de devoção e meditação religiosa. Como aponta Giumbelli (2003), os médiuns devem ser elevados a um

certo grau de pureza moral e disciplina mental, o que os afastaria da espontaneidade do mago e os aproximaria do papel do sacerdote. As manifestações espontâneas ou em grupos não preparados corretamente leva à comunicação com espíritos pouco elevados, mistificadores. Assim, no kardecismo o médium é uma figura localizada entre o mago dotado de poderes e o sacerdote racionalmente treinado para exercer sua função.

A prática caritativa é a única solução para se escapar ao ciclo reencarnacionista em um mesmo nível de evolução e podemos aperfeiçoá-la através do estudo da doutrina. Contudo, por sermos seres imperfeitos em estágio de evolução, o sofrimento é algo inerente à experiência da vida em um planeta de expiação, como a Terra. Podemos observar que a noção de constante reencarnações em um lugar de sofrimento e expiação aproxima-se do conceito cristão de purgatório (Cavalcanti, 2006). Vale aqui apontar uma divergência significativa entre o budismo e o kardecismo. Enquanto a ação típica de um budista seria a atitude do místico, de fuga contemplativa desse mundo, pode-se argumentar que o kardecista necessariamente é o asceta que visa agir pela caridade. O budista ideal não revidaria a uma ofensa, pois assim ele reafirmaria sua existência e seu amor próprio, sentimentos ligados a esse mundo.

Por sua vez, os kardecistas e outros cristãos visariam reagir ao mal com o bem, através da reação positiva pelo perdão. O místico busca um estado de "possessão", não a ação, sendo um "recipiente" do divino (Weber, 2002, p. 228). No budismo uma pessoa visa ser salva do ciclo de renascimentos e entrar no descanso eterno através do "não ser". Dessa forma, a evolução espiritual objetiva o aniquilamento de seu ego e de suas paixões, quando um espírito passa a fazer parte do Nirvana. Já no espiritismo a elevação espiritual nos leva a viver em outros planos mais



elevados, onde sempre continuaremos a praticar os valores cristãos da caridade, inclusive auxiliando em outros mundos inferiores de sofrimento. A ação (caridosa) é a lei de Deus e, assim, indispensável à salvação.

Na concepção espírita, a dor e o sofrimento são maiores quanto menos evoluído um ser é. Vale aqui apontar o que pode ser chamado de *paradoxo da caridade*. A doutrina kardequiana sustenta que fora da caridade não há salvação, sendo essa a lei máxima de Deus. Se considerarmos que nosso plano é um mundo de sofrimento, todos encarnados ou ligados a ele sofrem, mesmo que em graus diferentes. Em teoria, um espírito mais evoluído não vivenciaria mais esse sofrimento característico dos espíritos em menor grau de evolução. Porém, se ele é evoluído isso leva a crer que ele é também extremamente caridoso, e que, por isso, ele necessariamente vivencia a dor de outros espíritos imperfeitos e sofre com eles. Logo, *a dor é eterna*, pois os salvos das dores desse mundo continuam a sofrer as dores dos outros, e a salvação pela caridade seria, de tal maneira, impossível.

De forma semelhante, saber quando a caridade deve ser praticada pode ser também um problema. Se a expiação e o sofrimento são necessários para que possamos evoluir ou para o pagamento de dívidas passadas, a ação caridosa que traz conforto a uma pessoa pode vir a atrapalhar a evolução de outros. Se grande porção dos encarnados fosse extremamente caridosa, a outra parte não poderia se reabilitar por meio do castigo, a expiação. Assim, há uma linha tênue entre a atitude caridosa e a expiação alheia. Quando apresentamos essas questões a um teórico do espiritismo,⁹ a resposta foi que o sofrimento da caridade é diferente do sofrimento moral e físico dos espíritos inferiores. Nessa distinção, o sofrimento por ver alguém sofrer advém do amor universal e por isso torna um espírito ainda mais feliz. Deus ama incondicionalmente, mas não sofre. Em relação ao limite da prática da caridade, o dever de um espírito é sempre ajudar quando possível. O entrevistado nos lembrou que no espiritismo nada acontece por acaso, e que se alguém está sendo ajudado em sua expiação, é porque seu carma conduziu a isso.

Weber e a tensão entre magia e racionalidade

O sociólogo alemão Max Weber tentou reconstruir o processo de evolução da racionalidade ocidental e buscou a resposta no pensamento religioso. Como nos lembra Antônio Flávio Pierucci (2005), Weber não é um sociólogo da religião, mas sim um sociólogo da racionalização. Weber estabeleceu uma distinção fundamental entre religiões ocidentais e orientais, o que afetaria ultimamente no próprio pensamento das sociedades. Seu argumento é de que o ponto de divisão estaria na forma como a profecia de cada religião é revelada, e sua sociologia da religião tenta compreender a divisão entre a contemplação mística

e o ativismo ascético (Bendix, 1986). Na profecia ética o profeta se anuncia como um instrumento da vontade de Deus, que demanda determinado comportamento cotidiano que garanta sua salvação. Por sua vez, a profecia exemplar visa basear-se no comportamento do profeta para seguir o caminho da salvação. Jesus Cristo e Maomé são exemplos de profetas éticos, e Buda é um grande exemplo de profeta exemplar. Enquanto a profecia exemplar é tipicamente praticada no oriente, o ocidente segue majoritariamente a profecia ética, e as demandas religiosas de um comportamento prosaico da profecia ética são, segundo o autor, incompatíveis com o pensamento típico asiático. (Weber, 2004).

Ao descrever diversas doutrinas, Weber mostra uma constante preocupação com o abandono gradual da magia na evolução humana. A racionalidade mágica seria um tipo de comportamento padrão natural, que só pôde ser parcialmente superado com o advento das religiões de salvação. Segundo Pierucci, "magia é coerção do sagrado, compulsão do divino, conjuração dos espíritos; religião é respeito, prece, culto, e sobretudo *doutrina*" (2005, p. 70). A magia é regida por tabus, enquanto a religião segue uma determinada ética. Porém, a humanidade sempre tende ao exercício da magia e às explicações mágicas, um movimento oposto ao racionalismo religioso, e essa relação é objeto de constante tensão entre a tradição e a doutrina religiosa. Nesse quesito, Weber considerava o calvinismo como especial por ter se esforçado em deixar quaisquer concepções mágicas para trás. Ao descrever esse fenômeno, o autor criou a expressão *desencantamento do mundo*, um processo histórico de *desmagificação* da sociedade ocidental que pode ocorrer pela ciência ou pela religião.¹⁰

De acordo com o autor, a revelação profética significa sempre uma visão homogênea da vida, atribuindo-lhe um sentido único que explique suas várias esferas. Isso levaria a uma sistematização de todas as manifestações da vida num *modo de viver*. A racionalização religiosa é o processo de domínio teórico da realidade por meio de conceitos abstratos (2002, p. 206). Quanto maior se pretende a religião, mais ela tem que lidar com o racionalismo leigo, o pensamento mágico. Tais concepções são úteis para pensar o kardecismo, religião que opera na tensão entre a racionalização religiosa e o tradicionalismo da magia. De tal maneira, esse esforço de domínio do mundo através de conceitos caminha dentro do espiritismo em direção às idéias mágicas normalmente associadas a religiosidades mais primitivas, como a comunicação com espíritos, a possessão e a cura por energias vibracionais à distância.

Se considerarmos o método comparativo de Weber, o caso do espiritismo mostra-se interessante por mesclar idéias típicas do ocidente com o oriente, concepções mágicas e racionalismo religioso, tradicionalismo leigo e modernidade. Como mencionado, a doutrina kardecista baseia-se em noções mágicas de coexistência com espíritos e cura através dos mesmos, apresentan-

⁹ "Os espíritos exercem uma ação ininterrupta sobre o mundo moral e inclusive sobre o mundo físico" (Kardéc, 2006b, p. 19)

¹⁰ Entrevista com José Reis Chaves no dia 09/04/2008, no centro espírita Emmanuel, no centro de Belo Horizonte.

do, no entanto, o esforço de tornar tais crenças altamente racionalizadas. O kardecismo é então uma religião que opera na linha de tensão entre pensamento mágico e a racionalização, e aqui a *desmagificação* não se dá nem pela ciência nem pela religião, sendo ambas usadas como suporte à crença nos espíritos. Além disso, a teoria do carma, uma das grandes teodicéias da história, é alinhada com a tradição judaico/cristã para dar novo sentido homogêneo ao mundo, o que diminui a distância entre os racionalismos ocidental e oriental. Ao englobar várias posições religiosas em sua doutrina, o kardecismo criou um sistema de explicação que é aplicável a vários contextos sem necessariamente entrar em conflito com outras crenças.¹¹ De fato, o esforço do Codificador foi de gerar uma religião que fosse uma síntese das outras.

Weber chamou a atenção para o fato de que a ação religiosa ou magicamente motivada é sempre orientada para este mundo (2004, p. 279). Mesmo que o contato mediúnico pretenda amenizar as aflições de uma alma errante, todo o ritual tem a função de demonstrar a eficácia e sustentar a cosmologia espírita. Além do traço carismático de comunicação e manipulação dos espíritos, encontra-se no espiritismo o auxílio do que é conhecido na teoria weberiana como *technical devices*, bens palpáveis na religião que são resquícios de uma religiosidade tipicamente mágica (no espiritismo a água fluidificada e as psicografias). Para o autor, a segurança da magia é muito maior do que a simples veneração de um deus não influenciável por meios mágicos, o que justificaria a presença de aparatos de caráter mágico em várias religiões, como terços e imagens.

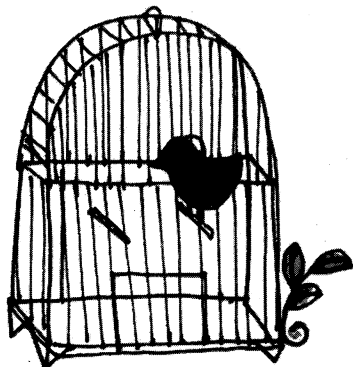
Seguindo a linha weberiana, o autor Cândido Procópio afirmou que o desenvolvimento de religiões mediúnicas no Brasil (em especial os setores kardecistas) é expressão do processo de racionalização e secularização nacional. Isso se daria porque as doutrinas mediúnicas teriam afinidade com o pensamento moderno urbano, facilitando a adaptação do brasileiro à vida na cidade (Camargo,

1961, 1973). O autor considerava cada religião como uma "alternativa ideológica competitiva" suprimindo diferentes necessidades dos indivíduos. Nesse sentido, as idéias sobre mérito e destino, evolução e cientificismo da doutrina de Kardec seriam bem aceitas pelo pensamento urbano industrial, uma "*alternativa possível no processo de adaptação das personalidades às exigências da vida urbana*" (Camargo, 1961, p. 97).

O argumento de Camargo parece ter certo poder explicativo, pois o contingente kardecista realmente se concentra nos centros urbanos, e o número de kardecistas de fato cresceu desde as décadas do estudo do autor (1960 e 1970). No entanto, a religião dominante ainda é o catolicismo, seguida pelo constante crescimento dos evangélicos. Se coubesse ao espiritismo essa forte afinidade com o pensamento urbano/industrial de que fala o autor, o aumento dos fiéis kardecistas deveria ter sido maior do que os demais. Por sua vez, o próprio autor já apontava que o kardecismo e as religiões evangélicas representavam, apesar de sua diversidade doutrinária, alternativas sacrais próximas devido à sua funcionalidade de cura mágica (Camargo, 1973). Nesse sentido, talvez as religiões neopentecostais tenham ainda mais sucesso no processo de "adaptação" às exigências da vida urbana. Ou, como propomos, são ainda mais eficazes em atender as demandas de um tradicionalismo leigo com base no pensamento mágico.

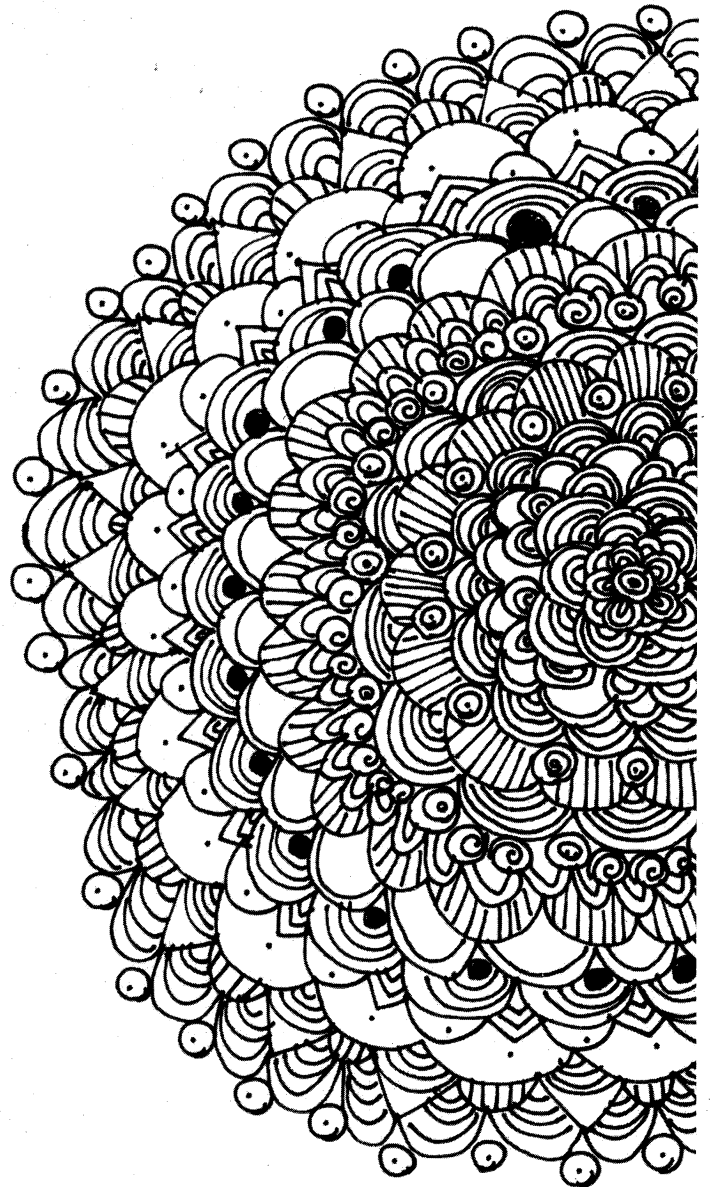
Conclusão

Com certo grau de unanimidade entre os autores na bibliografia estudada, as noções espíritas são apontadas como sendo extremamente difundidas em vários nichos nacionais. O sucesso da conversão kardecista implica que o fiel passe a interpretar fatos correntes de seu cotidiano como mensagens e intervenções dos espíritos. A tese de que as idéias sobre o sobrenatural e os espíritos está enraizada em várias camadas da cultura brasileira é reforçada por episódios como



¹¹ É importante notar que esse desencantamento não é um fenômeno generalizado aplicável a todas as religiões históricas: "Multidirecional que é, uma das direções historicamente possíveis foi o desencantamento religioso do mundo" (Pierucci, 2005: 70).

¹² Uma idéia comum entre alguns kardecistas é de que o espiritismo não é a religião do futuro, mas sim o futuro de todas as religiões, pois essas estão gradativamente reconhecendo a existência dos espíritos.



o das psicografias de Chico Xavier usadas em julgamentos. No kardecismo a magia se disfarça como um discurso científico/filosófico de forma a tornar-se mais socialmente aceita. As práticas mágicas se transformam, mas a sua essência de manipulação do sobrenatural se mantém a mesma. Considerando o tema weberiano do desencantamento do mundo, ou *desmagificação*, podemos concluir que o espiritismo kardecista é uma religião que opera em constante esforço para atender as demandas do tradicionalismo leigo, como a cura física e espiritual através de meios mágicos. E justamente essa propensão nacional às explicações sobrenaturais torna a forte presença de práticas mágicas facilmente aceitável pelos adeptos da religião kardecista e nem tão estranha a quem é de fora da religião.

Nas últimas décadas temos visto o crescimento de cultos neopentecostais na sociedade brasileira abundantes em exorcismos e práticas mágicas (como a fogueira santa) que reforçam a crença generalizada da presença de espíritos em nosso cotidiano. De fato, Cândido Procópio já

apontava que o kardecismo e o pentecostalismo representavam, apesar de sua diversidade doutrinária, alternativas sacrais próximas devido à sua funcionalidade (Camargo, 1973). O autor sugeriu que religiões como o kardecismo proporcionam um sentido mítico da compreensão de fatos do dia a dia e de episódios da vida dos fiéis. Em grande parte das religiões praticadas no Brasil, o pensamento mágico e seus resquícios são ainda bastante presentes e facilmente notados. Aqui o processo de desmagificação e desencantamento do mundo weberiano foi menor se comparado a um certo tipo de adaptação da magia à vida urbana. Assim, através do estudo de uma religião mediúnica como o kardecismo apontamos para uma possível vertente analítica que descreva religiões modernas através de traços da religiosidade primitiva mágica.

Referências Bibliográficas:

Obras espíritas

- CHAVES, José Reis (2000) *A Face Oculta das Religiões*. São Paulo: Martin Claret.
- KARDEC, Allan (2006a) *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. Trad. Guillon Ribeiro. Rio de Janeiro: FEB.
- KARDEC, Allan (2006b) *O Livro dos Espíritos*. Trad. Matheus R. de C. Capivari: Editora EME.
- XAVIER, Francisco Cândido (2006) Brasil, *Coração do Mundo*, Pátria do Evangelho. Rio de Janeiro: FEB.

Demais obras

- BENDIX, Reinhard (1986) *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília: Editora UNB.
- CAMARGO, Cândido Procópio F. de (1961) *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo: Pioneira.
- CAMARGO, Cândido Procópio F. de et al (1973) *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes.
- CAVALCANTI, Maria L. V. C. (1983) *O Mundo Invisível*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- CAVALCANTI, Maria L. V. C. (2006) *Life and death in Kardecist Spiritism*. In: *Religião & Sociedade*, v. 24, n. 01, p. 168-173.
- GIUMBELLI, Emerson (2003) O "Baixo Espiritismo" e a História dos Cultos Mediúnicos. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 9, no. 19, p. 247-281. Porto Alegre.
- HEFNER, Robert W. (1993) World Building and the Rationality of Conversion. In: HEFNER, Robert W. (ed.). *Conversion to Christianity*. Berkeley: University of California Press.
- LEWGOY, Bernardo (2004a) *O Grande Mediador – Chico Xavier e a cultura brasileira*. Bauru, SP: EDUSC.
- LEWGOY, Bernardo (2004b) Etnografia da leitura num grupo de estudos espírita. In: *Revista Horizontes Antropológicos*, ano 10, n. 22, p. 255-282, Porto Alegre.
- LEWGOY, Bernardo (2006) Incluídos e Letrados – reflexões sobre a vitalidade do espiritismo kardecista no Brasil atual. In: TEIXEIRA, F. e MENEZES, R. (orgs.) 2006. *As Religiões no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- ORTIZ, Renato (1978) *A Morte Branca do Feiticeiro Negro*. Petrópolis: Vozes.
- PIERUCCI, Antônio Flávio (2005) *O Desencantamento do Mundo*. São Paulo: Editora 34.
- SANTOS, José Luiz (1997) *Espiritismo: uma religião brasileira*. São Paulo: Moderna.
- SILVA, Vagner Gonçalves da (2006) Transes em Trânsito: Continuidades e rupturas entre neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras. In: TEIXEIRA, F. e MENEZES, R. (orgs.) *As Religiões no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- VELHO, Gilberto (2004) *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- WEBER, Max (2002) *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC.
- WEBER, Max (2004) *Sociologia da Religião*. In: *Economia e Sociedade*. São Paulo: Editora UNB.

A Luta por Reconhecimento dos Direitos das Mulheres nas Nações Unidas: da Esfera Privada para a Arena Pública Global

Érika Almeida

Graduada em Ciências Sociais/UFMG.

Fernanda Cimini

Graduada em Ciências Sociais/UFMG

Palavras-chave:

Luta por reconhecimento; Feminismo; Nações Unidas

Key Words:

Struggle for recognition; Feminism; United Nations

RESUMO: O artigo tem como objetivo compreender a evolução da concepção sobre direitos das mulheres nas declarações das Nações Unidas, tendo em vista as lutas por reconhecimento no âmbito internacional. Para isso, analisamos a incorporação dos direitos das mulheres por meio de uma luta de reconhecimento travada pelos movimentos feministas (a) para fazerem parte dos fóruns globais de discussão e (b) uma vez participantes, para terem suas reivindicações atendidas.

ABSTRACT: This article aims to understand the evolution of the conception about women rights in the United Nations, in terms of the figure of a struggle for recognition that has taken place in the international arena. In order for this, we analyse the gradual incorporation of the women rights through the struggle for recognition that has motivated the feminist movements (a) to take part in the world summits and (b) once participants, help them to have their claim answered.

A primeira movimentação para a institucionalização de direitos no âmbito internacional tem como marco político e jurídico a Declaração Universal de Direitos Humanos, formulada em 1948 para delimitar o alcance dos direitos a serem protegidos conforme a Carta de São Francisco¹. Esse documento é composto por um preâmbulo, que explicita sumariamente a doutrina dos Direitos Humanos, e um conjunto de 30 artigos destinados a todos os seres humanos, que proclamam o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à segurança pessoal, à igualdade, entre outros.

Embora a Declaração de 1948 não tenha força obrigatória e seja frequentemente violada por diversos Estados, os direitos nela estabelecidos são amplamente reconhecidos pela comunidade internacional como um guia fundamental para os instrumentos de proteção aos Direitos Humanos. A partir de 1948, muitos foram os esforços para aprofundar e delimitar os parâmetros de ação em defesa desses direitos por meio de diversas convenções. No caso específico da concepção sobre direitos das mulheres, observa-se uma evolução a passos lentos, cujo alcance maior se anuncia em 1993, na Conferência de Viena e se concretiza apenas em 1995, cinquenta anos após a criação da ONU, na Conferência de Beijing.

É interessante observar que na Declaração de 1948 o termo mulher ou mulheres aparece apenas 2 vezes, ao passo que o termo homem é o segundo de maior ocorrência, totalizando 36 aparições. Já em 1993, na Declaração de Viena, que teve por objetivo reafirmar o compromisso da comunidade internacional na promoção e proteção dos Direitos Humanos, os termos mulher, mulheres e meninas aparecem aproximadamente 60 vezes, ao passo que homem ou homens aparecem apenas 3 vezes. Nesse sentido, é signifi-

cante a diferença das quantidades relativas dos signos homem e mulher em dois documentos que possuem os mesmos propósitos, mas separados por um intervalo de tempo de aproximadamente cinquenta anos.

Essa evolução lingüística observada nas duas Declarações, bem como a realização de uma Conferência em que pela primeira vez se cristalizou um consenso intergovernamental sobre a necessidade de inclusão da perspectiva de gênero nas ações internacionais, são indícios do reconhecimento progressivo dos direitos da mulher na agenda internacional. Para Reanda (1999) "a ONU se transformou na organização internacional em que 'os direitos iguais dos homens e das mulheres' são um objetivo e uma obrigação". No entanto, é sabido que são muitos os desafios para se, de fato, atingir a igualdade plena de gênero nas práticas sociais e políticas adotadas em diversos Estado-Nações, o que demonstra que a luta por reconhecimento das mulheres ainda não terminou.

Tendo isso em vista, nosso objetivo é compreender como a questão da luta pelo reconhecimento da mulher saiu da arena privada, para atingir uma esfera pública global. Nossa hipótese é de que a incorporação dos direitos das mulheres na agenda internacional foi possível por meio de três diferentes etapas que permearam a luta por reconhecimento. Em um primeiro momento, a luta por reconhecimento se desenvolve no âmbito local, com o objetivo de ganhar um alcance público, e culmina na formação dos movimentos sociais feministas. Em um segundo momento, esses movimentos ganham força política e se estendem para além das fronteiras nacionais, inserindo-se na agenda dos fóruns de discussão internacional. E, por fim, uma vez agentes participantes da es-

¹ A Carta das Nações Unidas foi elaborada no período de 25 de maio a 26 de junho de 1945 por representantes de 50 países reunidos na cidade de São Francisco, daí o nome "Carta de São Francisco". Esse documento marca a criação da ONU e estabelece seu mandato duplo: proteção dos Direitos Humanos e manutenção da paz e segurança no sistema internacional. Embora a Carta reconheça o compromisso de todos os Estados na promoção da proteção dos Direitos Humanos, ela não estabelece uma delimitação desses direitos.

fera pública global, a luta passa a se orientar para que as reivindicações sejam atendidas e institucionalizadas em práticas políticas locais.

O Reconhecimento da mulher: Do privado para o público

Em *A Condição Humana*, Hannah Arendt (2003) tematiza os três conceitos fundamentais que constituem a gênese da sua antropologia filosófica: trabalho, produção e ação. Quanto ao trabalho, ele é necessário à sobrevivência biológica e efetiva-se na atividade do animal *laborans*, o qual, a partir de um estágio primitivo de existência, vivia isolado dos outros seres humanos regendo-se apenas pelos ditames fisiológicos da vida animal. Em relação à produção, ela é o estágio do *homo faber* que produz objetos, partilhando o seu saber com outros homens. A ação, por sua vez, é a característica da vida humana no contexto social. Os homens agem e interagem uns com os outros no seio de uma vida política em sociedade. Desse modo, a ação é a única característica da essência humana que depende exclusivamente da contínua presença de outros homens.

Arendt enquadra o trabalho e a produção no domínio da esfera privada, enquanto a ação está exclusivamente no plano da esfera pública. O privado é o reino da necessidade. O público é o reino da liberdade. A ação não se equivale ao trabalho necessário à sobrevivência biológica ou à produção técnica, mas à construção de obras coletivas permanentes que engrandecem o homem. A esfera privada é a esfera da casa, da família e daquilo que é próprio à existência humana. Baseia-se em relações de parentesco como a irmandade e a amizade. Trata-se de um reino de violências em que só o chefe da família exercia o poder despótico sobre os seus subordinados (a sua mulher, filhos e escravos). O privado, na dimensão da intimidade, é aquilo que é exclusivo do ser humano na sua individualidade e, não sendo de interesse público, não deve ser divulgado. Neste sentido, a mulher era propriedade do chefe da família e competia-lhe procriar e cuidar dos filhos. Na esfera privada, existia a mais pura desigualdade: o chefe da família comandava e os outros membros da família eram comandados.

Hanna Arendt (2003) observa uma fluidez na demarcação das esferas público e privado na modernidade em contraposição à antiguidade clássica. Questões de caráter social e econômico têm cada vez mais penetrado a vida pública e política. O que para Arendt tem uma conotação negativa ao "poluir" a vida contemplativa, para as feministas, a politização de temas privados, trata-se de um ponto de partida crucial para se combater as desigualdades de gênero, a violência doméstica, dentro outros abusos. Por isso, lentamente se observa um movimento de contestação pública de questões anteriormente restritas ao mundo da casa.

A passagem da problematização da condição feminina do âmbito privado para o debate público seria o primeiro estágio da luta por reconhecimento²

das mulheres. Ser reconhecido na esfera pública significa não só a ampliação e universalização dos direitos civis, políticos e sociais, mas principalmente o reconhecimento do papel desses indivíduos dentro de uma tradição cultural na qual eles se inserem. A esse respeito Axel Honneth (2003) identifica três esferas de reconhecimento: amor, direito e solidariedade. Para Honneth (2003), a reprodução da vida social só é possível por meio do reconhecimento recíproco, pois se os sujeitos não concebem o outro como parceiros da interação, isso é, como seus destinatários sociais, não há como se chegar a uma auto-relação prática. Nesse sentido, o reconhecimento é uma categoria própria à subjetividade dos indivíduos, que se constrói mediante uma luta social travada fundamentalmente pelo *self* ao longo dessas três esferas. Segundo Honneth:

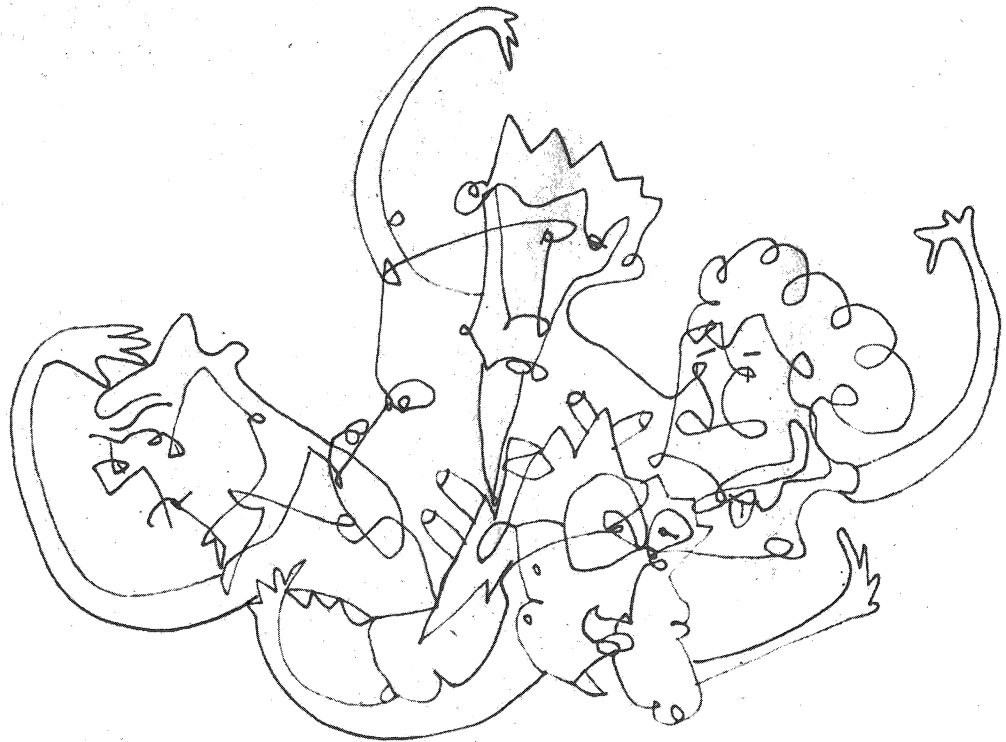
"Amor, direito e solidariedade se distinguem entre si como formas de reconhecimento e se constituem como padrões de relação independentes no que concerne a um meio de reconhecimento, à espécie de auto-relação possibilitada e ao potencial de desenvolvimento moral". (HONNETH, 2003, p. 159)

O amor seria o primeiro estágio do reconhecimento, que se inicia nos primeiros momentos de vida em que o indivíduo se reconhece como um ser em si mesmo, distinto dos demais elementos do universo. É no âmbito do amor que o indivíduo adquire autoconfiança indispensável para a participação na esfera pública. Segundo Honneth: "O Reconhecimento do amor é necessário para a independência individual, trata-se de uma aceitação cognitiva da autonomia do outro, gera autoconfiança individual, indispensável para a participação na vida pública." (HONNETH, 2003, p. 178)

Nessa lógica, a incorporação dos direitos das mulheres a um quadro normativo, o que identificamos nesse trabalho como um segundo estágio da luta por reconhecimento, torna-se possível quando os sujeitos "reivindicantes" estão seguros do cumprimento social de suas pretensões e conseguem estabelecer obrigações de terceiros com relação aos seus próprios direitos. Diferentemente do amor, o reconhecimento jurídico só pode se constituir em uma evolução histórica, em que com o passar do tempo cada vez mais pessoas passam a reconhecer o outro (a mulher) como uma pessoa de direito e passam a agir em relação a elas com respeito. Todo esse processo, segundo Honneth, depende de interpretações empíricas de uma dada situação que nos informam se o sujeito "reivindicante" do direito apresenta as propriedades necessárias para fazer valer seus direitos e suas obrigações morais.

A conquista do reconhecimento recíproco, contudo, não se esgota na esfera jurídica. Para isso, é necessário um passo adiante no sentido da luta por auto-respeito, indispensável para a vida na sociedade civil, isso é, na esfera da solidariedade. Tanto na esfera jurídica quanto na esfera

² O debate sobre o reconhecimento ganha força nos anos 90, em contraposição a tradição liberal, uma vez que o liberalismo pressupõe o individualismo e a igualdade de direitos. O problema dessa visão é a exclusão sistemática dos direitos das minorias e o não reconhecimento de direitos coletivos culturais



da solidariedade os sujeitos passam a ser respeitados em virtude de determinadas propriedades. No entanto, na esfera jurídica trata-se de propriedades universais, compartilhadas por todos que as detêm, ao passo que na esfera da solidariedade, a luta por reconhecimento passa a ser por propriedades particulares, que caracterizam diferentemente cada indivíduo.

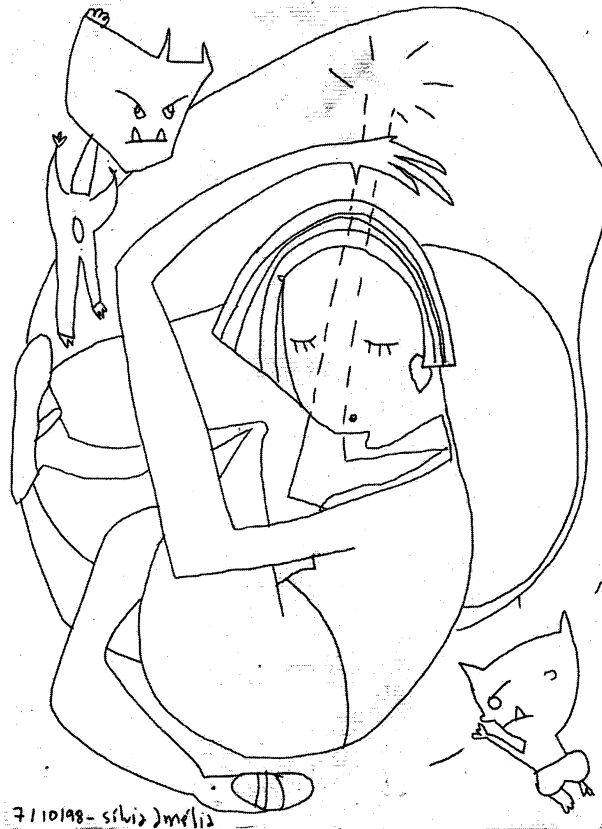
Para Honneth (2003), é no âmbito da solidariedade que a luta por reconhecimento adquire maior intensidade e busca-se o reconhecimento não apenas institucionalizado nas leis, mas principalmente na auto-estima social das minorias. Não basta que as mulheres sejam reconhecidas no direito, mas que ainda sofram vexação ou ofensas públicas. A "vergonha de si mesmo", por exemplo, é um sentimento próprio ao sujeito que se percebe como de menor valor social perante as outras pessoas, um sinal claro de baixa estima social gerada pelo não reconhecimento na esfera da solidariedade. Por isso, argumentará Honneth (2003), as mais diversas formas de desrespeito e perturbações sociais no âmbito do amor, direito e solidariedade geram a motivação necessária para continuar a luta pelo reconhecimento.

No caso das mulheres, essa luta ainda se faz constante na maioria das sociedades. Não obstante, na concepção de Honneth, somente aquelas que conseguem autoconfiança são capazes de tematizar publicamente a questão da mulher e torná-la objeto de lutas também na esfera do direito e da solidariedade. Entender a esfera do amor como uma esfera de lutas intersubjetivas nos parece uma análise pertinente, uma vez que processos psíquico-morais interferem no reconhecimento e na estima social dos indivíduos. Nesse ponto, estaria uma grande contribuição de Honneth (2003) para o debate do reconhecimento, ao sistematizar a teoria hegeliana da intersub-

jetividade com a psicologia social de Mead. Não obstante, compartilhamos da crítica recorrente ao trabalho de Honneth de que o olhar sobre o *self* é insuficiente para entender os movimentos sociais e, principalmente, a complexidade da tematização pública das lutas por reconhecimento no âmbito global. É preciso um passo adiante, tanto no plano teórico rumo a uma visão própria à sociologia política, quanto no plano empírico com a análise da contribuição para o reconhecimento trazida pelos movimentos ativistas.

Nancy Fraser (2003) é uma das principais interlocutoras de Honneth no debate sobre o reconhecimento. Sua crítica a Honneth é de que a luta por reconhecimento não está circunscrita ao plano do *self*, pois é necessário entender o contexto cultural em que ela ocorre e os elementos materiais de redistribuição envolvidos. Para Nancy Fraser o problema do reconhecimento não pode ser reduzido à esfera da auto-estima dos sujeitos, pois existem padrões de valoração cultural subjacentes que impedem determinados grupos e indivíduos de participarem na condição de pares do debate público. Essa análise é fundamental para se compreender a luta por reconhecimento das mulheres, pois grande parte dos impedimentos à participação paritária se deve, em grande medida, ao princípio patriarcal que estrutura a sociedade ocidental.

Por isso, a luta feminista não pode ser resumida ao esforço de emancipação da mulher em sua esfera privada, mas deve-se levar em conta a conjunção entre valores e padrões culturais que permitiram o reconhecimento do movimento na esfera pública. Segundo Fraser (2007), a conquista da auto-estima feminina se dá concomitantemente com a emergência de outros movimentos sociais surgidos na década de 60. Primeiramente, por se sentir empoderado pelo radicalismo da



nova esquerda, o feminismo inicia sua trajetória com o objetivo de normalizar as estruturas do mundo pós 2ª Guerra Mundial. Posteriormente, as utopias próprias ao movimento esquerdista perdem força e novos insights foram ressignificados e seletivamente incorporados ao movimento feminista, colocando as questões culturais em primeiro plano.

A partir daí, o feminismo se instituiu como uma política de reconhecimento. Contudo, segundo Nancy Fraser, uma política de reconhecimento focada apenas na cultura não poderia ser bem-sucedida, pois o neoliberalismo global com sua força hegemônica e homogeneizante, acabou por enfraquecer o apelo cultural do movimento feminista que, por sua vez, teve que se reinventar rumo a construção gradual de um projeto político transnacional.³

Diante disso, os Estados Unidos deixa de ser a referência do movimento e a Europa se torna o local em que as lutas feministas passam a explorar as oportunidades políticas nos espaços transacionais. De maneira geral, essa mudança representou não apenas a mudança de local da luta política, mas também uma mudança de foco da luta, pois representou a incorporação de um elemento primordial ao movimento, qual seja, a necessidade de se reconhecer a diferença. Conforme Fraser, "o resultado foi uma grande mudança no imaginário feminista: enquanto a geração anterior buscava um ideal de equidade social expandido, esta investia suas energias nas mudanças culturais" (FRASER, 2007 p. 296). Esta, aliás, tornou-se a principal bandeira do movimento no fim do século XX, por meio da qual o movimento

pôde expressar todas as suas outras reivindicações.

Nesse sentido, observamos que o contexto político e econômico internacional também são elementos fundamentais no delineamento das lutas por reconhecimento na esfera global *vis-à-vis* o arcabouço institucional que permeia as reivindicações por equidade e reconhecimento das diferenças. A partir dessas considerações, tentaremos analisar a luta pelo reconhecimento das mulheres nas esferas do direito e da solidariedade, tendo em vista a própria dinâmica dos movimentos feministas no âmbito internacional.

Os movimentos Feministas e a Luta por reconhecimento nas Nações Unidas

Da atual perspectiva, parece óbvio que a questão das mulheres é relevante às principais áreas de atividade da ONU – dentre elas, a promoção dos direitos humanos e desenvolvimento. Entretanto, isto não era assim tão consensual em 1945, quando se iniciaram as lutas para conseguir, se não a igualdade, pelo menos a visibilidade e o reconhecimento dos direitos e necessidades das mulheres na arena internacional. Os primeiros esforços nessa área constam do início do século XX para se banir o tráfico internacional de mulheres para a prostituição. No entanto, a primeira organização internacional de fato estabelecida sobre essa temática foi a Comissão das Mulheres, criada em 1947, juntamente com uma unidade do Secretariado para assisti-la, aos quais

³ Cabe considerar que por "transnacional" entendemos os fluxos tangíveis e intangíveis que circulam no âmbito internacional, cujos atores principais não se limitam ao Estado-Nação, mas englobam também atores subnacionais, ONG's, empresas e os próprios indivíduos.

foram dados um mandato limitado e com poucos recursos. Assim permaneceu até os anos 70, em que as questões de gênero se limitavam a apenas um setor marginalizado na política internacional.

Os primeiros avanços se deram a partir de 1975, quando se inaugurou a "Década para a Mulher (UNDW)" na primeira Conferência Mundial sobre Mulheres na cidade do México. Nesse encontro, participaram 6000 mulheres e homens, milhares de ONGs e 133 delegações governamentais. Nesse mesmo período, foi estabelecido o Comitê para Eliminação da Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) para supervisionar a implementação da Convenção de 1979. Também foi criada uma importante agência especializada – a UNIFEM (Fundo para Desenvolvimento da Mulher).

As discussões e ativismos desenvolvidos no México evoluíram para um plano de ação mais coerente, formulado em 1985, durante a Conferência do Terceiro Mundo sobre as Mulheres na cidade de Nairobi, no Kenya. Nesse encontro, participaram 14.000 ONGs e 1900 delegados oficiais de governo com o intuito de rever os avanços da última década e traçar novos planos até o ano 2000. O documento de trabalho afirmado em Nairobi apresenta um passo decisivo para o reconhecimento das mulheres nos fóruns de discussão e na agenda internacional. A questão de gênero deixa de ser um componente de projetos específicos para se tornar um *mainstream* das ações da ONU, isso é, uma temática que perpassa todas as linhas de trabalho da ONU, envolvendo diferentes atores em todos os estágios de formulação e implementação das políticas internacionais.

A quarta Conferência Mundial sobre a Mulher aconteceu em Beijing, no ano de 1995, em que estiveram presentes mais de 5000 representantes de 192 países e aproximadamente 30000 mulheres e homens representando cerca de 3000 ONGs. Nessa Conferência, foi firmada uma Plataforma de Ação para o empoderamento das mulheres e os participantes reforçaram e aprimoraram a idéia de gênero enquanto *mainstream* da ação política da ONU. Conforme definição do Conselho Europeu (1998):

"A ênfase de gênero é o reconhecimento, aprimoramento, desenvolvimento e valorização de um processo político, de modo que a perspectiva de igualdade de gênero é incorporada em todos os níveis políticos em todos os seus estágios pelos atores normalmente envolvidos na formulação política" (Conselho Europeu apud BURTON e POLLACK, 2002, p. 342 tradução nossa⁴).

Beijing é, sem dúvidas, o marco para o reconhecimento da luta das mulheres na esfera pública global, ao clamar pela remoção de todos os obstáculos à participação das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada e por uma completa e igualitária distribuição social, econômica, social política e cultural. Nesse ponto, percebemos como a luta por reconhecimento

não se limita apenas à esfera do *self*, como propõe Axel Honneth. Desde a criação da ONU, as mulheres têm lutado para serem reconhecidas e participarem nos fóruns internacionais de modo ativo. Na década da mulher, que se estendeu de 1975 a 1985, foram vários os encontros promovidos para se discutir a questão da mulher, e elas avançaram para o reconhecimento nos termos da 'solidariedade'. O reconhecimento jurídico também foi possível quando a questão da mulher deixa de ser vista apenas como um problema social e passa a ser encarado como uma questão de direitos humanos. Essa evolução rumo à proteção de direitos das mulheres se concretizou na Conferência de Viena em 1992, quando se modifica uma agenda que até então não fazia nenhuma referência às mulheres.

Além disso, como mostra a evolução da participação das mulheres nas Nações Unidas, a presença dos movimentos sociais ativistas e também das feministas atuantes nas comunidades epistêmicas foram cruciais para se consolidar todo um arcabouço conceitual e de pressão política para tornar possível o reconhecimento das mulheres. Mais que uma luta de *selfs*, a luta na esfera pública global mobilizou milhares de pessoas de todo o mundo para uma ação coletiva.

Mark Pollack e Emilie Burton (2002) trabalham com as categorias de oportunidade política, estruturas de mobilização e estratégias de legitimidade para compreenderem como as organizações internacionais aceitaram, pelo menos no plano retórico, as reivindicações dos movimentos feministas. A primeira categoria de análise, oportunidade política, refere-se aos múltiplos pontos de acesso dos movimentos sociais ao processo político de uma dada organização, bem como à presença de aliados políticos dentro da elite da organização. No caso da luta por reconhecimento das mulheres, as oportunidades políticas se alteraram ao longo do tempo, em que cada vez mais governos passaram a apoiar a causa, novas organizações foram formadas e novos aliados políticos criaram "janelas de oportunidade". Os vários eventos e conferências a partir do México (1975) propiciaram a oportunidade para o contato entre ONG's do norte e do sul, bem como o *lobby* dessas ONGs com representantes governamentais. Esses encontros permitiram a troca de informações, o recrutamento de aliados e a construção de um consenso para a agenda feminista. Nesse sentido, a esfera pública de discussão das mulheres expandiu, gradualmente, a partir dos anos 70 do âmbito local para o global.

O contexto político e social dos anos 90 na reconfiguração de uma ordem pós-guerra fria demandava a construção de uma agenda social que norteasse os Estados nessa nova etapa. As crises políticas em vários Estados africanos e no leste-europeu trouxeram a tona os crimes contra a humanidade e os genocídios, aumentando consideravelmente o número de refugiados políticos, em que aproximadamente 80% eram mulheres. Esses fatos contribuíram para a maior visibilidade das condições precárias das mulheres em diver-

⁴ No original: "Gender mainstreaming is the recognition, improvement, development and evaluation of policy processes, so that gender equality perspective is incorporated in all policies at all levels and at all stages, by the actors normally involved in policy-making" (Conselho Europeu apud BURTON e POLLACK, 2002, p.342)

nos países, chamando a atenção das autoridades políticas para uma conduta em prol das mulheres na agenda internacional.

Desse modo, a atuação dos movimentos feministas na década de 90 contou com um contexto favorável à reivindicação dos direitos das mulheres e meninas, bem como com um canal institucional mais amplo e aberto para sua participação. Para usufruir dessas oportunidades, foi necessária também a consolidação de estruturas de mobilização dos movimentos feministas. Mecanismos formais e informais, centralizados e descentralizados foram cruciais na construção de uma rede transnacional de direitos. Os encontros nos diversos fóruns nacionais, regionais e internacionais, os debates no plano acadêmico e mesmo a utilização de meios de comunicação sofisticados como tele-conferências ou *sites* na internet foram artefatos indispensáveis na mobilização dos movimentos feministas.

Contudo, o reconhecimento no direito e na solidariedade, embora seja um grande avanço na agenda política internacional, não foi suficiente para atender às demandas das mulheres. O documento de Beijing deixou claro que a luta por reconhecimento perpassa uma questão crucial, como colocado por Nancy Fraser (2007): a luta por redistribuição. Para que as mulheres sejam de fato reconhecidas é preciso combater a pobreza das mulheres, a discriminação na política e as desigualdades no acesso a serviços básicos de saúde e educação, principalmente. Esses são apenas os primeiros passos e trata-se de questões que afetam países ricos, pobres, orientais e ocidentais indistintamente.

Se por um lado a luta por reconhecimento das mulheres, ainda que a passos lentos, mostrou-se de fundamental importância para a evolução dos Direitos Humanos no âmbito das Nações Unidas, por outro lado a normatização desses direitos na arena internacional, principalmente no que tange à prática das organizações internacionais, ainda apresenta um grande desafio: incorporar as particularidades culturais aos direitos adquiridos. O que se observa é um processo globalizante, no qual determinada condição hegemônica estende sua influência a todo globo e se institucionaliza nos fóruns internacionais, a despeito das reivindicações de outras condições locais (SANTOS, 2001). Se a luta por reconhecimento das mulheres, na esteira da luta por direitos humanos, não abrir-se para um diálogo intercultural, o risco é que os ganhos se limitem à esfera jurídica e pouco se avance rumo à solidariedade. Em outras palavras, a luta permanece, pois não basta o reconhecimento da mulher; é preciso que o reconhecimento seja de cada mulher, independente de sua raça, posição social, cor ou nacionalidade.

Considerações Finais: os desafios da luta na arena pública global

Apesar da institucionalização dos direitos da mulher, seja junto à ONU ou dentro de seus pró-

prios Estados, a busca das mulheres por reconhecimento ainda é incipiente. A natureza abrangente da globalização, ao mesmo tempo em que permite a emancipação a nível global por meio do reconhecimento mundial da política dos direitos femininos, cria condições excludentes, pois restringe essa emancipação àqueles que conseguem ter acesso aos padrões culturais dominantes. Com isso, várias facetas da luta passam despercebidas na esfera pública global, pois grande parte das mulheres ainda permanece à margem das políticas internacionais.

Segundo Ávila (2003), a primeira questão para o debate é a inserção e o reconhecimento do movimento feminista como sujeito da transformação social. Isso só é possível a partir de uma visão dialética da história, que nos permita entender a relação entre as várias dimensões do conflito social e as contradições presentes nas diversas formas de enfrentar as desigualdades, as explorações e as opressões.

A mudança de perspectiva dos próprios movimentos sociais pode ser o ponto fundamental para se entender a busca por reconhecimento deste grupo, no que se refere à questão da autonomia, a crítica à forma hierárquica de organização, à dominação masculina, e finalmente a questão do reconhecimento do próprio movimento como sujeito político. É parte da luta das mulheres feministas desfazer as heranças patriarcais que ainda permanecem na organização dos movimentos sociais. As formas próprias de atuação do feminismo e a sua negação em aceitar os códigos de ordem de uma política de tradição patriarcal ainda constituem, em muitas circunstâncias, tensões políticas e motivo de isolamento. A inserção de temas como a sexualidade e a reprodução como campos de transformação social produzem subversão e conflito na esfera política e repercutem na relação do movimento feminista com outros movimentos.

Para enfrentar esses desafios, as feministas, conscientes da vulnerabilidade frente aos organismos transnacionais e mesmo outros movimentos sociais, passaram a atuar para além do espaço territorial, em que várias correntes se mobilizam nas mais variadas esferas da política e da economia transnacional (FRASER, 2007). Nesta nova fase transnacional, a inquietação maior das feministas passou a ser não só as injustiças de má distribuição mas também o não-reconhecimento, juntamente com o que Fraser denominou de 'mau-enquadramento'. Este significa o momento em que "o quadro do Estado territorial é imposto a fontes transnacionais de injustiça" (FRASER, 2007, p.304). E isso resulta em uma divisão iníqua das áreas de poder à custa dos menos favorecidos, aos quais é negada a chance de colocar suas reivindicações na arena transnacional, realimentando o círculo vicioso que limita as demandas por distribuição e reconhecimento.

A nova fase do feminismo vem, então, inaugurar uma terceira dimensão de suas reivindicações, qual seja, a busca por representação. Seu objetivo não seria apenas de se fazer ouvir as reivin-

dicações das mulheres em espaços/comunidades já instituídos, mas também readaptar as demandas por justiça “que não podem ser propriamente contidas nos regimes estabelecidos” (FRASER, 2007, p. 305). Em suma, o feminismo transnacional reconfigurou suas demandas de modo que ela passou de bidimensional para tridimensional, em que reconhecimento, distribuição e representação passam a ser demandas equilibradas.

De qualquer maneira, a institucionalização dos direitos das mulheres representa um avanço na busca por reconhecimento e fim da marginalização. E como sinalizou Kergoat:

“...as relações sociais de sexo criaram uma ‘identidade feminina’ que dispensa e mesmo impede as mulheres de inventar suas práticas, de se inventar. Bloquear a capacidade individual e coletiva da invenção de si mesma, isso volta a escravizar o grupo dominado. E no caso das mulheres,

este estado de coisas se encontra tão longe no tempo e é tão espalhado sobre o planeta que é difícil de imaginar, de pensar que um outro mundo seja possível”. (Kergoat apud Ávila, 2003)

Desse modo, as três etapas da luta por reconhecimento das mulheres identificadas nesse trabalho (a) para ganhar um alcance público na formação dos movimentos feministas (b) para esses movimentos fazerem parte dos fóruns internacionais de discussão e (c) uma vez participantes, para terem suas reivindicações atendidas e institucionalizadas, fazem sentido diante da evolução das questões de gênero nas Nações Unidas. Infelizmente, o aprofundamento de cada uma dessas etapas foge às pretensões deste trabalho. Não obstante, acreditamos no potencial de uma pesquisa que explore as temáticas aqui levantadas face o atual debate a respeito da luta por reconhecimento.

Submissão: Setembro / 2007

Aprovação: julho / 2008

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hanna. (2003) *A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- ÁVILA, Maria Betânia. (2003) "Pensando o Fórum Social Mundial através do Feminismo". *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2): 360.
- BLACKWELL, Maylei & NABER, Nandine. (2002) "Interseccionalidade em uma era de globalização: As implicações da conferência mundial contra o racismo para práticas feministas transnacionais". *Revista Estudos Feministas*, 01/2002, p 189 à 198.
- FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. (2003) *Redistribution or Recognition: A political – philosophical change*. London, Ed. Verso.
- FRASER, Nancy. (2007) Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007
- HAFNER-BURTON, Emilie & POLLACK, Mark. (2002) "Mainstreaming Gender in Global Governance". *European Journal of International Relations*, vol 8.
- HONNETH, Axel. (2003) *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Ed.34.
- REANDA, Laura. (1999) Engendering the United Nations: The changing International Agenda. *The European Journal of Women's Studies*, vol. 6.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (2001) As tensões da Modernidade: Direitos Humanos, globalização, culturas, interculturalidades, multiculturalismo, ocidente e islamismo. *Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros*, Ano 5, nº 10, 2001.

O conceito de esfera pública nas obras de Hannah Arendt e Jürgen Habermas

Mariah Lança de Queiroz Cassete

Graduanda em Ciências Sociais/UFMG

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo a breve introdução a dois importantes autores da teoria política – Hannah Arendt e Jürgen Habermas – e a análise de um conceito fundamental na obra de ambos, o conceito de esfera pública. A partir dessa exposição, realiza-se uma comparação entre os modelos analisados chegando-se à conclusão de que, enquanto na teoria de Hannah Arendt a esfera pública é o local de exercício do agir exclusivamente político, para Habermas, a esfera pública abrange as demandas do mundo da vida, constituindo-se como mediadora entre Estado e sociedade.

ABSTRACT: This paper presents as major goal a brief introduction to two important authors of political theory – Hannah Arendt and Jürgen Habermas – and the analysis of a fundamental concept in the work of both, the concept of public sphere. At this exposition, it is made a comparison between the analyzed models to get into the conclusion that while in Arendt's theory the public sphere is the place to practice the exclusive political act, for Habermas, the public sphere embraces the demands of the world's life, emerging as the mediator between State and society.

Palavras-chave:

Esfera pública;
Hannah Arendt;
Jürgen Habermas

Key Words:

Key Words: Public sphere; Hannah Arendt; Jürgen Habermas

Introdução

Existem diversas maneiras de se enxergar a forma pela qual o âmbito político de sociedades modernas é estudado e analisado nas ciências sociais contemporânea. No entanto, é possível identificar claramente entre esses inúmeros trabalhos de teoria política atual, a existência de dois paradigmas gerais que se distinguem no próprio fundamento sobre o qual suas interpretações são elaboradas, sendo que a partir de cada uma dessas vertentes as mais diversas interpretações podem ser concebidas a respeito de um único e mesmo tema. O primeiro desses paradigmas, que apresenta como matriz teórica as idéias de Max Weber, aponta que a partir de um processo de diferenciação social, a política se torna um sub-

sistema específico da sociedade, reservado para a atuação de especialistas cuja função é a intervenção na vida pública de uma comunidade, através do controle do poder, da elaboração de leis e da criação e regulamentação das instituições sociais. Nesse sentido, é o âmbito propriamente administrativo e governamental aquele considerado como aspecto primordial da vida política. Logicamente, aqueles estudiosos que se propõem a investigá-la a partir desse aspecto, se concentram nas análises eminentemente institucionais, focando sua pesquisa principalmente em assuntos como: os principais atores dessa esfera, a dinâmica entre os poderes que compõem um governo, o processo de escolha dos representantes, além da análise de projetos de lei e regras elaboradas por eles.



Por outro lado, o segundo paradigma em teoria política, de matriz Aristotélica, concebe esse âmbito como uma atividade *prática* que se desenvolve no interior do grupo social, que diz respeito a todos os cidadãos e que é realizada a partir da ação de cada um deles. Nesse sentido, a política é o que os homens fazem da política, sendo que ela reside na esfera dos assuntos humanos e está diretamente relacionada com a ação cotidiana dos mesmos. Os autores que enxergam a política nesse sentido não se focam simplesmente na dinâmica institucional e administrativa de uma sociedade, como se essa fosse descolada de todos os outros aspectos. Ao invés disso, investigam as formas de interação social de uma comunidade, a relação entre o aparato governamental e os cidadãos, as atitudes e sentimentos dos mesmos em relação ao governo, o caráter argumentativo e discursivo do âmbito político e a participação popular nos processos decisórios.

O presente trabalho irá se concentrar justamente nos pressupostos deste segundo paradigma e tem como objetivo a breve introdução a dois de seus principais autores – Habermas e Hannah Arendt – a partir de uma categoria essencial do pensamento de ambos, a *esfera pública*. Esse termo, apesar de ser recorrentemente utilizado no senso comum, remete a características essenciais e esclarecedoras sobre a política como *práxis* e, portanto, se torna fundamental nas teorias desses autores. Assim, é de extrema relevância que haja um esforço maior no sentido de delimitar mais precisamente o significado do conceito de esfera pública. Ou seja, suas origens teóricas e práticas, suas principais características e contradições, sua ressonância sociológica, histórica e jurídica, suas peculiaridades e princípios e, enfim, as principais diferenças de concepções existentes a respeito do assunto, abordadas entre aqueles que de alguma forma desenvolveram mais sistematicamente o conceito. Acredito que, no diálogo e comparação entre os modelos conceituais de esfera pública desses autores, seja possível atingir um nível de esclarecimento mais profundo a respeito do tipo de estudo que se procede na teoria deliberativa, além de permitir a elaboração de noções sobre o próprio conceito de política e democracia apresentadas pelos mesmos. Nesse sentido, abordo primeiramente o conceito nas teses da filósofa alemã Hannah Arendt, para depois analisá-lo nos argumentos de seu contemporâneo, o sociólogo Jürgen Habermas. Por fim, será apresentada uma breve¹ conclusão que aproxima e contrapõe as idéias de ambos. Dito isso, volte-mo-nos agora para o desenvolvimento das idéias de Hannah Arendt a respeito do espaço público.

Hannah Arendt: esfera pública como expressão da liberdade, igualdade e pluralidade humana.

O aspecto primordial que devemos nos atentar ao analisar o conceito de esfera pública na obra de Hannah Arendt é o de que a atribuição de

uma importância fundamental a tal espaço se dá, justamente, pelo fato do mesmo ser considerado como a fonte geradora de toda a vida política de uma comunidade. Assim, para se entender a centralidade de tal noção no pensamento arendtiano, se faz fundamental a compreensão da própria idéia de política para a autora. Primeiramente, é importante ressaltar que a autora deseja resgatar a dignidade da política em tempos modernos, já que a autonomia, que sempre foi uma atribuição essencial da mesma, tem sido cada vez menos notada na realidade social atual – a política deixa de ser um fim em si mesmo para tornar-se um mero meio para a obtenção de interesses privados, que dizem respeito apenas ao próprio indivíduo e não à comunidade. Dessa forma, Arendt se propõe a resgatar vários valores da antiguidade clássica, com o intuito de propor uma nova forma de organização da política nas sociedades contemporâneas que devolva à mesma suas características originais. A política, nesse sentido, é o âmbito da liberdade, da igualdade e da pluralidade, em que o poder pode ser criado conjuntamente pelos indivíduos através da ação conjunta e da palavra. Ou seja, a *ação* humana é fundamentalmente o que proporciona a possibilidade de existência de um espaço coletivo a partir do qual a política pode ser exercida. No entanto, antes de nos aprofundarmos no conceito de ação, é preciso explicitar outras duas categorias do pensamento de Hannah Arendt, também organizadoras do mundo social e sem as quais a ação não pode ser compreendida – são elas o *trabalho* e a *obra*.

Pode-se dizer que a diferenciação elaborada por Hannah Arendt entre as categorias do trabalho, obra e ação, tem como objetivo a separação e a elucidação daquilo que é público e do que é privado, do que é artificial e daquilo que é natural, entre aquilo que possui permanência e o que é passageiro e por fim, entre o que é a política e o que não pode se configurar como objeto político. A partir do entendimento e articulação de tais conceitos é possível perceber que o trabalho e a obra, por um lado, constituem o âmbito privado das necessidades, que deve se manter fora dos assuntos da vida política, enquanto a ação, por outro lado, é o elemento configurador da esfera pública, constituindo-se, portanto, como o fundamento do âmbito político e da possibilidade de uma vida em liberdade. Assim, o trabalho e a obra, de acordo com Hannah Arendt, seriam parte da esfera privada de uma sociedade e estariam sempre ligados à questão da necessidade, da violência, hierarquia e volatilidade.

O trabalho (que seria o nível mais baixo na hierarquia entre as atividades da práxis humana) se ocupa da preservação da vida individual e da espécie, estando ligado às necessidades vitais do organismo e se desenvolvendo sempre em dependência do ciclo natural da própria vida. De fato, Arendt afirma que “o trabalho não produz outra coisa senão vida”, sendo que seus produtos são elementos rapidamente consumidos que não deixam vestígios e, por isso, não podem ser acumulados. Assim, a autora alega que por ser o

¹ É importante ressaltar que uma análise mais profunda a respeito do tema demandaria um tempo de pesquisa maior e mais sistemático por minha parte, esforço esse planejado para trabalhos posteriores ao presente.

elemento menos autônomo da condição humana, é também o menos humano, ou seja, o trabalho não caracteriza de forma alguma a humanidade e nem se configura como um traço distintivo da mesma, apesar de ser aspecto que permite posteriormente uma vida livre por parte do indivíduo, já que este deve primeiro enfrentar as necessidades naturais e estar livre delas para poder se voltar à luz do espaço público. Por outro lado, o conceito de obra para a filósofa, distingue-se do trabalho justamente por adquirir um caráter mais durável, artificial e, portanto, mais humano. A obra caracteriza-se pela criação de produtos mais permanentes que se distanciam do ciclo natural da vida ao proporcionarem o estabelecimento de um mundo de coisas comuns entre as quais os homens podem se compreender e agir. Ainda assim, a obra se localiza no âmbito privado da vida humana, por não estar dotada de autonomia e depender fundamentalmente da ação humana que, além de determinar sua real durabilidade, estabelece seus objetivos funcionais. Nesse sentido, "o problema é que a artificialidade produzida pela obra é limitada e deve ser colocada em contraste com a artificialidade que deriva das atividades puramente humanas. Esse é o itinerário que conduz ao contraste entre a obra e a ação" (AVRITZER, 2006, p. 153).

Depois de realizado esse breve comentário a respeito dos elementos constituidores da esfera privada no pensamento arendtiano podemos finalmente nos voltar à análise da esfera pública, lugar da ação humana em que ocorre a política em sua forma fundamental. A explicitação do conceito de esfera privada da autora é sempre de extrema importância, já que sem essa esfera um espaço público de ação política não pode se estabelecer, de forma que, apesar da hierarquia arendtiana estabelecer o trabalho e a obra como inferiores à ação, é também possível afirmar que ambos são pré-condições para o desenvolvimento da mesma e, por conseguinte, da esfera pública. Isso se dá, primeiramente, porque sem que as necessidades do indivíduo sejam supridas, tarefa esta do trabalho, ele não pode ser participante da vida política na esfera pública, por ainda ser dependente das imposições naturais e biológicas. Ao mesmo tempo, sem a existência de um mundo de coisas comum entre indivíduos, construído pela obra, a ação conjunta simplesmente não pode existir, pois "é o mundo como lar relativamente permanente da humanidade, criado pelo homo faber, que permite a existência da política, ao servir como o fundamento comum para todos" (VILLA, 1996, p. 34). Portanto, podemos nos voltar à constituição da esfera pública para Arendt, que não pode se tornar real se não houver a condição humana da pluralidade, propiciada pela capacidade do agir humano.

Assim, de acordo com a autora, a ação é a atividade política por excelência. É a única prática que se exerce exclusivamente entre os homens e é inteiramente construída pelos mesmos, sendo, portanto, aquela que configura a esfera pública. A ação humana permite que se estabeleçam entre

os indivíduos, "relações em liberdade, para além da força, da coação e do domínio. Iguais com iguais que (...) regulamentam todos seus assuntos por meio da conversa mútua e do convencimento recíproco" (ARENDRT, 1998, p. 48). Somente a ação é capaz de adquirir permanência e durabilidade no mundo por ser uma atividade eminentemente coletiva, que se realiza através da palavra e do discurso. Arendt aponta que apenas o discurso faz do homem um animal político, já que é a conversação mútua que permite ao homem a transcendência daquilo que são meramente expressões ou percepções, para a elaboração de julgamentos. A capacidade de julgar sobre o que é bom ou ruim, o que é honrável ou deplorável, isto é, a existência de uma inter-subjetividade coletiva, permite aos homens a possibilidade de discutirem e decidirem acerca do interesse público, de modo que a política torna-se um fim em si mesma - ela não comporta interesses e sentimentos particulares justamente por ser o âmbito em que a deliberação conjunta pode ser exercida com a única função da busca de sentido de tudo aquilo que constitui a própria política.

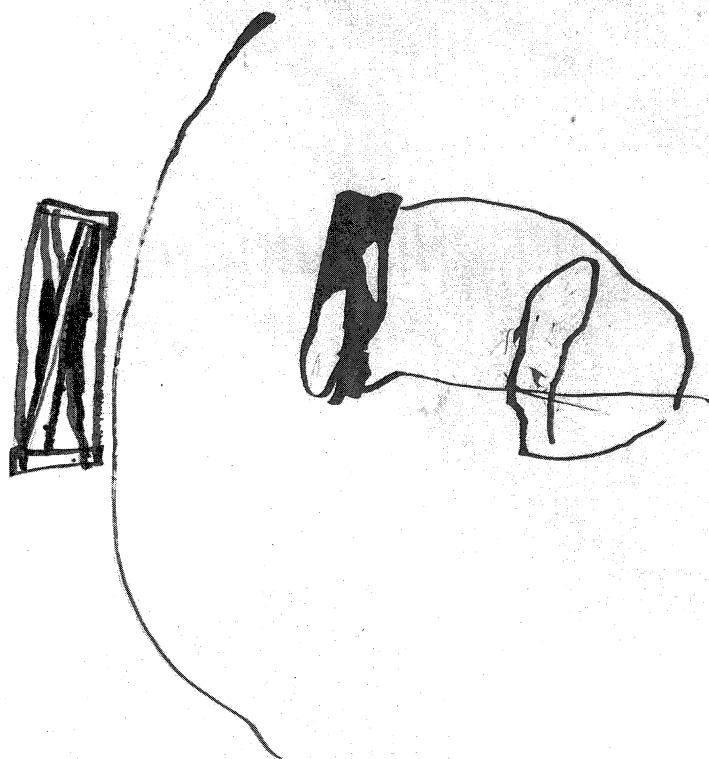
Com efeito, o lugar, por excelência, onde esse agir político pode ser exercido é a esfera pública. Tal espaço constitui a arena em que todo o processo deliberativo de discussão coletiva e troca de idéias a respeito da coisa pública deve ser desenvolvido, e é nesse espaço em que a liberdade e a pluralidade humana, decorrentes da participação nessa dinâmica do agir político, podem ser testemunhadas e vivenciadas: "Dada a tendência intrínseca de revelar o agente junto com o ato, a ação requer, para sua plena manifestação, a luz intensa que outrora tinha o nome de glória e que só é possível na esfera pública" (ARENDRT, 2007, p. 193). Nesse sentido, essa esfera é qualquer lugar onde os homens agem coletivamente, não remetendo a qualquer idéia de um espaço físico específico e institucionalizado. De acordo com Hannah Arendt, tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos, sendo que é a presença dos outros que garante a realidade do mundo e de nós mesmos. Na esfera pública, só é tolerado o que é tido como relevante: digno de ser visto e ouvido e passível de ser compartilhado entre os indivíduos publicamente, já que são poucas as coisas que suportam a enorme força da constante presença dos outros. A esfera pública adquire, portanto, relevância fundamental na constituição de uma realidade mais abrangente e plural, pois nesse local, todos vêem e ouvem de ângulos diferentes, proporcionando uma existência mais completa e rica a todo objeto que vem à luz da mesma. Esse fato garante também a liberdade humana e a singularidade individual, já que cada pessoa no espaço público pode adquirir e manifestar perspectivas diferentes e diversas a respeito de um mesmo assunto, propiciando uma integração social e uma forma de sociabilidade inteiramente baseada no entendimento recíproco: "a esfera pública, enquanto mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por as-

sim dizer" (ARENDT, 2007, p. 62). Entretanto, esse encontro entre os indivíduos em um mundo comum pressupõe um aspecto essencial, de forma que, na esfera pública, a pluralidade só pode existir devido à condição de igualdade sob a qual todos os homens são concebidos. A deliberação e a argumentação só ocorrem de maneira efetiva entre aqueles que se consideram igualmente aptos e em condições para a discussão, sendo que assim, a igualdade constitui-se como a base sobre a qual se desenvolve toda a prática do espaço público e o fundamento a partir do qual a liberdade e pluralidade humana são plenamente alcançadas.

Essas condições humanas da liberdade e da pluralidade, que só podem ser exercidas no espaço público, possibilitam que cada indivíduo possa fazer diferença no mundo, cada pessoa, através do seu agir público, possui a possibilidade de fundar algo inteiramente novo e é exatamente esse aspecto o elemento central no pensamento da autora, que distingue de forma mais contundente a política das outras esferas da vida e que a confere autonomia, independência e dignidade em relação a todas elas. A capacidade humana de mudança e de desencadeamento de novos processos através da ação permite que a política apresente sempre a possibilidade de ser renovada e modificada. É justamente tal possibilidade que garante que algo completamente artificial e

totalmente produzido pelos homens na esfera pública seja durável e possa romper o ciclo natural da vida. Cada pessoa carrega em si a possibilidade de um novo começo e por meio da ação essa possibilidade torna-se real, sendo que o agir humano exercido na esfera pública nunca é irreversível e a política está sempre em condições de se reerguer, mesmo em meio a períodos de crises e desesperança.

Após a exposição acima, podemos perceber a importância do conceito de esfera pública na teoria arendtiana e mais que isso, é possível compreender como ele se torna fundamental nas discussões a respeito da democracia que têm sido desenvolvidas por diversas correntes políticas contemporâneas. Hannah Arendt já alerta em sua obra para o fato de que o espaço público tem se tornado cada vez mais decadente com a ascensão da modernidade. É a esfera privada da vida que emerge como matriz organizadora da vida social e é o trabalho, caracterizado atualmente pela vida econômica da sociedade, o princípio norteador de tal organização. Devido a esse processo, a autora aponta uma aceleração da perda dos principais valores da ação humana – a liberdade, a iniciativa, a pluralidade, a igualdade – e o desaparecimento da própria política, que passa a se tornar âmbito dos especialistas, sem que haja uma participação ativa e relevante do sujeito social, presente apenas no momento



Pensei em te mandar
um desenho.

do voto. Justamente com a intenção de resgatar dessa participação ativa através da deliberação, é que a teoria deliberativa vem resgatando a noção de esfera pública de Hannah Arendt, não como modelo a ser estritamente seguido e institucionalizado (até porque essa proposta seria inviável em sociedades modernas, devido a motivos bastante claros, mas que não serão explorados nesse trabalho). O importante é o reconhecimento de certas noções – como a noção fundamental de esfera pública – que podem auxiliar de forma decisiva na reconstituição de um panorama social em que a política ocupe um lugar relevante e onde a liberdade e pluralidade dos homens, expressas por meio de seu agir, possam ser experimentadas. Efetivamente, a autora aponta que somente alguns poucos grandes momentos da história conheceram e realizaram a política de fato e “com isso, eles tornaram-se determinantes, mas não a ponto de poder ser copiadas as formas de organização que lhe são inerentes, e sim porque certas idéias e conceitos que se tornaram plena realidade para um curto período de tempo, também co-determinam as épocas para as quais seja negada uma experiência plena com a coisa política” (ARENDRT, 1998, p. 51).

Jürgen Habermas – esfera pública como mediação entre Sociedade e Estado

O outro representante fundamental do paradigma que concebe a política como *práxis*, e que confere ao conceito de esfera pública relevância essencial é o alemão Jürgen Habermas. Esse pensador, que pode ser caracterizado como filósofo, sociólogo ou cientista político, enxerga a realidade política – assim como Arendt – como o âmbito dos assuntos públicos que concernem a toda a população de uma comunidade e que, portanto, deve ser constituído pela mesma e não apenas por um grupo restrito de especialistas. Da mesma forma que a filósofa, ele entende a esfera pública como o local de argumentação e troca de opiniões a respeito das coisas públicas e como um espaço relevante de integração e sociabilidade através do entendimento mútuo e racional. Habermas também compartilha com Arendt a idéia de que o discurso é a atribuição fundamental da política e que antes de ser o campo da estratégia e do cálculo, a política é o campo da ação comunicativa que se realiza por meio da linguagem entre os indivíduos reunidos em público. Contudo, podemos delimitar inúmeras diferenças entre os modelos de esfera pública e, conseqüentemente, da própria noção de política proposta por ambos. Inicialmente, podemos dizer que uma importante diferença entre os autores é a de que, ao contrário de Hannah Arendt – que propõe um modelo de constituição do espaço público estritamente pautado na realidade da Grécia antiga –, Habermas elabora um modelo que apresenta como próprio fundamento as modernas sociedades liberal-democráticas. Assim, torna-se necessário, primeiramente,

essa explicitação a respeito do modelo habermasiano de esfera pública, para retomarmos posteriormente a comparação entre as teorias dos autores acima citados.

A conceituação de esfera pública na teoria de Habermas apresenta como elemento primordial a delimitação entre o público e o privado na vida social. Assim como Arendt, Habermas salienta que essa separação proporciona uma esfera bem delimitada do âmbito político e outra que abrange os assuntos privados, como a economia e a família, por exemplo. Tal distinção, como já apontava a filósofa alemã, é antiga e se origina na Grécia, em que o reino da necessidade e transitoriedade se esconde nas “sombras” do âmbito privado. Já a vida pública expressava a liberdade e continuidade, pois através da deliberação é que as coisas se materializam e se tornam claras. É na esfera pública que se dá o reconhecimento. Habermas explicita que essas concepções gregas são essenciais quando se quer compreender o conceito de esfera pública moderno, já que seus princípios são os principais fundamentos que orientam sua estruturação. No entanto, a inovação da proposta habermasiana se dá, justamente, na noção de que a esfera pública não é mais um fim em si mesma. Tal espaço não existe apenas para o exercício da deliberação pura sobre assuntos restritos, e sim para a busca de consenso e julgamentos a respeito de diversos aspectos não apenas do âmbito político, mas também da esfera privada. A esfera pública, nesse aspecto, é mais ampla no que diz respeito aos temas abordados em seu centro, se tornando a mediadora entre o Estado e a sociedade.

Habermas, no livro *Mudança estrutural da esfera pública*, aponta que as origens históricas da esfera pública burguesa se situam no início da dinâmica capitalista de troca de produtos e informações na Europa. Esse intercâmbio contínuo não possui um caráter público, já que interessam apenas aos comerciantes e suas corporações profissionais, de modo que é possível aí verificar certa tendência a uma privatização da vida social. Contudo, é apenas com o estabelecimento dos Estados Nacionais que a separação entre público e privado se torna mais nítida e real. A especialização cada vez mais intensa dos aparelhos estatais acaba se contrapondo e se diferenciando, cada vez mais, da sociedade propriamente dita. Assim, o poder público se constitui como algo potencialmente tangenciável para aqueles que lhe são subordinados – as pessoas privadas. Como contrapeso a tal autoridade estatal, forma-se então a sociedade civil burguesa, responsável por tornar publicamente relevante sua esfera privada da vida – tal processo ocorre a partir das discussões públicas realizadas em cafés, salões e espaços desse tipo. A sociedade civil torna-se alvo do poder e, ao mesmo tempo, esfera de controle do mesmo. E são justamente os burgueses cultos e letrados que assumem uma posição central nesse público. Assim, o espaço público burguês torna-se uma esfera completamente distinta daquela do Estado, constituindo-se como o lugar em que

as pessoas privadas dirigem-se a fim de obrigá-lo a se legitimar perante elas. Nesse sentido, é a *racionalização pública* o fundamento central e organizador de tal esfera. É a partir de uma constante deliberação racional que os burgueses se propõem a reivindicar o poderio do poder público, de forma a modificarem não apenas quem está no domínio, mas o próprio sistema de dominação vigente enquanto tal.

Nesse contexto, é possível perceber que o público e o privado estão definitivamente separados pela linha divisória entre Estado e sociedade - sob o domínio público encontra-se nada mais que o poder público, enquanto no domínio privado situam-se o espaço íntimo familiar e a sociedade civil. Desse modo, a esfera pública burguesa é apontada pelo autor justamente como o âmbito de intermédio entre o Estado e as necessidades da sociedade. Pode-se perceber, portanto, que para que se desenvolva uma esfera pública foi necessário, de acordo com Habermas, primeiramente, que houvesse uma separação explícita entre os domínios públicos e privados, o que se assemelha aos padrões sociais da Grécia antiga. No entanto, nesse momento, ao contrário daquele, a esfera privada não é mais vista como o reino das sombras, mas sim, é valorizada e concebida como um domínio que deve ser protegido e preservado através das discussões racionais em uma outra esfera, que é pública.

Assim, tal espaço desenvolveu-se a partir de alguns pressupostos: a *igualdade de status* entre aqueles que participam da esfera pública, no sentido de que a autoridade do argumento pode afirmar-se contra a hierarquia social; a *liberdade da discussão pública* de problematizar os mais diversos temas e setores que até então não eram considerados questionáveis; e por fim, o princípio de *abertura ao público*, de modo que "todas" as pessoas privadas (proprietárias e letradas, nesse primeiro momento) poderiam apropriar-se dos objetos de discussão. Habermas demonstra que a esfera pública política, diferentemente do espaço público antigo, apresenta como objetivo não as tarefas políticas em si mesmas, mas sim as tarefas civis, ou melhor, a regulamentação e preservação das mesmas. As funções dessa esfera política se tornam cada vez mais relevantes nas sociedades burguesas européias de modo que "desenvolve-se uma consciência política que articula, contra a monarquia absoluta, a exigência de leis genéricas e abstratas e que, por fim, aprende a se auto-afirmar, ou seja, afirmar a opinião pública como única fonte legítima das leis" (HABERMAS, 2003a, p. 71).

Em obras posteriores àquela acima abordada, como em *Direito e Democracia*, Habermas amplia ainda mais a abrangência do modelo de esfera pública, ao articulá-la não apenas como uma categoria burguesa, mas como um espaço potencial em que se realizam os debates a respeito dos mais diversos assuntos do mundo da vida, isto é, do âmbito social, da relação entre os indivíduos e da esfera privada dos mesmos, sejam eles burgueses ou não-burgueses. Nesse sentido, a esfe-

ra pública torna-se plural: Habermas estabelece a existência de não apenas uma, e sim de uma rede comunicacional de esferas públicas, que se tornam as arenas nas quais acontece a formação racional da opinião sobre assuntos relevantes para toda a sociedade. As fronteiras entre tais espaços, de acordo com o autor, são fluidas, permitindo fluxos de comunicação ilimitados, que garantem uma participação mais efetiva dos indivíduos em sociedades complexas, indo muito além do simples momento do voto, como ocorre nas atuais democracias representativas. Assim, se torna sempre possível captar novos problemas, conduzir discursos de auto-entendimento e articular identidades coletivas e interpretações de necessidades. Isso deve ocorrer já que, de acordo com ele: "a formação institucionalizada da opinião precisa abastecer-se nos contextos comunicacionais informais da esfera pública, nas associações e na esfera privada. Isso tudo, porque o sistema de ação político está embutido em contextos do mundo da vida" (HABERMAS, 2003b). Nota-se, portanto, que para Habermas o sistema político como um todo, muito mais do que uma exclusiva esfera de tomada de decisões, é um sistema que engloba o âmbito discursivo da dinâmica social, buscando captar através da esfera pública as necessidades e questões levantadas pelas periferias sociais, de forma que tal espaço constitui-se como o local de intermédio entre os indivíduos e o âmbito administrativo.

No entanto, apesar de Habermas atribuir essa importância fundamental à esfera pública política, o autor não concebe a mesma como um espaço em que decisões possam ser efetivadas - o local em que isso deve ocorrer continua sendo o Estado e isso não se altera com o desenvolvimento de esferas públicas no mundo da vida. Assim, tais esferas não podem dominar o poder administrativo, e sim direcioná-lo ou influenciá-lo. De acordo com Habermas, todos os assuntos a serem regulamentados pela política têm que ser discutidos publicamente, mas nem tudo que é passível de discussão pública pode vir a ser objeto de regulamentação política. Esse fato ajuda-nos a compreender que através das esferas públicas cria-se um poder comunicativo do público de cidadãos, que através da linguagem podem explorar a fundo as possibilidades de acordo e consenso a respeito de assuntos relevantes para a sociedade como um todo. Todavia, a esfera pública não possibilita que esse público possa exercer o poder de execução de decisão, já que em sociedades complexas isso se tornaria completamente inviável, sendo que é justamente o sistema administrativo o encarregado de desenvolver tal processo.

A partir dessas considerações, chega-se à conclusão de que o sistema político, na concepção habermasiana, permanece aberto ao mundo da vida, captando seus principais interesses e necessidades através dos assuntos tematizados na esfera pública, e constituindo um tipo de política que se alimenta do jogo que envolve a formação democrática da vontade e da opinião. Muitos críticos de Habermas apontam o fato de que o autor

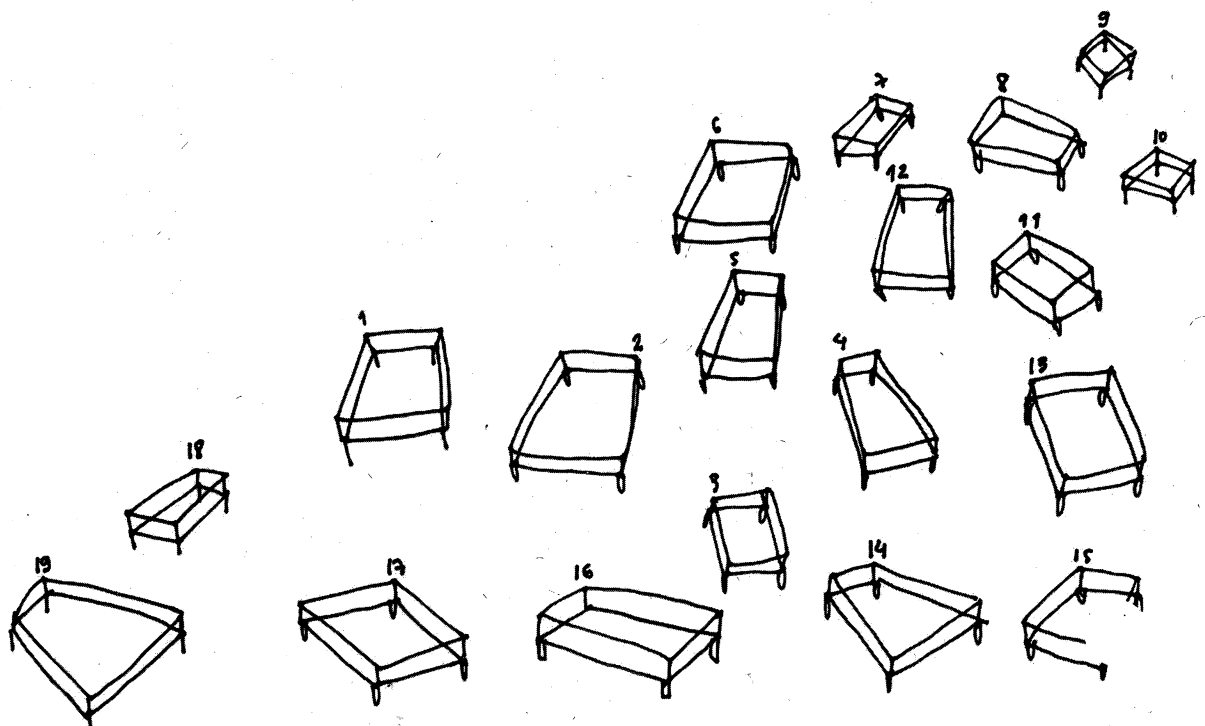
não confere às esferas públicas uma efetividade mais evidente. Isso é ainda mais explícito pela razão de que Habermas não propõe maneiras de institucionalização desses espaços públicos, ele não apresenta formas de transformar tais esferas em órgãos oficiais, atrelados à tomada de decisões fundamentadas nessa prática discursiva. Com efeito, em várias sociedades, como na própria sociedade brasileira, já podemos visualizar a institucionalização de esferas públicas políticas - o Orçamento Participativo ou os Conselhos de saúde são exemplos notáveis dessa prática deliberativa no âmbito da própria administração municipal e até mesmo estadual. Portanto, pode-se dizer que as próprias expectativas de Habermas vêm sendo superadas, mas é com o passar do tempo que poderá comprovar-se se todo o sistema da política deliberativa, tal como proposta por ele, realmente se realizará de maneira concreta.

O fato é que o âmbito discursivo da política, a proposta de uma maior participação popular, a importância das esferas públicas no contexto do mundo da vida e a tematização política de questões periféricas são aspectos que não podem mais deixar de serem considerados na vida política de qualquer sociedade e Habermas, como um teórico que não concebe a teoria desatrelada da práxis, tem papel fundamental na proposição de todas essas questões, e é justamente a esfera pública o modelo fundamental para a realização desta proposta de política deliberativa. É possível perceber que, na concepção de Habermas, o ponto primordial a ser compreendido é que a esfera pública constitui-se como uma intermediação essencial e fundamental de ação comunicativa entre o Estado e o mundo da vida. Nas palavras do autor: "na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e identificá-los, devendo,

além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar" (HABERMAS, 2003b, p.91).

Conclusões

Após essa exposição preliminar dos modelos teóricos de esfera pública nas obras de Hannah Arendt e Habermas, a idéia fundamental que se deve compreender é a relevância das propostas de ambos para a teoria deliberativa. Nesse sentido, torna-se essencial a noção de que dois indivíduos ou mais, quando utilizam a linguagem, podem chegar a um consenso sobre o estado das coisas e que juntos podem criar poder. Para os dois autores, a ação política na esfera pública é dialógica e a participação dos indivíduos na vida pública é fato crucial para o desenvolvimento de uma sociedade livre, ativa e plural. No entanto, para Arendt, a esfera pública é o local onde se realiza fundamentalmente a totalidade da prática política, sendo que, nesse campo, não há espaço para um tipo de ação estratégica que visa simplesmente a obtenção de interesses individuais. Nesse aspecto, a autora não parece conceber o Estado como âmbito relevante para a realização da política em uma comunidade, visto que nesse campo é justamente a estratégia que orienta as atitudes e decisões. De fato, o Estado pode ser considerado como elemento limitador dos potenciais da esfera pública, pois impõe hierarquias e desigualdades que, para Arendt, constituem-se como violências inconcebíveis na prática política. Por outro lado, Habermas não exclui o poder estatal da dinâmica política. Para ele, o Estado é elemento presente no sistema político como o lugar da administração, da tomada de decisões e da execução de tais decisões, constituindo-se como



parte fundamental do sistema político moderno. Podemos dizer que, na visão do autor, a política deve oscilar entre Estado e esfera pública: nesse último, as questões do mundo da vida são tematizadas e discutidas publicamente, enquanto no Estado, as propostas levantadas na esfera pública são transformadas (ou não) em decisões e soluções práticas, que recaem novamente sobre a sociedade.

Outra diferença diz respeito ao lugar que a esfera privada ocupa nas propostas teóricas de ambos os autores. Essa distinção, a meu ver, é o elemento mais significativo de contraposição entre Habermas e Hannah Arendt, pois se, por um lado, ambos consideram importante que haja uma clara divisão social entre aquilo que é público e o que é particular, por outro, eles se distanciam crucialmente no tipo de valorização atribuída aos assuntos privados. Para Hannah Arendt, a esfera privada é o espaço da força, da hierarquia e do domínio incontestado - o que acontece nesse âmbito, deve estar privado da luz do espaço público, pois, caso contrário, isso corromperia de maneira incisiva a ação dialógica e a prática da liberdade, igualdade e pluralidade que devem predominar no espaço público político. De acordo com ela, a política é um fim em si mesmo, sendo que o que pode ser debatido e levado a público é apenas aquilo que diz respeito ao interesse comum, à própria política. Já nas idéias de Habermas, percebe-se uma intensa valorização da esfera privada, em acordo com os princípios liberais predominantes em sociedades contemporâneas. Nesse sentido, o espaço público deve ser o local em que os interesses privados são abordados em relação ao Estado, com o intuito da proteção e garantia dos mesmos.

Por fim, é muito importante ressaltar a questão da decadência da esfera pública política na modernidade. Nesse ponto ambos se aproximam decisivamente. Para eles, o espaço público vem perdendo importância de forma alarmante em

tempos atuais e ambos apontam como o principal motivo disso, o fim de uma separação mais explícita entre aquilo que é público e o privado nas sociedades contemporâneas. De acordo com Hannah Arendt, a ascensão do "social"² nos assuntos públicos descaracteriza a esfera pública nos seus objetivos mais essenciais. Isso ocorre porque quando os interesses privados ou os sentimentos individuais invadem o espaço específico de domínio do bem comum, eles trazem junto de si aspectos muito particulares, violentos e hierárquicos que se tornam incompatíveis com os pressupostos da pluralidade, igualdade e liberdade da esfera pública, transformando-a em uma arena de conflitos privados e de disputas particularizadas de interesses. Habermas, por sua vez, argumenta que a partir do momento em que a sociedade não apresenta mais uma delimitação clara entre o público e o privado, o papel da esfera pública política se torna em certa medida obsoleto, já que a sua função é, justamente, a de realizar o intermédio entre os âmbitos do poder público e os interesses privados. Como essas duas esferas bem delimitadas já não existem, a esfera pública política perde seu sentido principal.

Portanto, mais uma vez pode-se perceber a importância atual dos trabalhos de Jürgen Habermas e Hannah Arendt no que diz respeito a seus modelos de esfera pública e às suas concepções de política, visto que, o verdadeiro princípio norteador da teoria de cada um deles reside na concepção do discurso e deliberação pública crítica e racional, como alternativa política à idéia de dominação. Nesse sentido, a política não é palco apenas de relações desiguais de poder (no caso arendtiano a política definitivamente *não* apresenta lugar para relações desse tipo), mas ao contrário, ela pode apresentar um caráter social, em que as decisões são tomadas não apenas por uma pequena elite, mas por muitos, sendo que os meios para tanto, não se baseiam na força ou na imposição, mas no consenso e na deliberação.

Submissão: Outubro / 2007

Aprovação: Junho / 2008

Referência Bibliográfica:

- ARENDT, Hannah. (2007). *A condição Humana*. 10ª Edição, Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- _____. (1998). *O que é política*. 6ª Edição, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- AVRITZER, Leonardo. (2006). "Ação, fundação e autoridade em Hannah Arendt". *Revista Lua Nova*, 68: 147-167.
- HABERMAS, Jürgen. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo brasileiro, Rio de Janeiro.
- _____. (2003). *Direito e Democracia volume II*. 2ª Edição, Ed. Tempo brasileiro, Rio de Janeiro.
- VILLA, Dana. (1996). *Arendt and Heidegger*. Princeton University Press, Princeton.

² A ascensão do social representa para Hannah Arendt a passagem da sociedade do interior do lar para a luz da esfera pública, ou seja, a transferência de práticas e valores de caráter eminentemente privado para o seio do espaço público. (ARENDT, 2007)

Estratégias do Executivo para Formação de Coalizões no Legislativo no Contexto da Nova República no Brasil*

Lucas Rodrigues Cunha

Graduando em Ciências Sociais/UFMG

RESUMO: O trabalho tem por objetivo analisar as estratégias adotadas pelo Executivo no presidencialismo de coalizão brasileiro com vistas à aprovação da sua agenda no Legislativo. Através da análise da dinâmica institucional que organiza as trocas entre os poderes tenta-se verificar a natureza das barganhas e os padrões de interação entre Executivo e Legislativo no período da Nova República no Brasil.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the strategies, seized by the Executive within the Brazilian coalition-based presidentialism, foreseeing the approval of its agenda by the Legislative. Through the analysis of the institutional dynamics, which straightens the power exchange, it is attempted to verify the nature of the political bargains and the pattern of interaction between the Executive and the Legislative in the course of the New Republic.

Palavras-chave: Presidencialismo de coalizão; Relação entre Executivo e Legislativo; Sucesso Presidencial no Congresso.

Key-words: Coalitional Presidentialism; Executive-Legislative Relations; Presidential Success in Congress.

Introdução

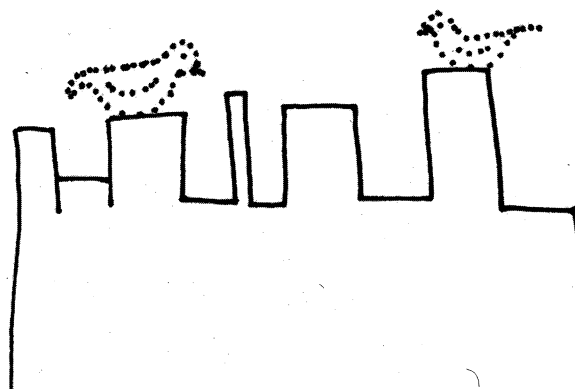
Neste texto se pretende avaliar quais são as estratégias adotadas pelo Executivo para aprovar a sua agenda no Legislativo no Brasil no contexto da Nova República. A separação de poderes preconizada pelo presidencialismo faz com que o Executivo tenha que lidar com o Congresso Nacional para implementar políticas, para tanto ele forma coalizões governativas.

Para compreendermos como se dá a relação entre os poderes Executivo e Legislativo no contexto da Nova República no Brasil se faz necessário identificar as características da tradição republicana no Brasil. Abranches (1988) afirma que o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional são as bases da tradição republicana brasileira. Ainda para o autor, o conflito entre Executivo e Legislativo tem sido historicamente crítico para a estabilidade democrática no Brasil. O argumento sobre a instabilidade do regime presidencialista é amplamente defendido por outros

autores como Sartori (1998) que destaca a instabilidade do presidencialismo na América Latina e por Linz (1994) que destaca o risco de instabilidade gerada pelo presidencialismo por conta de características fundamentais do presidencialismo, como a dupla legitimidade, rigidez dos mandatos e o conseqüente jogo plebiscitário decorrente disso. Nesse sentido, o chamado presidencialismo de coalizão seria um sistema instável, pois o presidente de acordo com Abranches se "tornava prisioneiro de compromissos múltiplos, partidários e regionais, como por exemplo, o poder dos governadores". No entanto, de acordo com Chasqueti (2001) a difícil combinação de multipartidarismo e presidencialismo pode ser atenuada com a formação de coalizões de governo.

Um elemento importante que se pode constatar é o fato de que o multipartidarismo afeta a formação de maiorias legislativas. Tendo em vista que no Brasil o sistema se configura como multipartidário é possível afirmar que os governos têm que lidar constantemente com o tema da formação de maiorias no congresso. Para Melo

* Agradeço aos amigos do Centro de Estudos Legislativos - DCP pela oportunidade de engrandecimento intelectual, em especial para este trabalho à Prof. Dra. Magna Maria Inácio pelo recorte do tema e a Felipe Nunes dos Santos (mestrando em Ciência Política - UFMG) pela revisão atenciosa e pelas críticas construtivas. Por fim ao parecerista anônimo pelos ajustes à redação do texto. Obrigatório destacar que assumo total responsabilidade pelo conteúdo do texto.



(2007) o sistema proporcional incentiva o multipartidarismo, sendo que isso aumenta a chance de eleição de governos minoritários, o que torna a montagem de uma coalizão um imperativo por parte dos Executivos.

Para Cheibub, Przeworski e Saiegh (2002) existem dois tipos de coalizão, a ministerial, relativa ao sistema parlamentarista, e a parlamentar, sendo que nesse tipo de coalizão se observa um grupo de legisladores pertencentes a partidos diferentes votando da mesma maneira, a saber, com o governo. Esse é justamente o caso brasileiro, no qual o Executivo tem que fazer alianças no Congresso Nacional para ter suas propostas aprovadas no âmbito do Poder Legislativo. Os autores também afirmam que a maior fragmentação partidária torna mais provável a emergência de Assembléias com pontos ideais de política distantes do ponto do partido formador, dessa forma coalizões ministeriais serão mais prováveis quando o número de partidos for grande. Ainda de acordo com os autores a elevada fragmentação do Legislativo favorece a formação de coalizões, além do fato de que tanto nos sistemas presidencialistas quanto nos parlamentaristas, coalizões ministeriais ocorrem com mais frequência quando o Legislativo é fragmentado.

É possível constatar que após 1988, o sistema brasileiro privilegiou o Executivo na distribuição de prerrogativas, ou seja, o poder de agenda do Executivo é muito grande. De acordo com Figueiredo e Limongi (2006), os poderes de agenda do presidente não reforçam necessariamente padrões de conflito na relação entre Executivo e Legislativo no sistema presidencialista, ou seja, o Legislativo não necessariamente se comporta como *veto player* das proposições do Executivo, mas possui a capacidade de interferência na produção legislativa. Cox e Morgenstern (2002) ressaltam o fato de o Executivo ser proativo e o Legislativo ser reativo às iniciativas de política nos presidencialismos latino-americanos, para tanto utilizam uma tipologia que avalia os padrões de interação entre os presidentes e os Congressos¹. Tanto no Brasil quanto na América Latina, os Executivos têm a prerrogativa de iniciar alguns tipos de legislação, de forma que isso faz com que este adapte os pontos das proposições com vistas à sua aprovação no Legislativo, ou seja, aqueles que participam diretamente do processo decisório podem decidir levando em conta os interesses de grupos exteriores a esse processo, é a chamada "regra das reações antecipadas" de Carl Friedrich (1963) citada por Cox e Morgenstern (2002).

A indisciplina partidária é um tema relevante para a compreensão da efetividade das coalizões. Uma coalizão indisciplinada gera mais custos de coordenação que uma coalizão disciplinada, sendo que se torna necessária a formação de coalizões *ad hoc* e o governo passa a barganhar com o Legislativo através de *pork barrel*² e patronagem³. Assim sendo, a disciplina pode ser distinta da coesão partidária, ou seja, um partido pode votar de modo disciplinado, mas não ser coeso internamente. O argumento de Amorim Neto (2006) é de

que os partidos tenderiam a ser mais disciplinados quando a proporção do gabinete é equivalente à sua proporção de cadeiras no parlamento. Mas de uma maneira geral os partidos votam disciplinados, ou seja, de acordo com a orientação dos líderes partidários do Congresso Nacional.

De acordo com MORAES (2001, p. 48),

"No Brasil pós-88, observa-se que a disciplina partidária germina no seio do próprio Congresso. Mesmo admitindo que a legislação eleitoral leve os parlamentares a cultivar uma atitude individualista, deve-se ressaltar que as práticas de cunho distributivista garantidoras desse tipo de conexão eleitoral, dependem do acesso à arena decisória. Assim, o controle centralizado sobre a agenda legislativa impede que as estratégias do 'voto pessoal' sejam dominantes. O controle da agenda exercido pelos líderes partidários e pelo Executivo reduz a chance de sucesso das iniciativas individuais dos deputados, dado que os líderes são capazes de reduzir suas oportunidades".

Nesse sentido, o Executivo ao fazer uma coalizão governativa transfere para os líderes partidários os custos de coordenação desta, tornando-os responsáveis pela punição dos parlamentares da base aliada que não votam de acordo com os interesses do governo.

O presente artigo desenvolve-se em torno das estratégias do Executivo para aprovar sua agenda no Congresso: quais são os incentivos por parte dos parlamentares para votarem a favor do Executivo e quais são os incentivos dos partidos de participarem de coalizões governativas. As emendas parlamentares são uma moeda de troca usada pelo Executivo no Congresso, sendo que estas contribuem para a viabilidade eleitoral dos deputados; no entanto o trabalho apontará para o fato de que a relação entre emendas e votos não é direta, pois a permanência ou não de seu partido na coalizão governativa é um fator mais relevante para o apoio do deputado ao Executivo. Depois se discutirá as formas de avaliar o sucesso presidencial no Legislativo, ou seja, quais as estratégias para a formação de coalizões governativas são mais eficazes para a aprovação de uma agenda pelo Executivo.

Troca de Votos por Políticas Distributivas

Para se avaliar como o Executivo obtém os votos que precisa para a aprovação de sua agenda faz-se necessário levar em conta os incentivos dos deputados de partidos que pertençam às coalizões para votarem favoravelmente com os interesses do Executivo. A distribuição de prerrogativas dentro do Congresso e as diferentes conexões eleitorais dos deputados são variáveis relevantes para que o Executivo obtenha sucesso no Congresso. Barry Ames (2003) argumenta

¹ Cox e Morgenstern (2002) ressaltam que dependendo do tipo de Congresso o presidente calcula antecipadamente a forma como vai implementar sua estratégia: quando o congresso é recalcitrante o presidente tende a agir de modo imperial, ou seja, governar unilateralmente, quando o congresso é subserviente o presidente se torna dominante.

² A expressão é utilizada para designar a atuação do parlamentar em busca de aplicação de recursos públicos para seu reduto eleitoral. As políticas do tipo *pork barrel* tornaram-se comuns no Congresso Americano, onde os deputados atuam em comissões permanentes visando obter o máximo de benefícios para seu distrito eleitoral. No Brasil o *pork barrel* é feito através de emendas individuais dos deputados ao orçamento.

³ Patronagem e fisiologismo são práticas semelhantes ao clientelismo, porém são mais adaptadas às relações contemporâneas. O clientelismo se funda na confiança e na lealdade. Esses valores não são fundamentais no jogo político atual, porque essas práticas incorporaram uma identidade de "negócios". As relações hoje são ajustadas em uma lógica correspondente entre comerciantes no mercado político.

que as maiorias só se colocam do lado do presidente se compradas, os deputados manifestam com frequência seu desinteresse por políticas de nível nacional manifestando seu interesse por práticas fisiológicas, clientelistas. Nessa análise, o Executivo parece ser refém dos interesses fisiológicos dos deputados, que atuam no parlamento sempre com vistas à sua viabilização eleitoral. Esse argumento é contestado por Nelson Rojas (2003), para ele não faz sentido falar de um comportamento único tendo em vista que, na conexão eleitoral, há incentivos diferentes em operação no trabalho dos parlamentares já que eles têm bases eleitorais diferentes, ou seja, a conexão eleitoral dos deputados impacta de modo distinto seu comportamento no parlamento.

Existem três modelos para tentar explicar o comportamento dos deputados no parlamento, a saber, o modelo distributivista, o informacional e o partidário. Estes modelos têm sido criticados no Brasil, pois não expressam a diversidade de fatores que definem a atuação dos parlamentares, como: a organização federativa, multipartidária e a representação proporcional. No entanto, tais modelos são tipos ideais ao estilo weberiano que tentam explicar de modo tipológico o funcionamento do Congresso. Em todos os modelos o pressuposto é que os deputados buscam a reeleição, mas no caso do Brasil é mais adequado dizer que há uma busca dos parlamentares pelo sucesso eleitoral, não necessariamente pleiteando novamente uma vaga no Congresso. O modelo distributivista ressalta as políticas preferidas são aquelas com benefícios concentrados e custos difusos, por exemplo, a construção de um bem coletivo para uma determinada região. Nesse sentido o comportamento legislativo está baseado em ganhos de troca, também chamado de *logrolling*. O modelo informacional postula que as regras e decisões expressam em algum nível, a convergência em direção às preferências do eleitor mediano. Seu o foco não está no comportamento dos deputados, mas na organização interna do Congresso que visaria a distribuição simétrica da informação. Há uma assimetria informacional entre os legisladores, dessa forma existe uma incerteza quanto aos resultados das políticas adotadas, logo, a redução da incerteza é um bem coletivo e uma organização eficiente é aquela capaz de induzir e compensar a especialização dos parlamentares na ação legislativa informada. Dessa forma o papel das comissões frente ao plenário é fundamental, pois, nas comissões os deputados têm a possibilidade de se especializarem nas temáticas, sendo que quando colocadas em votação no plenário, tais projetos já foram discutidos, facilitando a tomada de decisões. O modelo partidário atenta para a força das comissões sendo que isso interessa aos partidos, pois a distribuição dos postos mais importantes pelos líderes partidários geram incentivos para que os deputados sejam disciplinados. Dado que os governos são partidários, há um controle das indicações para as comissões e um controle do fluxo das matérias nos estágios finais do pro-

cesso legislativo. Dessa forma, o partido majoritário carteliza a agenda legislativa conforme seus interesses.

Para Pereira e Muller (2002) e Santos *et alii* (1997) a execução de emendas individuais ao orçamento é um mecanismo importante de que o Executivo dispõe para negociar suas preferências com sua coalizão no Congresso, sendo que essas emendas possuem cunho distributivista. Nesse sentido, o interesse do Executivo é de cortar gastos, pois este obtém ganhos políticos com uma economia estável, em contraposição a isso o Legislativo tem interesses individuais em promover políticas distributivistas, pois os ganhos dos deputados estão relacionados ao atendimento de suas clientelas.

Contudo, de acordo com Figueiredo e Limongi (2005) o processo orçamentário não é orientado exclusivamente para atender aos interesses individuais dos parlamentares, sendo assim a relação entre votos obtidos pelo governo e emendas não é causal, também não há conflito entre as agendas do Executivo e do Legislativo. A divisão entre governo e oposição no parlamento é uma determinação anterior e mais ampla do que a participação no processo orçamentário e execução de emendas individuais. Para esses autores a execução de emendas individuais é ditada por critérios político-partidários, assim sendo, o governo libera as emendas propostas ao orçamento prioritariamente aos deputados da base aliada. Nesse sentido, a posição do partido em relação ao governo é uma variável fundamental. De acordo com Figueiredo e Limongi (2005) pág. 760:

"Não há trocas entre uma agenda ditada pelos legisladores e outra ditada pelo Executivo. Não há trocas porque não existem duas agendas. Se existem duas agendas, essas são a do governo e da oposição. Do ponto de vista da execução as emendas individuais, há na verdade, uma agenda única a considerar: a do governo. As emendas individuais ocupam um lugar restrito no interior dessa agenda, mas [...] são parte dessa agenda".

Os autores concluem que não há relação causal entre a execução de emendas e votos para o governo, emendas são executadas sem que os votos sejam dados e votos são dados sem que ocorra a liberação de emendas. O que explica a execução de emendas é a filiação partidária e a posição do partido em relação ao governo. No entanto há que se considerar como variável o tempo de Execução das emendas, pois este pode ser um recurso estratégico de barganha para o Executivo.

Nesse jogo de trocas entre Executivo e Legislativo não se pode descartar o papel das oposições, elas atuam de um modo que interfere na dinâmica decisória e o presidente tem que levar em consideração a sua posição ao apresentar um projeto de lei no legislativo. O presidente atua estrategicamente e quando não tem os votos

necessários na coalizão para sua aprovação precisa de abrir a negociação com as oposições. Um exemplo disso foi a negociação da prorrogação da CPMF no final do ano de 2007. Nesse caso específico o presidente Lula precisou alterar alguns pontos da proposta para que esta seja aprovada na Câmara dos Deputados, mesmo assim não foi aprovada pelo Senado Federal.

No modelo proposto por Alston e Mueller (2005), os autores sugerem que a patronagem custa ao presidente por dois motivos: pelo custo de oportunidade de reduzir seu capital e porque as decisões tomadas pelos partidos ocupantes podem ser distantes daquelas que tomaria se tivesse controle das pastas. Nesse sentido, o presidente tem que avaliar a distância programática do ao qual irá ceder uma pasta em troca do apoio no parlamento. Os partidos da coalizão mais próximos ideologicamente do presidente demandam menos patronagem, pois as políticas propostas estão mais próximas do seu ideal de política. Dessa forma, os governos têm que constantemente calcular se terão ou não êxito, pois uma derrota no Congresso pode significar uma perda de capital diante dos eleitores e conseqüentemente problemas numa eleição subsequente.

Portanto, a idéia de que os deputados se comportam somente buscando políticas distributivas não parece razoável por dois motivos: 1) os incentivos distintos de conexão eleitoral levam as emendas parlamentares a não serem a única estratégia para os deputados se viabilizarem eleitoralmente e 2) a organização do processo decisório do Congresso Nacional concentrada na Mesa Diretora, nos Líderes dos partidos e nas Comissões inviabiliza a utilização das emendas parlamentares como única estratégia de ganhos eleitorais por parte dos deputados.

Sucesso Presidencial no Congresso

A formação de coalizões é uma variável que interfere no sucesso do Executivo na arena legislativa (DINIZ, 2005), pois com as coalizões há uma clara articulação nas relações entre Presidência e sua base parlamentar de apoio. Sendo que elas são a forma do Executivo conseguir a adesão dos partidos ao governo e, por conseguinte, aprovar sua agenda no Legislativo. Sendo assim, faz-se necessário levar em conta um conjunto de variáveis para diagnosticar a efetividade das coalizões. Algumas dessas variáveis são: o tamanho da coalizão, a amplitude do espectro ideológico da coalizão, a duração da coalizão, a porcentagem de cadeiras do partido do presidente, e a distribuição de cargos em burocracias e autarquias aos partidos da coalizão, além da coesão e disciplina interna dos partidos que a formam. Assim sendo, é possível avaliar, por comparação, quais são as estratégias mais eficazes do Executivo na composição de maiorias efetivas no Legislativo.

Para Amorim Neto (2006) o sucesso legislativo do presidente é condicional à formação de gabinetes coalescentes, ou seja, aqueles que respeitam a proporção de cadeiras do partido no Congresso

para a distribuição de cargos no ministério. Para ele, o termo governo de coalizão significa mais que gabinete multipartidário é específico aos gabinetes coalescentes, dessa forma, as estratégias presidenciais para a formação de coalizões são duas, a saber, governar unilateralmente ou governar por meio do processo legislativo ordinário. O primeiro caso se aplica a um governo minoritário e o uso do poder de decreto é intensivo, ou seja, o governo atropelaria o Congresso. Já no segundo caso há um governo de coalizão e uma integração ao processo legislativo. Ainda de acordo com o modelo proposto por Amorim Neto o presidente tem vantagens de ser o primeiro a se mover nesse jogo e ele pode adotar três estratégias: pode implementar propostas mediante ação legislativa ordinária; implementar propostas mediante ações unilaterais; ou manter o *status quo*. A preferência pela adoção de alguma dessas estratégias leva em conta os custos de implementar outras. Na abordagem de Amorim Neto (2006) está contido o suposto de que o presidente escolhe sua agenda e depois a coalizão é formada, não obstante é possível destacar que essa relação é dinâmica, ou seja, a definição da agenda depende da formação da coalizão e o contrário também. A política de coalizão é remodelada ao longo do processo. O processo pós-coalizão é dinâmico no presidencialismo, pois o presidente tem mais autonomia para acomodar novos partidos na coalizão durante seu mandato. A coordenação de uma coalizão heterogênea ideologicamente é muito mais difícil, pois as propostas enviadas ao congresso não agradam a todos os partidos da coalizão, mesmo que estas estejam distantes do ideal de política do presidente. Há uma expectativa de qual seja o retorno para o partido ao entrar na coalizão.

Na análise de Figueiredo e Limongi (2006), eles afirmam que o a centralização do processo decisório no Congresso tem impacto sobre o padrão de formação de coalizões, sobre o apoio ao governo e sobre a coesão dos partidos no parlamento.

A tese de que no Brasil, os padrões diferenciados de apoio do Congresso Nacional ao Governo, após 1988 estão relacionados ao modo como os presidentes lidam com o poder Legislativo é forte, pois seu poder de agenda é muito grande. No entanto isso não quer dizer que o Legislativo é um carimbador do que o Executivo propõe. Ao enviar uma proposta para o Congresso o Executivo o faz de modo estratégico, isso porque calcula antecipadamente a possibilidade de sua aprovação. Há que se considerar também os interesses efetivos do Executivo ao enviar uma proposta para o Legislativo, nem todas as propostas enviadas ao Congresso expressam o interesse efetivo do Executivo de que sejam aprovadas daquela forma, elas podem funcionar como uma tentativa de iniciar um processo de barganha. Esse relacionamento envolve tanto negociação com os partidos e, por conseguinte, a formação das coalizões, quanto negociação chamada "a varejo", ou seja, a negociação direta com os parlamentares de partidos ideologicamente heterogêneos. Não

obstante, é possível verificar que, de uma maneira geral no Brasil, os governos preferem negociar com os partidos através dos líderes com vistas à aprovação de sua agenda no Legislativo, através da troca, por exemplo, de cargos na burocracia do executivo ou ministérios no governo. Dessa forma, o custo de disciplinar os deputados nas votações passa a ser dos partidos e não do governo.

A tabela 1, formulada por Figueiredo (2006) mostra os resultados legislativos por coalizão e tenta avaliar a taxa de sucesso das coalizões com base no uso do poder de agenda tanto do presidente, ou seja, o quanto a dominância do Executivo e seu sucesso na arena legislativa.

A partir dessa tabela é possível identificar padrões diferenciados de sucesso do Executivo, por exemplo, a segunda coalizão do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso apresenta a maior porcentagem de cadeiras no Congresso (77,2%) e a primeira coalizão do governo Collor é a com menor porcentagem (33,9). O sucesso presidencial mais elevado é atingido na segunda coalizão do governo Lula, que atingiu 76% de sucesso nos projetos apresentados. Apesar dessas variações,

inclusive no sucesso do Executivo, verifica-se que todos os presidentes usaram bastante seus poderes de agenda no Congresso. Essa "supermaioria" observada nos governos de FHC se deve à necessidade de três quintos do Congresso para a aprovação de sua agenda que incluía as reformas constitucionais que necessitam de maiorias qualificadas. A baixa porcentagem de MP's editadas nos governos FHC é observada porque muitas das medidas de estabilização econômica, tomadas com base em MP's foram tomadas ainda no governo Itamar Franco, mas foram reeditadas por muitas vezes em seu governo. O uso de medidas provisórias é um recurso que os presidentes utilizam com o objetivo de agilizar a apreciação das matérias pelo Congresso, pois estas trancam a pauta se não forem votadas em trinta dias. A consequência disso é a dominância do Executivo na arena legislativa, como mostra a tabela acima. Isso demonstra a opção por um desenho institucional que concentra poderes no presidente para evitar o perigo da chamada "paralisia decisória". Esta é uma das causas atribuídas à ruptura democrática de 1964 durante o governo Goulart, cujo relacionamento com o legislativo era de con-

Tabela 1
PODERES DE AGENDA E RESULTADOS LEGISLATIVOS POR COALIZÃO DE GOVERNO LEIS, PROJETOS DE LEI E MEDIDAS PROVISÓRIAS - 1985-2005

COALIZÃO DE GOVERNO	% de cadeiras na Câmara dos Deputados	USO DE PODERES DE AGENDA				RESULTADOS LEGISLATIVOS		
		Medidas Provisórias Editadas / Total de PLs e Leis* %	Leis Orçamentárias/ Total de Leis %	Total de Leis com Urgência Presidencial	Total de Leis com Urgência do Legislativo %	Leis do Executivo Apresentadas e Sancionadas* Média Mensal	Sucesso do Executivo*	Dominância do Executivo** %
Sarney 2	63,0	46,7	40,8	8,3	43,6	13	70,3	77,3
Collor 1	33,9	40,7	33,3	4,2	45,1	11	65,4	86,2
Collor 2	34,6	20,4	58,6	11,5	51,2	11	67,2	70,2
Collor 3	43,5	22,1	70,0	2,6	44,7	4	24,4	77,8
Itamar 1	60,0	21,3	58,2	10,8	60,7	12	65,0	89,4
Itamar 2	59,6	29,7	69,2	4,2	54,2	18	61,5	94,5
Itamar 3	55,3	70,7	8,0	2,9	47,1	4	29,3	90,1
FHC I 1	56,1	24,4	63,3	2,6	54,8	10	64,7	77,9
FHC I 2	77,2	30,3	60,1	2,9	65,7	11	68,7	88,6
FHC II 1	73,9	28,0	66,7	3,2	38,5	12	68,5	79,1
FHC II 2	45,2	42,9	53,8	5,0	40,0	13	56,7	03,9
Lula 1	42,9	46,5	44,1	1,8	50,9	8	66,7	80,8
Lula 2	62,4	34,5	56,8	4,3	56,5	16	76,0	97,8
Lula 3	57,7	38,9	29,2	0	80,0	0	0	96,0
Lula 4	58,3	43,2	70,8	100	0	0	0	100,0
Lula 5	69,6	29,1	87,0	0	100,0	8	62,8	100,0
Total	55,9	33,7	55,8	4,3	50,0	11	52,9	83,9

* Porcentagem e média de projetos do Executivo apresentados e sancionados durante a vigência da coalizão

** Porcentagem de leis de iniciativa do Executivo

Fonte: Figueiredo, Argelina. Formação, Funcionamento e Desempenho das Coalizões de Governo no Brasil. Artigo apresentado no 5º Encontro da ABCP. Pág. 15

frontação. Ao avaliar o desenho institucional de 1988, Figueiredo e Limongi (2006) argumentam que a revelia de um sistema eleitoral que incentivava um padrão clientelista de comportamento dos deputados, as variáveis internas ao processo decisório fazem com que os parlamentares não tenham acesso a recursos institucionais para a implementação de políticas para clientelas específicas. Dessa forma, o processo decisório concentrado nas mãos do presidente não descarta a necessidade de negociação com o Legislativo através da montagem de uma coalizão legislativa. Conforme afirma Figueiredo e Limongi (2006) pág. 275:

"... a idéia de que presidencialismo e governos de coalizão são incompatíveis foi questionada teórica e empiricamente. Portanto, presidentes cujos partidos não controlam a maioria das cadeiras não precisam confrontar ou contornar o Legislativo. Eles podem usar o poder que possuem sobre a agenda da mesma forma que fazem os primeiros-ministros: organizando as coalizões e implementando políticas de acordo com a preferência de seus membros".

O argumento de Diniz (2005) atenta para o fato de que o sucesso ou fracasso do Executivo não pode ser medido utilizando a aprovação ou não das propostas que envia ao Congresso, pois é preciso avaliar a intenção do Executivo ao enviar sua proposta. A não aprovação não quer dizer necessariamente fracasso, pois "a apresentação de proposições também pode vir a se tornar instrumento de negociação para a definição de uma determinada política", ou seja, o presidente estrategicamente pode enviar uma proposta que não expressa a sua preferência, mas, no entanto, pode servir como moeda de troca no momento de apreciação no Congresso.

Dessa forma, faz-se necessário destacar que a coalizão tem seus próprios interesses, sendo que o presidente precisa levar em consideração estes para que sua proposta não seja rejeitada. O pressuposto dessa afirmação é de que mesmo montada a coalizão, com a acomodação dos partidos no governo, o presidente não tem garantias de que tudo que propor será aprovado por esta, por isso as estratégias para o sucesso presidencial no Congresso vão além da formação de coalizões governativas. Para Alston e Mueller (2005, p. 93),

"The important feature of the relationship is the agenda power held by the president. This does not mean, however, that the president can unilaterally impose preferences on Congress: A majority coalition can restrict the policy preferences of the president. To the extent that the president has a greater electoral connection associated with economic growth, stability, and national public goods than members of Congress, it is desirable to give the pre-

sident relatively strong legislative powers. However, to the extent that the president has other goals or is incompetent, it is important that Congress be able to check his actions".

Dessa forma, a idéia de sucesso presidencial não pode ser vinculada diretamente à formação de uma coalizão efetiva, tampouco à aprovação das propostas enviadas, pois pode ser conveniente ao governo enviar uma proposta como resposta a grupos de pressão que apóiam o governo e não se esforçar para aprová-la, passando assim o ônus da "não-decisão" ao Congresso Nacional⁴.

Considerações finais

A partir dessa análise das trocas entre Executivo e Legislativo constata-se que o presidente tem uma capacidade muito grande de influenciar o processo legislativo, através de seu poder de agenda, sendo que essas trocas estratégicas, baseadas em cálculos racionais, proporcionam ganhos políticos para os presidentes. O processo legislativo centralizado e o domínio da agenda por parte do Executivo fazem com que ações distributivistas por parte dos deputados não tenham muito êxito. A relação entre emendas individuais ao orçamento e votos ao governo não é direta, porque o apoio do deputado está relacionado à posição do seu partido em relação ao governo.

A separação de poderes não é um entrave para o processo decisório no Brasil, mas demanda a formação de coalizões governativas. O desenho institucional que regulamenta o Congresso Nacional tentou minimizar os custos da tomada de decisões, atribuindo ao Executivo um poder de agenda muito grande com receio da chamada paralisia decisória, temida como um fator de instabilidade democrática. O dilema proposto por Lijphart (2003), a saber, governabilidade versus representação tendeu para a governabilidade, pois mesmo com a dispersão de poder do sistema político brasileiro, o Regimento Interno do Congresso Nacional concentrou poderes na Mesa Diretora e nas Comissões e nos Líderes Partidários, o que fez com que o processo legislativo ocorra de maneira centralizada. O presidencialismo no período da Nova República no Brasil, como se pôde verificar não é tão instável como afirma Abranches (1988) ou Linz (1994), é um sistema que possui mecanismos de rearranjo de forças que viabilizam a tomada de decisões.

Essas características do sistema político brasileiro reforçam a idéia de que o formato das instituições interfere no comportamento dos atores políticos, sendo que estes agem de modo estratégico objetivando maximizar ganhos sejam eles eleitorais ou propriamente políticos. Este trabalho tentou mostrar que a formação das coalizões no período pós-1988 é dinâmica e que o sucesso de um governo na aprovação de sua agenda depende do apoio do Congresso Nacional, haja vista

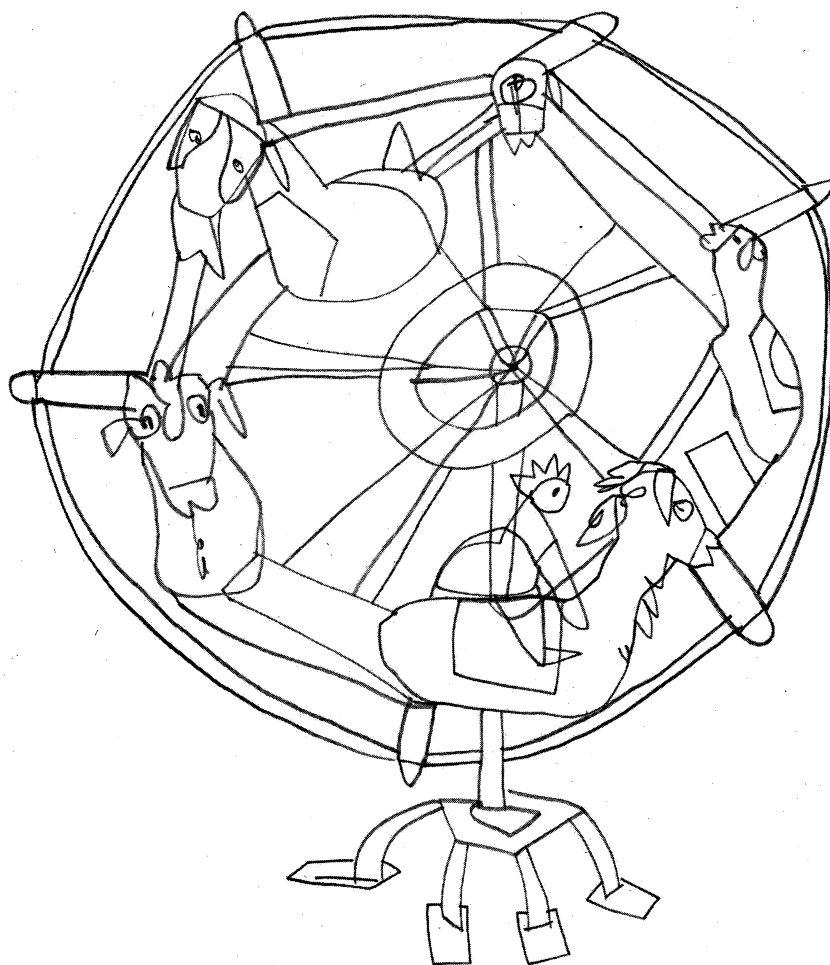
⁴ Para mais sobre como o Executivo pode enviar uma proposta sem intenção real de aprová-la no âmbito do Legislativo, ver DINIZ (2005). Em seu artigo a autora discute critérios para definição de sucesso ou fracasso presidencial a partir da análise da reforma trabalhista no período após-1988.

que presidentes que optaram por não acomodar os partidos no governo, formando uma coalizão, como por exemplo, o presidente Collor, tiveram sua agenda inviabilizada. Uma limitação desse trabalho é relativa às estratégias chamadas de "não-republicanas" do Executivo para conseguir

apoio no Legislativo, que carece de dados confiáveis. A verificação e teste da hipótese de que existe uma relação entre liberação de emendas parlamentares e sucesso presidencial no Congresso Nacional podem servir de base para investigações futuras.

Submissão: Março / 2008

Aprovação: Julho / 2008



Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio. (1988), "Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". *Dados*, 31, 1.
- ALSTON, Lee J. e MUELLER, Bernardo. (2005), "Pork for Policy: Executive and Legislative Exchange in Brazil". *Journal of Law, Economics, & Organization*, 22, 1:87-114
- AMES, Barry. (2003), *Os Entraves da Democracia no Brasil*. São Paulo, FGV.
- AMORIM NETO, Octávio. (2006), *Presidencialismo e governabilidade nas Américas*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- CARVALHO, Nelson Rojas (2003), *E No Início Eram As Bases - Geografia Política Do Voto E Comportamento Legislativo No Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.
- CHASQUETTI, Daniel. (2001). "Democracia, Multipartidarismo y Coaliciones en América Latina: Evaluando la Difícil Combinación", in J. Lanzaro (org.), *Tipos de presidencialismo y Coaliciones Políticas en América Latina*. CLACSO.
- COX, Gary e MORGENSTERN, Scott. (2002), "Reactive Assemblies and Proactive Presidents: A Typology of Latin American Presidents and Legislatures", in S. Morgenstern e B. Nacif. (orgs.), *Legislative Politics in Latin American*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CHEIBUB, J. A; PRZEWORSKI, A; SAIEGH, S. (2002), "Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas". *Dados*, 45, 2: 187-218.
- DINIZ, Simone. (2005), "Interações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Processo Decisório: Avaliando Sucesso e Fracasso Presidencial". *Dados*, 48, 1: 333-369.
- FIGUEIREDO, Argelina. (2005), "O Executivo nos sistemas de governo democráticos". *BIB*, 58.
- FIGUEIREDO, Argelina. (2006), *Formação, Funcionamento e Desempenho das Coalizões de Governo no Brasil*. Trabalho apresentado no 5º Encontro da ABCP, Belo Horizonte.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (2006), "Poder de Agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário", in G. A. D. Soares e L. Rennó (orgs.), *Reforma política lições da história recente*, Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (2005), "Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo". *Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 48, n 4, 2005, pp.737 a 776
- INÁCIO, Magnã. (2006) "As oposições no presidencialismo de coalizão brasileiro". In: 30º Encontro da ANPOCS, 2006, Caxambu. 30º ANPOCS 2006.
- LJPHART, Adend. (2003), *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Tradução de Roberto Franco, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LIMONGI, Fernando. (1994), "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos". *BIB*, 37: 3-38.
- MELO, Marcus André. (2007), "O viés majoritário da política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22, 63: 11-29.
- MORAES, Filomeno. (2001), "Executivo e Legislativo no Brasil Pós-Constituinte". São Paulo *Perspectiva*, 15, 4: 45-52.
- SARTORI, Giovanni. (1998), *Engenharia Constitucional*. São Paulo, Ática.
- TSEBELIS, George. (1997), "Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12, 34: 89-118

Aspectos Multilaterais e Cooperação Sul-Sul na Política Exterior do Brasil

**Haroldo
Ramanzini
Júnior**

Graduado em
Relações
Internacionais/
UNESP

RESUMO: O objetivo deste trabalho consiste em analisar a dinâmica da política exterior brasileira em relação à OMC, mais especificamente, no âmbito da coalizão G-20. Buscaremos analisar se o status de líder da coalizão corresponderia à tradicional expectativa de uma parte da diplomacia brasileira, compartilhada inclusive por outros setores das elites, de tornar o país um ator protagônico no cenário político internacional. Argumentaremos que a política multilateral de Lula da Silva, no âmbito da OMC, apresenta tanto sinais de continuidade, quanto de mudança, em relação às posturas que o Brasil tradicionalmente apresentou no regime GATT/OMC. Por conta da ênfase atualmente conferida às relações Sul-Sul, discutiremos as possibilidades e os possíveis limites da articulação entre os países em desenvolvimento.

ABSTRACT: The objective of this work is to analyse the dynamics of the Brazilian foreign policy in relation to the OMC, more specifically, in the scope of the G-20, during the first government of Lula da Silva. We will search to analyze if the status of leader of the coalition would correspond to the expectation of part of the Brazilian diplomacy, also shared with other sectors of the elites, to become the country a relevant actor in the international scene. We will argue that the multilateral politics of Lula da Silva, in the scope of the OMC, presents signals of continuity and change, in relation to the positions that Brazil traditionally presented in the GATT-WTO. For account of the emphasis currently attributed to the South-South relations, we will argue the possibilities and possible limits to the joint action of developing countries.

Palavras-chave:
G-20, Política
Exterior do Brasil;
Coalizões Internacionais.

Key-words:
G-20, Brazilian
Foreign Policy;
International Coa-
litions.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho consiste em analisar as posturas brasileiras em relação à coalizão G-20, no âmbito da OMC. Com a análise, tanto da formação da coalizão G-20, quanto dos seus resultados, pretendemos contribuir para a compreensão da política exterior brasileira, na administração do governo Lula da Silva. Acreditamos que o entendimento em torno do G-20 relaciona-se com a cooperação Sul-Sul, assim como com as conotações geo-estratégicas que poderiam estar subjacentes ao esforço brasileiro, na coordenação da coalizão. Levando em consideração o papel atribuído às relações Sul-Sul pelo governo brasileiro, que se inicia em 2003, buscaremos discutir as possibilidades e os possíveis limites desta estratégia. Ainda que com resultados relativamente escassos, na reorganização das relações existentes, há no governo de Lula da Silva, uma visão reticente e crítica frente aos constrangimentos da ordem internacional.

A atuação e a presença do Brasil em organismos multilaterais é um dos traços permanentes da política externa. Uma possível explicação para essa afirmação pode ser dada pela constatação de que o país tem limitada capacidade de poder e influência. Assim, cria-se a expectativa que nos fóruns multilaterais o país teria maior possibilidade de participar na elaboração das normas que regem o sistema internacional. Com efeito, os estudiosos da política exterior do Brasil indicam que a aspiração de exercer um papel influente no cenário externo, às vezes talvez acima da própria capacidade do país, tem sido um traço permanente no relacionamento externo. Assim, visando melhorar a sua posição no sistema internacional,

o país teria a disposição de arcar com os custos de ações coletivas. Partimos da hipótese que a forma como o Brasil atua no G-20 relaciona-se, tanto com o objetivo de conseguir um espaço de destaque nas negociações da OMC, quanto com a importância atribuída às relações Sul-Sul pelo atual governo brasileiro. Destaca-se na relação externa do governo Lula da Silva, a busca de maior coordenação política com países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se reforçam determinados padrões históricos de longo prazo da memória diplomática brasileira.

Para os objetivos a que nos propomos, este trabalho está estruturado da seguinte forma. Em primeiro lugar, discutiremos determinados aspectos tradicionais da Política Exterior do Brasil. Logo após, analisaremos aspectos da política multilateral de Lula da Silva. Em seguida, enfocaremos a questão da estruturação e particularidade da coalizão G-20. Dando prosseguimento, abordaremos os desafios da cooperação Sul-Sul, considerando o G-20 e também o acordo IBSA. Nas considerações finais, faremos uma síntese dos argumentos apresentados.

2. Aspectos Tradicionais da Política Exterior do Brasil

A maior parte dos estudos tem destacado certos elementos de continuidade¹ na política exterior do Brasil. Cervo (1994, p. 26) considera que o grau de previsibilidade da política exterior do Brasil é "dos mais elevados em termos comparativos. Através do tempo, constitui-se um conjunto de valores e princípios de conduta externa que perpassou as inflexões e mudanças da

¹ Lima (2005, p. 5) tem uma interpretação interessante sobre essa questão: "Uma razão adicional para a alegada estabilidade da política externa pode estar, por exemplo, na capacidade da corporação em apresentar o novo como continuidade de uma determinada tradição diplomática, reinventada a cada um dos momentos de crise e mudança. A narrativa da estabilidade seria, portanto, uma construção conceitual da diplomacia, repetida e legitimada pela comunidade de estudiosos de política externa".

política". Lima (1994) observa que a aspiração de converter o país num ator relevante na política internacional e a crença em uma especificidade frente aos demais países latino-americanos têm-se apresentados como temas relativamente permanentes da cultura política das elites brasileiras. Esse processo de continuidade da política externa brasileira é geralmente atribuído, em grande medida, às características institucionais do seu processo de formulação e implementação.

Observa-se certa constância dos agentes de política externa em tentar transformar o país num ator relevante do sistema internacional. As estratégias para se buscar esse fim parecem ter sofrido algumas alterações de acordo com os momentos históricos, porém esse objetivo foi a pedra angular da política externa brasileira durante todo o século XX e parece permanecer até os dias atuais. Paralelamente, colaborar na promoção do desenvolvimento econômico e manter certa postura de autodeterminação e uma relativa independência em relação às grandes potências também são elementos que a maior parte da literatura especializada considera como elementos tradicionais da política exterior.

Na década de 90, a política externa brasileira sofreu um processo de reformulação conceitual², em função das transformações do mundo pós - Guerra Fria, da crise da dívida externa, dos altos índices inflacionários e também da crise do modelo de desenvolvimento ao qual a política exterior esteve vinculada. Grosso modo, pode-se afirmar que se antes o conceito de autonomia, tradicionalmente importante nas ações internacionais do país, era pautado por um relativo distanciamento dos principais regimes internacionais – dentro da lógica do “congelamento do poder” de Araújo Castro; a partir dos anos 1990, a diplomacia brasileira pauta-se pela lógica da autonomia pela participação (FONSECA JUNIOR, 1998). Ou seja, o país aderiu à nova agenda internacional, mas, ao mesmo tempo, essa aceitação não significava abrir mão de certas idéias institucionalmente enraizadas no Itamaraty, bem como no imaginário de parte das elites. É importante considerar que, a capacidade de adaptação do corpo diplomático brasileiro às mudanças de governo, contribui para a identificação, ressaltada por vários autores (CERVO, 1994, MELLO, 2000), do sentido de continuidade da política externa brasileira. Assim, por mais que consideremos a noção de continuidade, que inclusive encontra amplo respaldo na literatura especializada (CERVO e BUENO 2002, CERVO 1994, PINHEIRO 2004, LAFER 2004, MELLO 2000), como uma característica importante da política externa brasileira, estamos de acordo com Mariano (2007) e Lima (1994), e entendemos ser necessário acrescentar dúvidas a respeito das reais causas dessa continuidade, sem, contudo, duvidarmos da existência de uma margem mais ou menos delimitada de atuação externa.

Na percepção de parte dos *policy makers* brasileiros, os foros multilaterais são considerados

o melhor tabuleiro para o país atuar na defesa dos seus interesses. Na ótica analítica de Lafer (2004), a ênfase no multilateralismo espelha a própria identidade internacional do país, que vê na mediação entre os fortes e fracos, sua principal contribuição para a estabilidade internacional. O reconhecimento da projeção internacional, ainda segundo esse autor, não se daria mediante o recurso à força, mas, por meio da diplomacia parlamentar. No discurso diplomático, o país teria legitimidade para exercer esse papel em função do seu histórico diplomático pautado no pacifismo, no respeito ao direito internacional, na defesa do multilateralismo e nos princípios de auto-determinação e não-intervenção. Mas, como se depreende da análise de Lima (2005), a concepção de mediador cria uma disjunção entre este proclamado papel e a aspiração de participar e influir nas grandes decisões internacionais. O fato é que a relativa instrumentalização da condição de potência média, para a defesa de interesses particulares, é uma condição que pode ser verificada em diferentes momentos da história da política exterior do Brasil.

Na visão de alguns dos formuladores de política externa brasileira, o país teria um importante ativo histórico-diplomático em termos de participação no âmbito multilateral³. É um dos poucos países da periferia do sistema a ter participado ativamente da construção da ordem econômica internacional em várias épocas, através de sua presença em inúmeras conferências multilaterais. Especificamente no caso do GATT/OMC, o desempenho do país buscou, ainda que com algumas variações quanto à forma e intensidade, externalizar as incoerências entre o discurso e a prática dos atores mais poderosos e influentes do sistema internacional. Os custos ocasionados pela participação do Brasil na OMC seriam contrabalançados pela possibilidade de influenciar as regras de comportamento dos países desenvolvidos que, de outra forma, dificilmente poderia ser almejada.

A noção de país intermediário, ou potência média, também ganha destaque nas tentativas de entendimento da política exterior brasileira. Sennes (2001) e Lima (1990) são duas referências importantes no Brasil que trabalham com esse atributo, enquanto variável chave para explicar a postura externa do país. Keohane (1969), num texto que se tornou seminal, coloca que potências médias são *system-affecting state*; isto é, aqueles Estados que não conseguem influenciar os rumos do ordenamento mundial em termos individuais, mas que podem ter algum peso por meio de alianças e articulações coletivas nos âmbitos regional e global. Uma potência média, na ótica de Keohane (1969, p. 296), pode ser definida como um Estado cujos líderes “consideram que eles não podem agir sozinhos de forma efetiva, mas que talvez consigam provocar um impacto sistêmico por meio de um pequeno grupo ou instituição internacional”.

Nessa direção, Oliveira, Onuki e Oliveira (2006) consideram que a constituição de coalizões Sul-

² A esse respeito, uma referência importante é o trabalho de Mello (2000).

³ Segundo Lima (2005), a aspiração pelo reconhecimento internacional foi tradicionalmente perseguida mediante uma política deliberada de presença nos fóruns multilaterais. Para uma análise histórica da participação brasileira no GATT, ver: ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e o GATT: 1947-1990. In: ALBUQUERQUE, José A. G. (org). Sessenta Anos de Política Externa Brasileira: Diplomacia para o Desenvolvimento. São Paulo: Cultura, 1996.

Sul é altamente dependente da presença de um empreendedor político, dado que a ação não se concretiza de forma espontânea. Segundo os autores, este papel seria desempenhado por países intermediários, ou para usar o termo de Keohane (1969), potências médias. Narlikar e Hurrell (2006) consideram que a postura de liderança em coalizões do Brasil e da Índia tem um papel importante para que outros países em desenvolvimento possam aproveitar a plataforma institucional, bem como os nichos normativos das negociações da Rodada Doha. No caso do G-20, esse papel de empreendedor político é desempenhado, em grande medida, pelo Brasil, em decorrência, entre outros fatores, da auto-percepção do país como sendo uma potência média. A própria diplomacia brasileira incorpora essa idéia que também parece ser razoavelmente absorvida por parte significativa das elites.

Pinheiro (2004, p.8) aponta que "na conjugação de idéias e interesses, o que se percebe na política externa brasileira é a hegemonia de uma visão realista das relações internacionais e do papel que o país deveria desempenhar no sistema". O conceito de autonomia, que seria um corolário dessa percepção realista do cenário internacional, constitui um atributo estrutural da política exterior do Brasil. Contudo, épocas distintas e contextos internacionais diferentes resultam em diferentes interpretações do que seja a autonomia. Talvez a principal explicação para a variação do termo qualificador do conceito de autonomia na política externa brasileira, sejam as diferentes interpretações de como torná-la operacional diante de diferentes condições domésticas e externas. Mas, de qualquer forma, autonomia e desenvolvimento podem ser entendidos como elementos que caracterizam a atuação externa brasileira ao longo da história, e, atualmente. (PINHEIRO, 2004; VIGEVANI e MARIANO, 2006).

Outro paradigma recorrente da forma de o país relacionar-se externamente é o universalismo (MELLO, 2000) ou globalismo (PINHEIRO, 2004). Poderíamos dizer que este tem início nos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), quando da formulação da "Política Externa Independente". Contudo, as condições reais de implementação do conceito de universalismo só puderam ser verificadas efetivamente em meados dos anos 1970, com o pragmatismo responsável de Geisel e seu chanceler Azeredo da Silveira (FONSECA JR, 1998).

Assentados tais pontos, iremos discutir, especificamente, as principais diretrizes da política externa do Governo Lula da Silva. Entendemos que o elemento explicativo da atuação brasileira no G-20 é um importante eixo da política exterior de Lula da Silva. Destaca-se na relação externa, a partir de 2003, uma busca de maior coordenação política com países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se reforçam paradigmas históricos de longo prazo da memória diplomática brasileira. O país busca explorar as possibilidades existentes, num quadro de limitações concretas consideráveis. Ademais, observa-se uma

certa ênfase na busca de recursos de poder que possibilitem maior autonomia e viabilize uma participação mais efetiva nas principais discussões do cenário externo. Como uma parte constituinte desse objetivo, os *policy makers* brasileiros, no governo de Lula da Silva, enfatizam a cooperação Sul-Sul, buscando maior equilíbrio nas negociações com os países desenvolvidos.

2. A Política Exterior de Lula da Silva

Desde à época das eleições presidenciais de 2002, o discurso diplomático do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, repercutido em todo o seu governo (inclusive em parte do Itamaraty), sinaliza a hipótese de mudança no relacionamento externo do Brasil. Contudo, é importante considerar que algumas dessas novas iniciativas externas constituem, na verdade, desdobramentos e, em alguns casos, o reforço de ações que já vinham sendo estruturadas. Na perspectiva da análise de Hirst e Soares de Lima (2006), a política externa do atual governo apresenta maiores sinais de mudança do que continuidade em relação à política externa do governo anterior⁴.

Neste trabalho, pelo prisma que considera continuidades e rupturas, constata-se certa linha de permanência, no sentido de conceber a OMC como a principal arena de negociações comerciais internacionais. Essa continuidade também deve ser entendida, como explicam alguns analistas, pelo efeito inercial da participação em negociações de longa duração. Tal como no Governo de Lula da Silva, na administração de Cardoso (1995 – 2002), também se ensaia uma aproximação com a China, a Índia e a África do Sul; essa aproximação foi destacada, quando da eleição de George W. Bush, para a presidência dos EUA, ocasião em que se observava uma nítida mudança na tática hegemônica dos norte-americanos, com o revigoramento do unilateralismo. Da mesma forma, no final do governo Cardoso, as coalizões na lógica da cooperação Sul-Sul estiveram presentes, como no contencioso⁵ das patentes farmacêuticas contra os EUA, quando o Brasil se aliou à África do Sul e à Índia para tentar reduzir os preços internacionais dos remédios contra o HIV/AIDS. Mas, o fato é que este tipo de aproximação somente foi institucionalizado no governo de Lula da Silva. Há elementos para se pensar que, de certa forma, durante parte do Governo Cardoso o Brasil se posicionou na corrente política hegemônica do cenário internacional. Ao passo que, no Governo Lula, o país procuraria edificar as bases de um movimento contra-hegemônico, ainda que num sentido relativo do termo. A chamada diplomacia presidencial⁶, que marcou o Governo Cardoso, que consistia numa intensa agenda de viagens de alto nível ao exterior, foi mantida no Governo Lula, não obstante ter ocorrido uma mudança de ênfase, quanto aos destinos das viagens.

Lima (2005) considera que uma das principais diferenças entre a administração Lula da Silva e

⁴ Velasco e Cruz e Stuart (2003) também seguem essa linha de análise, destacando as mudanças/rupturas que teriam surgido com a mudança de Governo. Para uma análise crítica dessas mudanças, ver, Lafer (2004) e Abreu (2005).

⁵ A obra de referência sobre o conceito de diplomacia presidencial é o livro de DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

⁶ Para uma análise de todos os contenciosos que o Brasil esteve presente no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, como demandante e demandado, no período de 1995 a 2005, ver: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. *Política Externa Brasileira e Regimes Internacionais: o Brasil na OMC*. Relatório Parcial de Pesquisa, FAPESP, novembro de 2005.

Cardoso, reside nas distintas interpretações a respeito dos constrangimentos e das possibilidades da ordem internacional vigente. Como reflexo desse fato, nota-se, no governo de Lula da Silva, uma maior ênfase nos aspectos prioritariamente políticos da conduta diplomática. Apesar dessas mudanças, permanece o objetivo tradicional da política exterior do Brasil de tornar o país um ator relevante no sistema internacional, ainda que o caminho na busca desse objetivo possa ter sido relativamente modificado.

Numa perspectiva crítica, Lafer (2004), que foi Ministro das Relações Exteriores, na parte final do governo Cardoso, considera que a emergência da cooperação Sul-Sul, como um elemento central da política externa brasileira, verificada no Governo de Lula da Silva, não somente é um exemplo de descontinuidade em relação à política externa do governo Cardoso, como também o é em relação a todos os outros governos democráticos que se sucederam depois do término do regime militar. Veiga (2005) avalia que a estratégia de negociações comerciais do Governo Lula da Silva, que prioriza a relação com os países do Sul, é instrumentalizada domesticamente, para remediar, ao menos em parte, o desgaste causado junto a uma parte do eleitorado do Partido dos Trabalhadores (PT), pela adesão governamental à ortodoxia econômica.

Nota-se que no governo de Lula da Silva, o país demonstra uma posição mais crítica em relação aos efeitos da globalização e do neoliberalismo e se nega a assumir compromissos internacionais que cerceiem a capacidade do Estado de estabelecer políticas públicas nacionais em setores considerados importantes. Em que pese o fato de se manter uma política macroeconômica ortodoxa, semelhante à do período Cardoso, Lula da Silva e seus formuladores de política exterior parecem ter uma visão mais reticente quanto aos constrangimentos e possibilidades da ordem internacional vigente. Na percepção de alguns dos formuladores da política exterior de Lula da Silva, as relações do Brasil com os Estados Unidos e com a União Européia já teriam, em certo sentido, uma dinâmica tradicional, fruto inclusive do histórico do relacionamento, principalmente com os EUA. Por isso, atualmente o país tem investido importantes recursos diplomáticos no sentido de fortalecer as suas relações políticas e econômicas com outros países em desenvolvimento. O governo Lula da Silva busca dar um novo impulso político no relacionamento entre o Brasil e outros países do Sul. Alguns dos seus formuladores argumentam que o aumento do comércio entre esses países poderia gerar uma nova geografia política, econômica e comercial do mundo. A aliança, no âmbito dos países em desenvolvimento, aumentaria a respeitabilidade dessas coalizões e possibilitaria um diálogo mais simétrico com os EUA e a UE.

Seguindo essa linha de raciocínio, o G-20 seria considerado um componente significativo, para a configuração de uma nova geografia comercial mundial. Formado por Estados intermediários

de grande destaque, principalmente Brasil, Índia, África do Sul e China, a coalizãoalaria pela grande causa dos países em desenvolvimento nas negociações agrícolas, quais sejam: acabar com as barreiras e subsídios de alguns países desenvolvidos que prejudicam, sobremaneira, determinadas economias do mundo subdesenvolvido⁷. Além do mais, o G-20 estimularia o diálogo entre parceiros em potencial, estreitando os laços políticos e econômicos entre o grupo dos emergentes. Essas são as idéias que transparecem nos discursos, comunicados e visitas presidenciais do Governo Lula da Silva.

Assim, a estratégia de inserção internacional do atual governo, sem diminuir a importância das relações com os Estados Unidos e a União Européia, atribui centralidade à dimensão Sul-Sul. O próprio presidente, Lula da Silva (2007) afirma que se procura: "manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo". Essa política tem sua expressão na expansão das relações com a África, a Ásia e o Oriente Médio. Mas, cumpre frisar que, apesar das críticas de uma parte da imprensa e do empresariado, essa política guarda considerável senso de realidade, evitando criar conflitos desnecessários, e, apesar de alguns críticos afirmarem o contrário, o país, mantém boas relações com os países desenvolvidos, principalmente com os norte-americanos. A busca de diversificação dos parceiros comerciais e políticos encontra certa ressonância na própria diversidade geográfica do comércio exterior do país.

O objetivo de fortalecer as relações, com os países do Sul, também pode ser depreendido da declaração do Ministro das Relações Exteriores de Lula da Silva, embaixador Celso Amorim (2004), quando considera que "a magnitude e a diversidade dos interesses do Brasil orientam a nossa política de redimensionar a geografia de nossas relações internacionais". No campo das ações concretas, podemos notar esse objetivo como subjacente aos seguintes eventos diplomáticos: instituição da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA); retomada e estreitamento de relações de amizade com os países africanos; campanha pela reforma do Conselho de Segurança da ONU; ação de destaque nas negociações da OMC; aproximação com os países asiáticos e do leste europeu (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Ao fim e ao cabo, busca-se, pois, a manutenção da autonomia do país, por meio do aumento dos recursos de poder.

Por isso, na moldura da política externa do Governo Lula, as coalizões são entendidas como um elemento de construção de capacidade de influência na elaboração de normas e padrões globais, de modo a torná-los mais permeáveis aos interesses dos países do Sul (LIMA, 2005). Sustentam a idéia de mudança de paradigmas na política exterior, principalmente, duas coalizões internacionais, que surgem, no Governo de Lula da Silva: o G-20 e o IBSA⁸. O IBSA, com a Declaração de Brasília, de junho de 2003, efetiva a formação

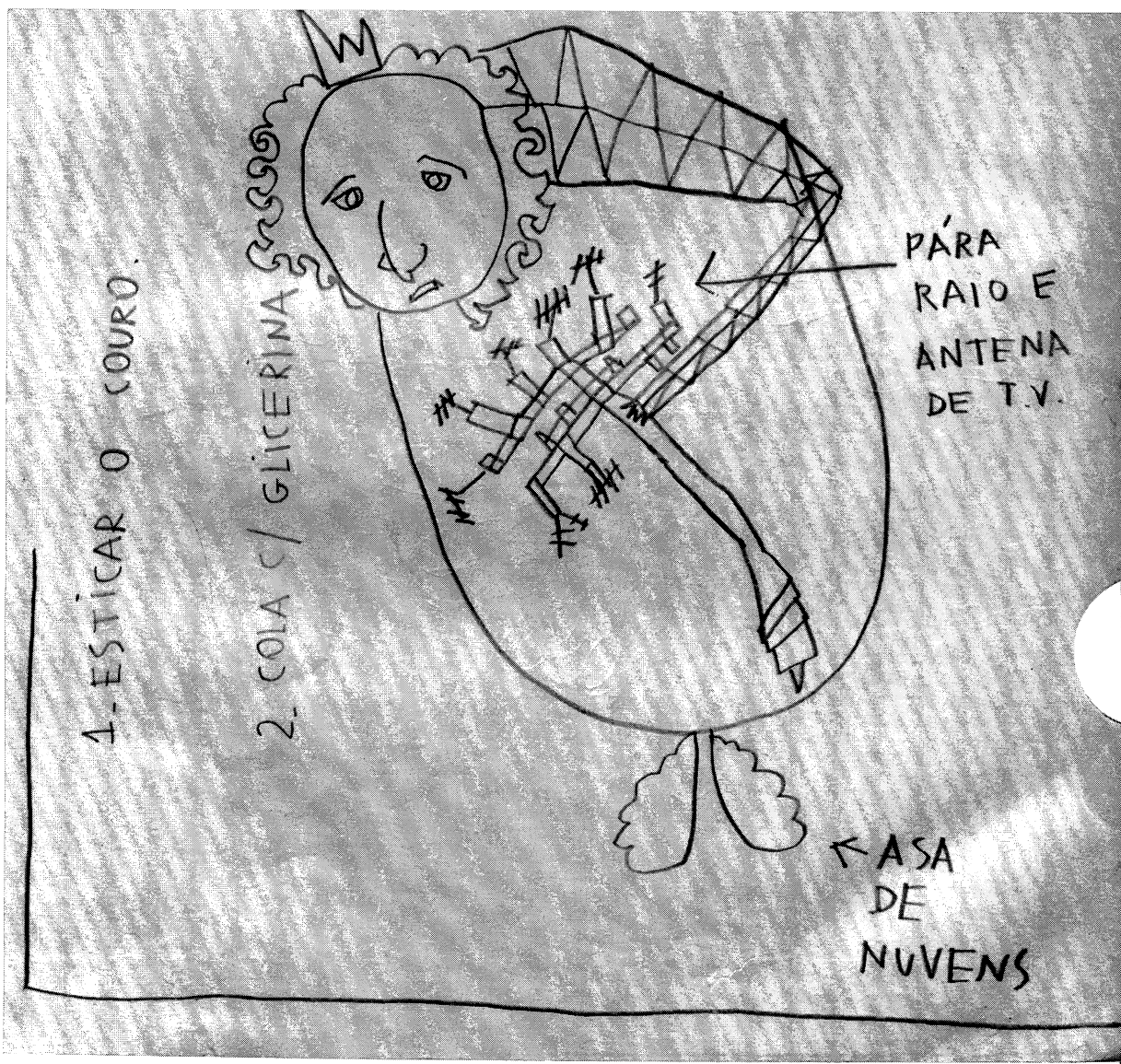
⁷ Ainda que alguns países em desenvolvimento, como os países africanos, se beneficiem indiretamente dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos, principalmente da UE.

⁸ Para maior entendimento sobre o Acordo IBSA, consultar o trabalho de Oliveira, Onuki e Oliveira (2006), que apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa abrangente sobre o tema.

de uma aliança estratégica entre Brasil, Índia e África do Sul, conhecida, a partir de então, como G-3, ou IBSA⁹. Pouco tempo depois, o G-20 surge, na Reunião Ministerial de Cancun, da OMC, em setembro de 2003. Para os países intermediários, como o Brasil, as coalizões são um instrumento essencial para o exercício da influência na política internacional. Na maioria das vezes, esses países não são suficientemente fortes, para fazer prevalecer o seu ponto de vista no resultado das negociações, e o fato de ter o respaldo de uma coalizão, aumenta, consideravelmente, o poder de barganha desses países. É nesse sentido que devemos contextualizar, na perspectiva da política exterior do Brasil, o entendimento do acordo IBSA e a formação do G-20. Na ótica da diplomacia brasileira, as tentativas, no sentido de constituição de coalizões, inserem-se, pois, na estratégia macro de qualificar-se enquanto *global player*. No dizer do Ministro Celso Amorim (2004) esta política tem surtido certo efeito, pois "o Brasil tem logrado mudar a agenda internacional, fortalecendo a multipolaridade". O objetivo de fortalecer a multipolaridade relaciona-se com a concepção de maior democratização das relações internacionais: "a democratização das relações

internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado" (SILVA, 2003, p. 11).

Portanto, no governo Lula da Silva, parece prevalecer a idéia que a ênfase nas relações Sul-Sul, além de ampliar os investimentos e as exportações brasileiras, deve ser entendida como um movimento de reforço de uma aliança política para atuar de forma mais coesa no sistema internacional. Nessa lógica, a diplomacia brasileira tem buscado fortalecer os laços e entendimentos, por meio de acordos comerciais, memorandos de entendimentos e visitas presidenciais, com países como China, África do Sul, Índia, Argélia, Egito, Angola e República Democrática do Congo. Na visão de alguns, o componente comercial não seria a motivação principal da postura brasileira, embora haja a expectativa que essa aproximação possa impulsionar o intercâmbio comercial. Os dados de comércio sugerem que isso, de alguma forma, pode estar ocorrendo. Da mesma forma, a expectativa é que essas iniciativas possam gerar externalidades positivas em termos de convergência de posições, nas esferas tanto dos fóruns



⁹ Outra questão relevante, mas que foge ao espectro analítico nesse trabalho, é a seguinte: essas coalizões reforçam ou enfraquecem a posição do Brasil como "líder" na América do Sul?

multilaterais, quanto dos regionais. A decorrência nesses casos parece estar sendo parcialmente correspondida.

3. A Particularidade da Coalizão G-20

A Reunião de Cancun da OMC, de 2003, que possibilitou o surgimento do G-20, foi inviabilizada, entre outros fatores, mas, principalmente, em virtude de os países em desenvolvimento manterem uma posição unificada face à pressão dos Estados Unidos e União Européia, mesmo que entre aqueles houvesse diferenças quanto a determinados temas da agenda agrícola. Era evidente a diferença fundamental nas propostas demandantes brasileiras, relacionadas com os três pilares das negociações agrícolas e as posições defensivas indianas. A Índia, como se sabe, não está disposta a abrir o seu mercado agrícola. Pede uma liberalização unilateral por parte dos países desenvolvidos¹⁰. Os representantes indianos argumentam que a proteção do seu mercado agrícola justifica-se, no papel fundamental que este desempenha no equilíbrio e no desenvolvimento da sociedade indiana¹¹. Por isso, os indianos vêem uma razão de ser do apoio interno. Portanto, o consenso Brasil-Índia estrutura-se em torno da questão de acesso aos mercados e diminuição

dos subsídios agrícolas por parte dos países desenvolvidos, sendo essa, inclusive, a principal bandeira do G-20.

Após a Reunião Ministerial de Cancun, o G-20 foi gradualmente recebendo reconhecimento internacional. Grande parte desse reconhecimento se deve à capacidade que o grupo demonstrou de apresentar uma postura coesa em relação às negociações agrícolas (ainda que existam diferenças em relação a outros temas). Outro elemento importante foi o esforço do grupo, notadamente do Brasil e da Índia, em apresentar propostas técnicas nas diversas reuniões dos grupos de trabalho em Genebra. Analisando as propostas de negociação do G-20, no *website* oficial do grupo, nota-se que a coalizão busca a liberalização dos mercados agrícolas dos países desenvolvidos. Diferentemente das coalizões anteriores, que contavam com a participação dos países em desenvolvimento, o G-20 não apresentava uma agenda pura e simples de veto e, sim, uma agenda pró-ativa, que ficou caracterizada nas suas propostas tecnicamente substantivas (NARLIKAR, 2003). Os documentos do grupo sugerem a criação de mecanismos de salvaguardas especiais e de uma categoria de produtos sensíveis, que poderiam ser utilizados pelos países em desenvolvimento, em caso de surto de importações. O grupo defende o argumento que os países em desen-



¹⁰ Essa percepção indiana está parcialmente incorporada no Comunicado do G-20: "Com relação a acesso a mercados, o G-20 propõe melhoras substanciais por meio de cortes tarifários mais profundos e da eliminação de salvaguarda especial para países desenvolvidos".

¹¹ É interessante observar a declaração do Ministro Celso Amorim, exposta no web site oficial do G-20: "Em particular, o Grupo busca combater as distorções e restrições que afetam o comércio agrícola, no que concerne aos subsídios à exportação, e outras medidas de promoções de exportações, apoio interno que distorce o comércio e empecilhos ao acesso dos produtos originários de países em desenvolvimento. Além disso, tal como contido no mandato negociador, o Grupo busca desenvolver mecanismos de tratamento especial e diferenciado que promovam a segurança alimentar e atendam as preocupações dos países em desenvolvimento com suas populações rurais". Cabe notar, pois, que esse discurso parece refletir parte da preocupação indiana nas negociações agrícolas da OMC.

volvimento não deveriam assumir compromissos maiores que os atuais, no que tange a acesso a mercados, pois, em diversos países, predominam formas de agricultura não-comerciais. O consenso do grupo refere-se à eliminação dos subsídios à exportação para produtos agrícolas.

Impulsionados pela atuação do G-20, os países em desenvolvimento alcançaram maior participação no processo negociador da OMC. O Brasil, junto com a Índia, passou a integrar grupo de cinco atores – ao lado dos Estados Unidos, União Européia e Austrália – que desempenharam um papel preponderante, no estabelecimento das bases sobre as quais se assentou a decisão final do Pacote de Julho de 2004, e ainda hoje são atores importante no palco das negociações. Fica claro que, para formar o G-20 e compatibilizar os diferentes interesses, países exportadores, como o Brasil e a Argentina, reduziram seus graus de ambição em relação ao acesso a mercados de bens agrícolas nos países em desenvolvimento. O grupo concentrou seus esforços na eliminação de práticas que distorcem o comércio agrícola, como, por exemplo, na redução substancial das medidas de apoio interno dos países desenvolvidos. Podemos considerar, que esse consenso intra-coalizão é um dos fatores que explicam, até o momento, o relativo sucesso do grupo.

Na perspectiva brasileira, a cooperação no âmbito do G-20 pode gerar efeitos de radiação, tanto para outras áreas, quanto para outros temas. Essa expectativa certamente é uma das motivações da postura do país na coalizão. Quando o Brasil afirma que os países em desenvolvimento deveriam ser poupados de demandas em acesso a mercados, fica claro que incorpora as demandas de seus principais aliados na coalizão, mesmo que, para isso, suas demandas tenham que ser acomodadas. O país reconhece que depende do apoio de outros países em desenvolvimento, para obter um acordo que seja mais equilibrado, mesmo que talvez não seja o ideal. Acreditamos que o entendimento em torno do G-20, na perspectiva da política exterior do Brasil, em parte, relaciona-se com a cooperação Sul-Sul, assim como com as conotações geo-estratégicas que poderiam estar subjacentes ao esforço do país, na coordenação da coalizão, mas, também, devemos levar em consideração que, o status de líder da coalizão, corresponde à expectativa de uma parte das elites e da diplomacia brasileira, discutida na primeira parte deste texto, de tornar o país um ator protagônico no cenário político internacional.

5. Os Desafios da Cooperação Sul-Sul

Como vimos, a atuação do Brasil no G-20, de certa forma, indica a importância conferida à cooperação Sul-Sul pelo atual governo brasileiro. Nesta seção do trabalho, procuraremos dimensionar, de maneira mais ampla e de forma exploratória, as possibilidades, da cooperação Sul-Sul, no mundo das “polaridades indefinidas”. Parece existir um nicho interessante de possibilidades

para uma estratégia de cooperação Sul-Sul no âmbito multilateral, como o próprio G-20 sugere, mas, ao mesmo tempo, podemos observar alguns desafios.

Os efeitos do aprofundamento do processo de globalização produtiva, as constantes mudanças nos padrões tecnológicos, as crises fiscais dos países subdesenvolvidos e dos seus modelos de desenvolvimento, bem como o Fim da Guerra Fria, de certa forma, desestruturaram a homogeneização que tratava o Sul como um bloco. Ocorreu uma diversificação entre os países em desenvolvimento, em função das diferentes capacidades e estratégias destes frente aos novos desafios e possibilidades internacionais. Um dos resultados desse processo foi uma maior diversificação quanto aos interesses desses países, e a conseqüente diluição de alguns dos princípios representativos dessa faixa de nações. Na visão de alguns dos formuladores da política externa do Governo Lula, o conjunto heterogêneo dos países em desenvolvimento teria reivindicações comuns, especialmente nos terrenos do comércio e do combate à pobreza.

“Apesar das diferenças entre o Brasil e os outros grandes Estados periféricos, ao compartilharem características e interesses comuns e estarem situados em regiões distantes, seus interesses não são diretamente competitivos e, assim, há condições para a construção de projetos políticos comuns” (GUIMARÃES, 1999, p.141).

Como vimos, a aproximação com os países do Sul ganhou importância na agenda externa do governo de Lula da Silva, buscando aumentar o poder de barganha do Brasil nas negociações comerciais e no sistema político internacional. O país assumiu uma postura mais assertiva em termos de liderança pronunciada em coalizões Sul-Sul. Contudo, temos que considerar também algumas dificuldades para a total consecução dos projetos almejados.

Inicialmente, a Colômbia, o Peru e outros países da América Central também faziam parte do G-20, contudo, esses países se retiraram da coalizão devido a pressões norte-americanas¹². Este episódio, entre outros, sugere que os países menos desenvolvidos, entre aqueles considerados em desenvolvimento, estão suscetíveis e esse tipo de pressão e, por não terem preocupações sistêmicas, podem ceder à estratégia das potências. Alguns países tendem a se preocupar e a direcionar suas ações de política externa a temas que afetam a sua existência imediata, tendo assim, uma posição ambígua quando adentram uma coalizão como o G-20. O ingresso na coalizão possibilita maior participação nas decisões, mas, ao mesmo tempo, motiva o oferecimento de maiores benefícios por parte dos atores mais fortes do sistema, visando desmembrar a coalizão. Uma variável importante que deve ser levada em consideração no entendimento dessa questão no caso

¹² O objetivo dos EUA era causar o efeito dominó no G-20. Uma vez que, quando um país sai de uma coalizão, aumenta o medo dos outros de ficarem isolados na etapa final.



do G-20 consiste em dimensionar a capacidade que o Brasil detém de convencer os parceiros a permanecer na coalizão. Uma das concessões que o país vem fazendo, no âmbito do G-20, consiste em reduzir o seu nível de ambição, no que se refere ao acesso aos mercados dos países em desenvolvimento, em prol da ação coletiva. Mas, por outro lado, não podemos deixar de considerar que os instrumentos de coerção e *side-payments* dos países desenvolvidos, tanto em relação aos outros países, como em relação ao próprio Brasil, podem vir a fragilizar algumas das posições do país.

Como indica Steinberg (2002), os países desenvolvidos utilizam a coerção ou a ameaça, no intuito de ajustar os interesses dos países em desenvolvimento no contexto da pactuação assimétrica. Essa estratégia explica o alinhamento e o fato de alguns países em desenvolvimento concordarem com determinadas políticas dos países desenvolvidos amplamente condenadas, no entanto, por alguns dos seus pares do Sul. Os interesses dos países ACP (África, Caribe e Pacífico) nas negociações internacionais, por exemplo, centram-se na manutenção do acesso privilegiado aos mercados da União Européia e de outros países do Norte, para uma série de *commodities*.

Segundo Oliveira, Onuki e Oliveira (2006, p. 25) a plausibilidade que as bases do ressurgimento das coalizões Sul-Sul assente-se em fatores endógenos pressuporia a idéia que "a interdependência sul-sul estaria se ampliando, premissa dificilmente defensável. Ao invés disso, o fato é que, mais a mais, o desenvolvimento da periferia passa pelos *links*, em termos de comércio e investimentos com o norte". A dependência estrutural do Brasil e de outros países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos, no que tange à

questão de dívida externa, fluxos de tecnologias e atração de investimentos, pode colocar determinadas limitações objetivas à efetividade da cooperação Sul-Sul. As debilidades estruturais dos países não podem ser resolvidas no curto prazo e a vontade política, apesar de ser um fator importante, pode não ser totalmente suficiente para impulsionar a cooperação Sul-Sul. Dupas (2006, p.362) considerando a iniciativa IBSA, afirma:

"As análises apresentadas nesse estudo permitem visualizar — para além de eventuais possibilidades pontuais de colaboração comercial e tecnológica, adicionadas a alinhamentos em geometria variável em fóruns internacionais — que as sinergias efetivas entre os três países não parecem suficientemente relevantes para virem eles a constituir um bloco coeso que influa no poder global."

As pesquisas dedicadas ao estudo da iniciativa IBSA convergem no sentido de considerar determinadas dificuldades. Oliveira, Onuki e Oliveira (2006, p.34) consideram que a aliança "IBSA na área de segurança voltada ao jogo multilateral, como de resto de um posicionamento em termos de alta política, está mais para pensamento desejável do que um cenário provável". Mas, ao mesmo tempo, esses trabalhos permitem supor que com determinada engenhosidade diplomática, as sinergias existentes podem dar substrato a ações conjuntas que viabilizem ganhos relativos de poder em áreas específicas. A postura do Brasil, no G-20, e no acordo IBSA, parece estar relacionada com um conjunto mais amplo de objetivos de política exterior. O que se busca é desenvolver alternativas, para diminuir a influência decisiva

dos países desenvolvidos no direcionamento dos principais temas internacionais, ao mesmo tempo em que se busca projetar o Brasil como um ator relevante no sistema internacional.

5. Considerações Finais

Pelo exposto, podemos observar que a atuação do Brasil na OMC, por meio do G-20, insere-se num projeto de ampliação consistente da presença brasileira no sistema político internacional. Da mesma forma, significa o retorno das tentativas de cooperação Sul-Sul, no mundo pós - Guerra Fria. Um dos motivos do ressurgimento dessa questão, talvez, seja o questionamento quanto aos resultados advindos do modelo de "autonomia pela participação". Nesse contexto, buscamos igualmente demonstrar que a possibilidade de concretização efetiva das estratégias de cooperação Sul-Sul apresenta desafios; contudo, não quer dizer que se deva abandoná-las. A atuação de forma conjunta parece ser o único meio de os países em desenvolvimento aumentarem a sua participação no resultado dos acordos na OMC. A articulação entre os países em desenvolvimento é também uma forma importante para esses países buscarem tornar o sistema internacional mais permissível às suas necessidades e interesses.

Observamos que a ação internacional do Brasil tem uma série de limitações, associadas tanto à condição de país em desenvolvimento, quanto à estrutura do sistema internacional. A capacidade de influência real do país parece ser baixa. Sob essa ótica, a posição do país no G-20 pode

ser vista de forma relacional, ou seja, a liderança do grupo garante maior participação no processo decisório, e, simultaneamente, contribui para uma maior projeção externa do país. Portanto, a atuação na OMC, por meio de coalizões, aumenta a possibilidade de ganhos para o país.

Não podemos perder de vista que a prioridade de atuação internacional, mediante coalizões Sul-Sul, atende também aos anseios de uma parte dos grupos sociais que angariam considerável sustentação ao atual governo, bem como às interpretações e visões de mundo de importantes lideranças que atuam na esfera do Executivo e do Partido dos Trabalhadores (PT). O governo busca fortalecer o debate a respeito dos temas do desenvolvimento, do combate à pobreza e da desigualdade entre os países. Esses temas são tradicionais, históricos da diplomacia brasileira, mas, o caráter do governo Lula da Silva, sua base social original, dão-lhe particular significado. Os elementos explicativos da atuação do Brasil no G-20 coincidem, em termos gerais, com a orientação adotada pela política externa multilateral do governo de Lula da Silva. No que se refere ao padrão de comportamento de longo prazo da diplomacia brasileira, podemos sublinhar os conceitos de autonomia e universalismo, como subjacentes às articulações internacionais do país. Como indica a literatura de política exterior do Brasil, discutida na primeira seção deste trabalho, as ações parecem variar na história, de acordo com a avaliação sobre o método mais conveniente e eficiente, no sentido de não só atingir determinados objetivos, como também de manter certa margem de manobra e autonomia.

Submissão: Dezembro / 2007

Aprovação: Julho / 2008

Referências Bibliográficas

- ABREU, Marcelo de P. (2003) Riscos da nova estratégia brasileira na OMC: falta agenda positiva às alianças do Brasil. *O Estado de S.Paulo*, 01 set.
- AMORIM, Celso. (2004) *Brasil quer Fortalecer a Multipolaridade Internacional*. Entrevista ao Jornal Mundo, Geografia e Política Internacional. Ano 12, nº 1, mar
- _____. *Política Externa do Governo Lula: Os Dois Primeiros Anos*. Disponível: <observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Artigo%20Celso%20Amorim.pdf>. Acesso em 08/10/2005.
- _____. Entrevista: Celso Amorim. Revista Isto É. 29/11/2006.
- CERVO, Amado Luiz (org). *O Desafio Internacional a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora UnB, 1994.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco; STUART, Ana M. (2003) Cambiando el rumbo: la política exterior del presidente Lula. In: ÁLVAREZ, Chacho. *La Argentina de Kirchner y el Brasil de Lula*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- DUPAS, Gilberto. (2006) África do Sul, Brasil e Índia: divergências, convergências e perspectivas de alianças. In: VILLARES, Fábio. *Índia, Brasil e África do Sul: Perspectivas e Alianças*. São Paulo: Editora Unesp.
- FONSECA JR, Gelson. (1998) *A Legitimidade e Outras Questões Internacionais*. São Paulo: Paz e Terra.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (1999) *Quinhentos Anos de Periferia*. 3.ed. Rio Grande do Sul: Contraponto.
- HURRELL, Andrew; NARLIKAR, Amrita. (2006) A New politics of confrontation? Developing countries at Cancun and beyond. *Global Society*, v. 20, nº 4, p. 415-433.
- LAFER, Celso. (2004) A identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva.
- LIMA, Maria Regina S. (1994) Ejes Analíticos Y Conflicto de Paradigmas En La Política Exterior Brasileña. *América Latina/Internacional*, v. 1, nº 2, 1994.
- _____. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.48, nº1, 2005.
- _____; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, nº 82, 2006.
- LULA DA SILVA, (2003). Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, em Brasília. In: *A Política Externa do Brasil*, Brasília: IPRI/Funag.
- _____. Discurso do Presidente da República no Congresso Nacional ao ser empossado para o mandato 2007 – 2010. Presidência da República, 1/1/2007.
- MARIANO, Marcelo P. A Política Externa Brasileira, o Itamaraty e o Mercosul. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP -Araraquara – SP, 2007.
- MELLO, Flávia de Campos. Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90. Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.
- NARLIKAR, Amrita. *International Trade and Developing Countries: bargaining coalitions in the GATT & WTO*. London: Routledge, 2003.
- _____; TUSSIE, Diana. NARLINAR, Auritè & TUSSIE, Diana, Bargaining together in Cancún: developing countries and their evolving coalitions. *LATN Working Paper*, nº18, 2003.
- OLIVEIRA, Amancio; ONUKI, Janina.; OLIVEIRA, Emanuel. N. Coalizões Sul-Sul e multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. *Contexto Internacional*, v. 28, nº 2, dez. 2006.
- Pinheiro, Leticia. *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- SENNESE, Ricardo. *Brasil, México e Índia na Rodada Uruguai do GATT e no Conselho de Segurança da ONU: Um Estudo sobre os Países Intermediários*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política, USP, 2001.
- SOUZA, Amaury de. *A Agenda Internacional do Brasil: Um Estudo sobre a Comunidade Brasileira de Política Externa*. Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < www.cebri.org.br/pdf/100_PDF.pdf>. Acesso em: 06 dez 2006.
- STEINBERG, Richard. In the shadow of law or power? Consensus – based bargaining and outcomes in the GATT/WTO. *International Organization*, v. 56, nº2, 2002.
- _____. Two Years of Activities of the G-20: Moving Forward the Doha Round. Disponível em: <www.g-20.mre.gov.br> Acesso em: 05 dez. 2006.
- VEIGA, Pedro da Motta. A política comercial do Governo Lula: Continuidade e Inflexão. *Working Papers*, LATN/RBCE, 2005.
- VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo P. A Alca e a Política Externa Brasileira. In: *Cadernos CEDEC* nº 74, 2005.
- _____; CEPALUNI, Gabriel. *A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. Mimeo, 2007.
- _____; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; Favaron, Gustavo M. The role of regional integration for Brazil: universalism, sovereignty, autonomy and elites' perception. In: *Seventh International Comparative Interdisciplinary Studies Section (CISS)*, Millennium Conference, Buçaco - Portugal, 2007.

Geometria e movimento: o espaço em um reassentamento hidrelétrico

**Fabiano
Bechelany**

Graduado em
Ciências Sociais/
UFMG

Palavras-chave:
etnografia, espaço,
reassentamentos,
Vale do Jequitinho-
nha.

Key-words:
ethnography,
space,
resettlement,
Jequitinhonha
Valley

1 Este artigo é um extrato das principais idéias desenvolvidas em minha monografia elaborada como trabalho de conclusão para o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Prof. Ruben Caixeta de Queiroz. Agradeço a ele e ao Prof. Leonardo G. H. Figoli pelas observações feitas durante a arguição, e a João Paulo Ayub pelos generosos comentários. Dedico este trabalho aos amigos José Luís Braga, Gustavo Saporí e Bernardo Teodorico, que compartilharam o campo comigo e às famílias e amigos do Vale pela generosa acolhida.

2 Ao longo do texto a noção de *espaçialização* ajudará na compreensão do espaço como dimensão praticada. Nesse sentido, um modelo de *espaçialização* designaria um modo específico de prática do espaço e, por conseguinte, um modo de concebê-lo. (cf. Certeau, 1994).

3 A temática da construção de barragens no Brasil foi fruto de inúmeras e preciosas pesquisas que constituem uma longa tradição de estudos. Como o enfoque aqui segue uma linha interpretativa desses fenômenos diferente da adotada por esta tradição, remeto ao livro de Lídia Marcelino Rebouças (2000) para uma revisão das principais abordagens da temática dentro da antropologia.

RESUMO: O deslocamento de pessoas provocado por empreendimentos hidrelétricos resulta quase sempre em um descompasso entre experiência anterior e a do presente. Este artigo propõe compreender este descompasso a partir da categoria do espaço, e suas implicações antropológicas no contexto do Vale do Jequitinhonha. A partir de uma breve etnografia e reunindo análises teóricas sobre o estudo do espaço humano, será esboçada uma análise de elementos da organização espacial de duas comunidades ribeirinhas atingidas. O texto conclui com uma interpretação das transformações espaciais e suas implicações na socialidade dos reassentamentos.

ABSTRACT: The displacement of people caused by undertakings of hydroelectric almost ever resulting in a incompatibility between the previous and present experience. This article proposes some considerations towards the understanding of that incompatibility from the category of space, and its anthropological implications in the context of the Jequitinhonha Valley. From a brief ethnography and bringing together theoretical analysis on the study of human space, will be outlined an analysis of elements of the spatial organization of two riverside communities reached. The text concludes with an interpretation of the changes the transformation of the space and its implications to the sociality of the resettlements.

*"Perto de muita água, tudo é mais feliz."
Riobaldo, Grande Sertão: Veredas.*

Introdução¹

Este trabalho resulta de uma etnografia sobre os processos vividos no cotidiano de duas vilas construídas pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, nos municípios de Turmalina e Leme do Prado, região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, onde um grande projeto hidrelétrico provocou o deslocamento de cerca de 1.100 famílias que habitavam as margens do rio. Em dezembro de 2005 as águas do reservatório da Usina Hidrelétrica de Irapé, no rio Jequitinhonha, começaram a subir transformando a paisagem da região. O processo de reassentamento das famílias em outro espaço resultou na necessidade de adaptação ao novo lugar e edificação de um sentimento de lar. No trabalho de campo realizado na região foi possível colher depoimentos e entrevistas e acompanhar as práticas implicadas na nova conjuntura espacial. A partir deste material, procuro aqui descrever algumas transformações vividas e as diferenças que emergiram entre o modo de organização do espaço implicado nos reassentamentos e o modo de organização próprio à experiência na beira do rio. As alterações em relação ao meio em que viviam se destacam em dois aspectos principais: a terra para produção e os recursos naturais disponíveis; os espaços de moradia e de convivência.

Ao longo do artigo analiso um problema específico colocado pelos sujeitos pesquisados: a dificuldade de adaptação à nova morada. Argumento que o espaço dos reassentamentos é percebido por eles como elemento de um 'descompasso'

entre dois modelos de *espaçialização*². Levando em conta a dimensão simbólica envolvida nas noções que permearam o planejamento das empresas empreendedoras – que concebiam o local a partir de funcionalidades estranhas ao modo de vida próprio das comunidades situadas no vale do rio Jequitinhonha – proponho uma interpretação do contexto a partir da noção de *espaço* como uma categoria dotada de valor heurístico, ou seja, capaz de abrir caminhos para a explicação de fenômenos cuja descrição empírica não é suficiente para esclarecer, colaborando assim para o entendimento das interações entre o homem e o ambiente. A partir do material empírico colhido nas comunidades reassentadas de Peixe Cru e Porto Coris, analisarei diversos elementos de transformação no universo social dos indivíduos envolvidos³.

Para abordar o caso específico, discutirei algumas contribuições teóricas como uma maneira de reunir ferramentas analíticas para configuração de uma noção de espaço eficaz. Primeiramente, as análises clássicas de Marcel Mauss e Evans-Pritchard, que apontaram um problema e uma possibilidade de investigação antropológica a partir do estudo de fenômenos ecológicos entre 'sociedades primitivas'. O ponto de vista antropológico sobre estes grupos ilumina as diferenças existentes na organização social e nas disposições e percepções em relação às sociedades modernas capitalistas. É este ponto de vista que nos permitirá lançar sobre as comunidades ribeirinhas uma perspectiva sobre a diferença e analisar uma socialidade distinta, justamente o fundamento do 'descompasso' vivido no local.

Em seguida, farei uma rápida abordagem de teorias contemporâneas preocupadas com fenômenos relacionados ao espaço enfocando uma concepção pragmática e relacional. Os escritos

de Tim Ingold, Michel de Certeau e dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, fornecerão importantes conceitos para a interpretação dos fenômenos vividos no Vale do Jequitinhonha.

Passos para uma etnografia do espaço.

O espaço, como categoria antropológica que nos permite compreender as relações humanas, possui tanto uma universalidade material quanto uma constituição social, e podemos afirmar que o espaço desde sempre provocou sobre o espírito humano constrangimentos e especulações. Seja como um lugar, seja como uma categoria, toda sociedade inscreve sobre o espaço o seu sistema de representação do mundo. Durkheim, ao tratar das categorias do pensamento na introdução de *As formas elementares da vida religiosa*, chamou atenção para o caráter coletivo dessas categorias que organizam a experiência humana. O espaço, elemento das representações coletivas que compõem a "ossatura da inteligência", teria sua condição lógica de constituição a partir da associação entre os indivíduos. A interpretação dos fenômenos humanos implicada aí permite compreender como a organização social dos grupos e as relações sociais entre os indivíduos são o fundamento para as categorias do pensamento conceitual da coletividade.

A variação cultural dessas categorias só pode ser analisada a partir do estudo de seu funcionamento em um dado contexto de práticas e idéias, afinal, distinções e valores afetivos denotados ao espaço têm seu conteúdo gerado socialmente. Proponho analisar aqui o modo de conceber o espaço em uma realidade social específica. Dessa forma, não evocamos a essência do Homem que sempre corre o risco de se esvaziar quando confrontada com a diversidade das realizações dos homens. Percorrerei, portanto, o caminho proposto por Clifford Geertz (1989: 37), "[...] entre o que os homens são intrinsecamente capazes de tornar e o que eles realmente se tornam", avançando no diálogo entre a nossa tradição e das diferentes sociedades com suas múltiplas articulações entre natureza e cultura.

Segundo o verbete 'Espaço', do *Dictionnaire de l'ethnologie e de l'anthropologie*: "Toda sociedade imprime sua marca sobre o espaço e, inversamente, o espaço aparece como um modo de manifestação ou de expressão da sociedade" (Cadoret, 2003: 235). O movimento ocorre nos dois sentidos, não se pode definir a primazia de um dos termos. Toda sociedade constrói significações sobre o espaço onde vive, classificando-o de acordo com o seu sistema conceitual e, ao mesmo tempo, o espaço impõe sobre o desenvolvimento material e cultural implicações que exigem modulações da ação e do pensamento. As características do ambiente adquirem relevância social na medida em que são assimiladas por um esquema perceptivo constituinte de significados dentro de uma cultura.

Um ponto de partida importante para avançarmos em relação à compreensão das sociedades humanas aqui se configura: a classificação do espaço segundo suas propriedades e elementos constitutivos deriva da própria idéia que a sociedade faz de si mesma. A universalidade do espaço como uma referência exterior está diretamente relacionada às diferenciações e significações que um dado sistema cultural elabora a partir do modo de operar as relações entre os diversos domínios de sua existência. A relação entre natureza e cultura, ou entre a materialidade do mundo e a realidade que ela constitui implica uma organização do espaço existencial dos indivíduos situados em determinado ambiente.

Deve-se ter em mente que o espaço é tanto uma operação do sujeito, uma espacialização do mundo, como é também territórios e lugares situáveis. De um lado "o lugar como conjunto de elementos, coexistindo dentro de uma certa ordem", e do outro o "espaço como animação desses lugares, pelo deslocamento de uma força motriz" (Augé, 1994: 75). O que nos leva, portanto, a uma noção mais abstrata do que as suas correlatas 'território' ou 'lugar', mas que tem, por isso, a vantagem de ser menos fixa que elas.

Se o território remete a uma dimensão identitária – "um *significante* da identidade" (Segato, 2003: 03, ênfase no original) –, por isso política, que designa uma apropriação e delimitação, um domínio de um dado espaço, a noção de espaço, por outro lado, nos leva a pensar essa dimensão do real, que se configura como experiência individual e coletiva, não tanto de forma representacional, mas como algo que reúne de modo total a materialidade e a vida que a anima.⁴

Abordagens antropológicas do espaço entre sociedades distintas permitem analisar modos de operação em relação ao meio e explicar o conjunto de associações entre as diferentes dimensões da vida social na organização do espaço de existência.

No seu ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós, Marcel Mauss (2003) analisou as mudanças na morfologia desses grupos em cada uma das estações que marcam o ano no norte do planeta. As variações ambientais onde vivem são metabolizadas pela coletividade em todas as dimensões da vida social e as mudanças no conjunto das relações sociais geram experiências diferentes do mundo ao redor. Segundo o autor:

"[...]a maneira como são classificados os homens e as coisas traz a marca dessa oposição cardinal entre as duas estações. Cada estação serve para definir todo um gênero de seres e coisas.[...] Pode-se dizer que a noção de inverno e a noção de verão são como dois pólos em torno dos quais gravita o sistema de idéias dos Esquimós". (2003: 480).

Com efeito, o que Mauss se preocupou em demonstrar é que as mudanças climáticas não

⁴ Para uma distinção do conceito de território em relação com o de espaço que viemos mapeando até aqui, utilizo as definições de Rita Segato, (2005): "o espaço pertence a esse domínio do real, e é uma precondição de nossa existência, uma realidade inalcançável que sempre demonstrará exceder as categorias e medidas que lhe lançamos como uma rede no mar, comprovando ser, ao mesmo tempo, rígido e elástico, contido e incontido, narrável e não-narrável, comensurável e furtivo." Já o território "é por assim dizer, espaço representado e apropriado, uma das formas de apreensão discursiva do espaço". Essa distinção será mantida no texto para os fins analíticos aqui propostos.

condicionam as representações do grupo, mas que é apenas "por intermédio da sociedade que o solo [a base material, diríamos] age sobre o homem." (2003: 428). Transformações nas relações sociais produzem uma organização diferente da sociedade e do pensamento no inverno e no verão. Segundo o etnólogo, os fatores naturais do território de um esquimó são processados pelos indivíduos através do conjunto de idéias que compõem o meio social na sua totalidade.

A etnografia Nuer escrita por E.E. Evans-Pritchard, tratou a noção de espaço (associado ao tempo) também como categoria fundamental na vida social desta sociedade africana. O autor propôs uma direção similar de análise ao demonstrar o complexo conceitual que orienta tais noções. Além disso, Evans-Pritchard observou que outras instituições da vida coletiva Nuer emprestam sua lógica de funcionamento às relações ecológicas, produzindo uma diferenciação e classificação do ambiente conforme o sistema de relações que orienta as instituições políticas. As noções de "espaço ecológico" e "espaço estrutural" procuram distinguir dois sistemas que, no entanto, se interpenetram: a ecologia Nuer assenta-se sobre relações entre o homem e o meio específicas que recebem valor a partir da estrutura social do grupo; o espaço estrutural constitui uma orientação às interações que significam as localizações, fronteiras e dimensões dos terrenos (cf. Evans-Pritchard, 1999: 126 et seq.).

Ambas as análises se ocuparam do modo como um determinado contexto ambiental se torna uma experiência coletiva em que representações são construídas de acordo com uma lógica própria a determinada sociedade. Essa lógica estaria baseada em um princípio operatório que orienta a ação dos indivíduos em sua relação com a natureza e os objetos do meio. Nesse sentido, a organização do espaço está intimamente ligada ao funcionamento do social, a diferentes esferas e instituições da coletividade. O espaço se constitui em um meio onde as categorias e representações coletivas diferenciam aspectos e constroem continuidades e descontinuidades.

Philippe Descola (1997: 260), analisando o problema do ponto de vista das sociedades amazônicas, descreveu esse dispositivo estrutural que atua como princípio na experiência espacial. Conforme o autor:

"Supúnhamos, então, que existam estruturas muito gerais que organizam a maneira pela qual as pessoas constroem representações de seu meio ambiente físico e social. Onde se deve começar a procurar para encontrar traços de sua existência e de seu modus operandi? O ponto de partida que me pareceu mais simples é o seguinte: um traço característico de todas as conceitualizações do meio ambiente é que elas se baseiam em um referencial antropocêntrico. Esta propriedade gera modelos nos quais as categorias e as relações sociais servem de gabarito mental

para ordenar o cosmos, ou modelos nos quais as descontinuidades entre não-humanos só se tornam plenamente significativas como significante do social, ou, enfim, modelos como o nosso, em que a natureza é definida negativamente, como segmento ordenado da realidade que se desenvolve independentemente da ação humana".

Uma abordagem contemporânea do espaço procura colocar a problemática da relação entre o homem e o ambiente em outros termos. Em linhas breves, tratarei agora deste enfoque que é fundamentado em diferentes prerrogativas epistemológicas.

O modo como a percepção do mundo natural se constrói é correntemente concebido a partir da distinção de uma dimensão chamada simbólica ou cultura – por onde a experiência mediada pelos órgãos sensitivos é tornada inteligível – de outra conhecida como realidade material – determinada por uma continuidade, estabilidade e relativa desordem. Neste modelo, a natureza organiza-se significativamente a partir de um conjunto de idéias que a representam, mas permanece extrínseca ao sistema representacional. Uma distinção entre a natureza real e o espírito humano que nos põe diante da difícil escolha entre a (des)ordem das coisas e o movimento da sociedade.

Reintegrar estes dois pólos tem sido tarefa dos "novos ventos" na Antropologia (cf. Velho, 2001). A percepção de que outras culturas vivenciam não só modos distintos de relação com o mundo, mas, sobretudo, outros mundos, outras realidades, tem contribuído para aprofundar o entendimento da natureza das coisas sobre as quais o pensamento humano se inclina. Essa parece ser a perspectiva adotada por Tim Ingold sobre os "agentes-no-ambiente". Para Ingold, a tarefa da Antropologia não é analisar entidades ou eventos, mas relações e processos (cf. Tim Ingold, 2000a e 2000b). Nesse sentido, o autor buscou compreender a existência humana em desenvolvimento dentro de um ambiente em constante movimento de realização, envolvendo tanto processos sociais quanto biológicos. O que Ingold chamou de "modo lateral de integração" dos indivíduos no espaço tinha como prerrogativa uma realidade que é relacional e, dessa maneira, o mundo e o conhecimento dele são feitos enquanto nos movemos.

Ambiente e indivíduos em simultâneo processo de construção é o que o antropólogo denominou uma "ecologia da vida" (Ingold, 2000a: 18). Esta noção permite interpretar a relação do homem com o mundo considerando a permanente construção da percepção dos indivíduos no espaço a partir dos inúmeros deslocamentos ao longo da existência. Assim, o desenvolvimento no tempo de um "desempenho habilidoso" permite reintegrar as representações na práxis "através da imersão do ator-receptor num dado contexto ambiental" (2000b: p. 220). Uma maneira de compreensão da experiência no espaço de modo a não dissociar

a mente do corpo. Enfim, para Ingold, uma ecologia da vida permite não divorciar o conceito de cultura da experiência situada no ambiente e todo conhecimento gerado num campo de práticas.

O tratamento dado à prática reintegra as sensações, apreciações e avaliações do espaço na percepção do agente. Não sem razão, a abordagem de Michel de Certeau (1994) insiste sobre as "artes de fazer" do cotidiano, práticas que restabelecem nos espaços a ação dos indivíduos como constitutivas dos ambientes. "Um saber não sabido" (1994: 143), sobre os quais não se reflete; saber anônimo e referencial que funciona como *táticas*, operações em registros diferentes da ordem estabelecida. Por oposição a estas táticas temos as estratégias, que generalizam a racionalidade no espaço, tracejando limites, colocando ordem nas direções, distâncias, congelando o movimento, organizando passagens. À arquitetura planejada, as práticas do espaço se opõem permanecendo outras dentro do sistema dominante.

Outros ventos que vêm contribuir para ampliação de um "paradigma ecológico" (cf. Velho, 2001) é a perspectiva adotada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997) cuja luz se lança sobre variações nas configurações espaciais, decorrentes de maneiras distintas de agenciar o espaço, configurações articuladas com as atividades que nela se inserem. Para isso, Deleuze e Guattari partiram do jogo de relações múltiplas de um par conceitual – par não simétrico construído para interpretar as diferenças complexas e contínuas entre dois espaços e suas relações: o espaço liso, que seria a percepção do espaço como matriz de movimento, espaço, portanto, ocupado por acontecimentos, constituído de afectos; e o espaço estriado, organizador de matérias, ordenador de medidas e propriedades. Espaço intensivo em oposição ao extensivo. Deleuze e Guattari analisaram as diferenças entre estas lógicas distintas que se confrontam em sobreposições, levando em conta as "misturas concretas e dissimétricas" que ocorrem entre elas (Deleuze & Guattari, 1997:185-7). O espaço liso, não é homogêneo, "ao contrário, é um espaço amorfo, informal", é "a variação contínua" (Deleuze e Guattari, 1997:182). O espaço estriado, no entanto, procede por tracejamento de linhas perpendiculares e por um centro de atração. Segundo representações geométricas, os autores afirmaram:

"O liso e o estriado se distinguem em primeiro lugar pela relação inversa do ponto e da linha (a linha entre dois pontos no caso do estriado, o ponto entre duas linhas no caso do liso). Em segundo lugar, pela natureza da linha (liso-direcional, intervalos abertos; estriado-dimENSIONAL, intervalos fechados). Há, enfim, uma terceira diferença que concerne à superfície ou ao espaço. No espaço estriado, fecha-se uma superfície, a ser "repartida" segundo intervalos determinados, conforme cortes assinalados; no liso, "distribui-se" num espaço

aberto, conforme frequências e ao longo dos percursos (logos e nomos). (1997: 189)

A estriagem decorre de um centro dispersor que regula durações e intervalos. Já o espaço liso, pode ser entendido a partir de alguns de seus elementos – as orientações, referências e junções – descritos pelos autores como caracteres que não impõe constantes, não possuem modelo visual único e são constituídos segundo diferenças ordenadas, fazendo variar a divisão de uma mesma distância. (cf. Deleuze e Guattari, 1997: 204).

O que a oposição entre 'liso' e 'estriado' procura dar conta é do modo como o espaço pode ser experimentado por diferentes modelos de espacialização. Em alguns momentos, os espaços são capturados e sobre eles ocorrem estriamentos que mudam suas características, em outros, é a própria prática dos indivíduos que alisam os espaços. São operações que 'conhecem' o espaço de determinada maneira, ou que se relacionam com ele de formas diferentes, ou ainda, produzem sobre ele elementos lisos e estriados.

As três contribuições acima apontam para formas de saber que representam modos de estar no mundo. Ao modo como o Estado e a empresa energética operam sobre o espaço opõe-se o modo e as operações espaciais dos ribeirinhos. À espacialização 'estatal' que se erige de modo dominante, molar, outras habilidades se impõem e põe em circulação diferentes intensidades. Entre elas ocorrem trocas e misturas, perdas e reconquistas, interpenetrações e transformações.

Nas seções seguintes, irei projetar sobre a região atingida pela UHE Irapé os dispositivos analíticos reunidos anteriormente, buscando visualizar os agenciamentos que ocorrem em diferentes níveis da vida social.

Entre dois tempos: elementos de organização do espaço

Em 2002 iniciaram-se as obras da Usina Hidrelétrica de Irapé, na região do Vale do Jequitinhonha. O empreendimento teve como mote o desenvolvimento e modernização de uma região com altos índices de pobreza. Durante as obras foram deslocadas das zonas a serem atingidas pelo lago da represa 1.100 famílias⁵ que receberam indenizações, terras e casas em outras áreas dos municípios. Entre elas, duas comunidades que se situavam nas margens do rio foram realocadas em agrovilas⁶, deslocando-se a população para povoados construídos com equipamentos coletivos e buscando semelhança à configuração anterior.

As comunidades de Novo Porto Corís (ver figuras 1 e 2) e Nova Peixe Cru (figura 3) receberam um traçado regular, casas padronizadas, loteamentos das roças ordenados e com tamanho conforme o direito de cada um. Em Nova Peixe Cru, a organização espacial foi estritamente homogênea

⁵ Dados retirados do site: www.irapé.com.br, site oficial da CEMIG. Os municípios atingidos diretamente pela represa são: Turmalina (onde localiza-se a comunidade Peixe Cru), Leme do Prado (comunidade Porto Corís), José Gonçalves de Minas, Berilo, Cristália, Grão-Mogol e Botumirim. A Usina Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek (conhecida como Usina de Irapé), com uma barragem de 208 metros de altura, tem a capacidade de produção de 360 MW e avança sobre os rios Jequitinhonha e Itacambirucu. Sua meta é abastecer 1.000.000 de pessoas. O deslocamento compulsório dos indivíduos atingidos pelo lago teve como diretrizes o Termo de Acordo assinado pelo Ministério Público, a CEMIG, a FEAM, a Fundação Palmares, a Associação Quilombola Boa sorte e a Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé.

⁶ Termo de uso técnico que designa os aglomerados habitacionais com casas homogêneas, planejadas segundo critérios geométricos e que procuram funcionar como uma vila central separada das terras de cultivo dos habitantes. A noção de agrovila visa organizar seus habitantes em torno da atividade agrícola. Nesse sentido, vale pensar a assertiva de Deleuze e Guattari ao ressaltarem que "é a cidade que inventa a agricultura" (1997:189), e lembrar que é o par assimétrico urbano-rural que orienta os assentamentos.

estão fortemente imbricadas na organização social destas sociedades. Flávia Maria Galizoni (2000) analisou a importância da terra como elemento orientador das relações sociais e os variados sistemas de apropriação das terras no Vale. Segundo a autora, a lavoura, a lida no campo, é a principal atividade exercida. A sua importância econômica é ultrapassada e a ela se reúnem dimensões simbólicas e afetivas organizadoras do espaço coletivo. Os usos possíveis, a natureza do solo, os diversos elementos do relevo e vegetação, fornecem substância para a composição de categorias pelas quais os indivíduos distinguem a terra e permitem, assim, um controle dos seus aspectos. Conforme Galizoni, "A terra é um sujeito que necessita integralmente de um predicado." (2000: 19).

O acesso a terra também é regulado pela coletividade. Os dons dispostos pela natureza, "as dádivas que existem sem intervenção humana direta" (Galizoni 2000: p.34), não podem ser concentrados por um único indivíduo. Direitos e deveres são prescritos pelo grupo para garantir o acesso coletivo e as condições necessárias para a vida em comum. Além disso, códigos de uso ambiental se sobrepõem aos direitos de posse. As relações parentais orientam as transferências da terra e regulam um sistema de trocas dentro dos grupos. Desta maneira, a disponibilidade dos recursos naturais e de uma fração de terra garantem a reprodução social.

Segundo Galizoni, cada terreno se relaciona ao conjunto de terras que formam o território de uma comunidade. A terra é não só um espaço para a produção de alimentos e bens, mas constituiu-se nessa superfície pela qual se deslocam fluxos de relações humanas, é um plano onde ocorre a construção da identidade dos grupos e a produção de diferença dentro do sistema social.

Neste contexto de vínculo a um território específico é que se produziu a transferência das margens do rio, e é através dele que podemos compreender a clivagem entre um antes e depois. A recondução das interações sociais da maneira como eram desenvolvidas – implicando o relacionamento com elementos de um meio específico – se encontra comprometida pelas diferenças entre organizações espaciais

"Constrói-se um acampamento, procurando-se construir uma cidade".

Com este enunciado de um de seus arquitetos, as empresas empreendedoras guiam a tarefa modernizadora que penetra o universo dos ribeirinhos no interior do país. Em um estudo sobre os reassentamentos de famílias deslocadas pela construção de uma hidrelétrica no Pontal do Paranapanema, Rebouças (2000) analisou as discrepâncias entre as concepções espaciais contidas nesses projetos e aquelas que orientam os indivíduos na beira do rio. A análise de Rebouças procurou demonstrar o caráter 'civilizatório' que

fundamenta o planejamento das agrovilas, empreendimentos que visam a "ascensão econômica" dos ribeirinhos. Nesse sentido, a avaliação das comunidades feita pelas empresas construtoras segue critérios tais como renda e potencialidade agrícola, traduzindo em números a realidade da beira do rio. São estes números que vão orientar as obras dos reassentamentos. Os descompasso se iniciam nesse cruzamento de pontos de vista. Alguns dos depoimentos dos atingidos em Irapé são explícitos quanto aos desencontros entre valores econômicos e valores afetivos:

"Meu quintal era pra valer 30 mil reais. Tá perdendo as coisas lá. Pode levar qualquer peão da CEMIG, pode falar assim: olha aqui meu quintal. Tudo cheio de verdura, sabe quanto que deu? 5.000 reais; 5.200 contos pela plantação. Ai eu cheguei lá ele falou: se você tá achando que é pouco arruma um advogado. Eu falei não, eu não preciso de advogado não, ocê tá sabendo das coisas que eu tenho lá, 5.000 não paga nem os pés daquelas coisas que eu tenho lá. E a minha nascente que eu tenho lá?"(Sr. Francisco, Nova Peixe Cru).

"Toninho: O terreno da nossa casa era bem maior, dava uns três desse aqui. Oh, não vou falar que tem não tinha, não é?! Pé de manga tinha uns 3 ou 4.

D. Luíza: Na nossa casa tinha 6 pés de manga!

Toninho: Só de qualidade!

Paulo: Só o quintal que nós temos lá, o dinheiro que a CEMIG pagou não paga nem os pés de manga que tem lá. Ele deu foi 5 mil, 5 mil e 300.

D. Luíza: Abóbora, chegava lá pra ver o que era abóbora. A gente tava é pisando em cima delas, aquela bitelas...

Paulo: agora eu falo com ocê, ocê planta um pé de trem aí, custa a dar um pé de laranja, ocê planta, ele tá amarelado.

Toninho: Olha abóbora aí...

D. Luíza: O milho, nós plantamos aqui no quintal, deu umas lagartas desse tamanho. O milho amarelinho, que ninguém tem gosto de comer ele aqui, uma espiga dessa. Todo mundo que plantou milho aqui perdeu". (Mãe e filhos, Nova Peixe Cru)

A partir daí, os operadores conceituais que organizam o espaço dos ribeirinhos nas margens do rio são sobrepostos pelo *modus operandi* que orienta as instituições modernizadoras na construção das agrovilas. Sobrecodificação espacial e inscrição de novas qualidades no ambiente.

Com efeito, a má qualidade da terra recebida representa um dos maiores motivos de embate. Os ribeirinhos do Vale do Jequitinhonha organizam o ambiente a partir do que Galizoni chamou de "complexo chapada-grota" (2000:16). Esse complexo polariza as terras boas de cultivo – as grotas na beirada dos rios – das terras que ser-

vem apenas para o extrativismo – as chapadas que ocupam o alto dos morros – formando um contínuo variegado que compõe a diversidade das relações ecológicas. No entanto, ambas as comunidades foram transferidas para regiões de chapada, onde a terra é de baixa qualidade e a água, recurso básico, é de difícil obtenção. Outra sobreposição de valores decorreu do produto das trocas entre a empresa e os ribeirinhos, ou seja, as grandes extensões de terra recebidas como indenização. O problema é que plantar exige investimentos muito maiores que os disponíveis, e o costume tradicional de plantio em terras na beira do rio é incompatível com o trabalho agrícola exigido nas chapadas⁸. Um dos moradores atingidos lembrou o drama generalizado vivido pelos reassentados:

“O povo que sai daqui e pega terreno nessas chapadas... ninguém fica nessas chapadas! Duvido! É igual sapo, gosta do brejo, vai pro brejo.

Não fica fora dessas [grotas] (...) aqui não. Qualquer tiquinho de terra aqui, vale por muita coisa. Terra não importa, quantidade não importa, o que importa é a vida das pessoas, é a convivência da pessoa com a terra, com tudo, não é. A pessoa convive com a terra, vai lá pra ver se tá dando bem. Ninguém que pega qualquer coisa por aí, duvido se tá dando bem” (Vicentão, Nova Porto Coris).

A distribuição geográfica do espaço existencial também foi transformada e espaços de continuidades vitais acabaram sendo entrecortados – como no caso da descontinuidade entre o espaço de produção e o espaço da casa. Assim, o desempenho de algumas práticas cotidianas ficou impossibilitado na moderna organização espacial, consequência da nova estrutura de direitos e deveres que foram criados para as agrovilas. Às galinhas e demais animais foi imposto a criação apenas nos terrenos destinados à lavoura, que ficam isolados das residências, implicando uma ruptura entre atividades que se organizam em áreas anteriormente interligadas ao domínio mais amplo da casa⁹. Essa sobreecodificação dos espaços de produção e existência dos ribeirinhos encontra-se no “(...) cruzamento entre um problema físico e um assunto de Estado.” (Deleuze e Guattari, 1997: 198). Dela deriva o ‘esquadriçamento’ cadastral das famílias e outros regimes correspondentes ao da propriedade privada: o regime salarial, o monetário, o de produção e o de bens consumíveis. (cf. Deleuze e Guattari, 1996: 89). As famílias encontraram-se diante de um ambiente que mobiliza um novo modo de vida.

“Eu ganhei 10 hectares de terra, né. Mas dinheiro mesmo eu não ganhei não. 10 hectares eu tenho que sofrer bastante pra ter dinheiro. Plantar eucalipto... eu não tenho dinheiro pra formar nada aqui. Se

for pra plantar eucalipto eu não tenho dinheiro, pra eu formar ele, mais de 5 mil, mais as mudas. Você vai comprar aí uns 10 hectares pro cê tombar ela, eu não tenho dinheiro pra comprar o eucalipto pra eu plantar ela. Não tem condição de eu ter adubo pra adubar, vou ter que vender ela e trabalhar mais os outros.”

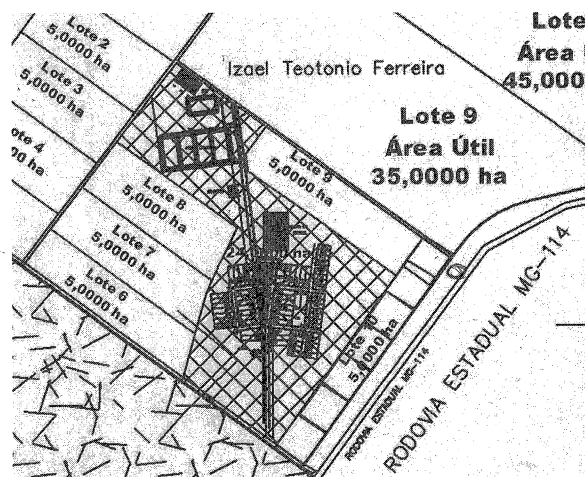


Figura 3 : Mapa da comunidade Nova Peixe Cru (fonte: CEMIG)

Dentro dessas condições, a experiência sensível e o “desempenho habilidoso” (cf. Ingold, 2000b) adquirido no antigo lugar não declinam frente à textura do concreto, ao clima seco da chapada, à ausência das águas do rio. A tarefa de dar significação ao novo ambiente mobiliza então, novas habilidades e demanda uma transformação dos espaços, assim como das classificações e significações referentes ao ambiente anterior. Nesse quadro de instável certeza que o deslocamento compulsório provoca, negando-lhes a existência do território passado – agora submerso – é preciso fazer o novo espaço e, assim, a matéria uniforme dos reassentamentos ganha modulações.

Certeau (1995) postula que é a partir das práticas do espaço que há espacialização. Não localização, que concerne à produção de fixações, mas a conjunção dos lugares numa matriz de movimento, em que cada lugar existe em relação ao outro. Os agentes tecem lugares através de “astúcias”, uma verdadeira “estética dos golpes”, recusando a ordem estabelecida e empregando sobre o ambiente sua marca. Em suma, uma impressão peculiar que permite modalidades de ação próprias.

Durante o trabalho de campo, pude acompanhar a ‘desfeitura’ do espaço destinado à piscina do povoado de Nova Peixe Cru (construída como paliativo pela perda do rio). No intuito de refazer a entrada para a área de recreação da comunidade, por falta de uma passagem apropriada, os homens da comunidade se mobilizaram para produzir no muro uma abertura conveniente. Em duas horas uma porta havia sido criada dando acesso à quadra de futebol, conectando o espaço à praça pública. Dado que era o local de uma atividade coletiva diária – o futebol – a quadra foi interligada

8 Há no romance *Grande Sertão: Veredas* uma boa descrição do ecossistema da chapada, do ponto de vista do sertanejo. Nas palavras de Riobaldo: “O chapadão é sozinho – a largueza. O sol. O céu de não se querer ver. O verde carteadado do grameal. As duras areias. As arvoredzinhas ruim-inhas de minhas. A diversos que passavam abandonados de araras – araral – conversantes. Aviavam vir os periquitos, com o cantoclim. Ali chovia? Chove – e não encharca poça, não rola enxurrada, não produz lama: a chuva inteira se sovete em minuto terra a fundo, feito um azeitezinho entrador. O chão endurecia, cedo, esse rareamento de águas. O fevereiro feito. Chapadão, chapadão, chapadão. De dia, é um horror de quente, mas pra noitinha refresca, e de madrugada se escorropicha de frio, o senhor isto sabe.” (Rosa, 2001: 329-30).

9 Essa articulação oferecia uma mobilidade e autonomia produtiva, permitindo que certas atividades se concentrassem no domínio da casa, muitas vezes associado às atividades femininas, e outras na roça, atribuídas aos homens. A complementaridade desses espaços também diz respeito à divisão sexual do trabalho. O trabalho doméstico se liga à unidade residencial e de consumo familiar; a roça é o espaço da produção, base da atividade econômica. É ele que possibilita o consumo familiar e predomina sobre a casa. Segundo Beatriz Heredia (apud Rebouças, 2000:130): “Se o roçado é uma área de ação masculina, cada aspecto ligado à casa é de domínio da mulher, e é a expressão dessa oposição. Isso se reflete em termos espaciais, bem como nas atividades que nela têm lugar e finalmente também na relação dos animais que se possui.”

a área comum da agrovila.

Este episódio permite ilustrar acontecimentos que criam condições para o deslocamento dos corpos em velocidades, intensidades, durações e direções que lhes convêm. Os moradores revelam, assim, seus julgamentos e intervenções práticas sobre o espaço que habitam. A 'feitura' das agrovilas implica a produção de estriamentos e alisamentos pelos sujeitos envolvidos, refazendo relações espaciais ao mesmo tempo em que reconfiguram o significado das interações sociais.

Neste sentido, é preciso lembrar que os relatos, principalmente aqueles que abundam sobre a antiga morada, também projetam sobre a paisagem estática do lago da represa seu movimento perdido, inserindo através de narrativas os percursos, trajetórias, fronteiras e toda uma rede de relações existentes entre as diferentes comunidades¹⁰. Além disso, nestes relatos o elemento do rio – todavia o protagonista – teve sempre seu papel destacado como provedor de sentimentos e emoções intensos. O garimpo no rio era uma das principais atividades e compunha com uma miríade de outras ações, a multiplicidade que atravessa as relações com o rio como espaço do cruzamento entre existências e intensidades. O rio era assim um espaço liso por excelência.

Atualmente, é a rodovia que atravessa as agrovilas que encerra algumas das características do rio, guardadas as proporções físicas e afetivas. As semelhanças podem ser buscadas na locomoção que a estrada propicia e no conjunto de signos que ela mobiliza. A rede viária representa o desenvolvimento, o chamado 'acesso', a conexão com os grandes centros e com as facilidades das cidades. É por ela que chegam os elementos externos:

"Uai, diz eles que escolheram aqui, porque já tava aqui mais perto de Turmalina, perto do posto Dantas, perto de Acauã, e fica beirando a estrada aí, o estradão." (Toninho, Novo Peixe Cru)

A estrada e o rio dão forma ao movimento e são um indicador do tempo, eternamente gerados pelas idas e vindas de substâncias variadas, compondo a paisagem e a jornada dos indivíduos ao longo da vida.

Olhar de profundidade: a relação com o espaço como relação social

Ao longo deste artigo uma noção de espaço foi sendo desenvolvida na tentativa de compreender alguns fenômenos da vida social, levando em conta, sobretudo, a construção coletiva do ambiente, este entendido através das práticas e histórias que o envolve. O que proponho aqui, baseado nas perspectivas teóricas adotadas, é de que não existe um espaço anterior a um ato significativo em relação a ele, um agenciamento qualquer que inaugure nele associações com diferentes domínios. É necessário, portanto, que lan-

ceamos um olhar sobre o espaço que não seja de superfície, mas de profundidade. Desta maneira, poderemos pensar em modos de espacialização diferentes, estabelecidos por sistemas culturais e sociais distintos, implicando em processos de objetivação e subjetivação específicos.

Na introdução deste artigo, afirmei que o contexto histórico vivido pelas populações atingidas na construção da UHE Itaipé permitiria analisar um confronto entre dois modos distintos de conceber o espaço. Acredito ter demonstrado que o Estado e as populações ribeirinhas, na própria 'concretude' dos fatos, operam a partir de lógicas distintas na relação com o ambiente. Deste modo, os dispositivos teóricos aqui apresentados permitiram compreender alguns procedimentos destas lógicas que são expressos nas relações sociais e nas coisas que compõem o mundo de ambos. Enfim, aponte diversas diferenças na socialidade dos indivíduos que perpassam a interação com o ambiente, a percepção que se faz dele e os elementos dos quais ele é composto.

Considero que a natureza movediça dos reassentamentos está relacionada com um desentendimento em relação ao fato de que diferentes perspectivas culturais dão aos elementos do ambiente capacidades de agência diferenciadas, residindo nesta classificação a importância de cada elemento.

Além disso, é necessário levar em conta que o espaço é uma dimensão relacional. Como lembra Tim Ingold, "assim como não pode existir um organismo sem ambiente, também não pode existir ambiente sem um organismo." (2000a: 20). O meio em que os homens vivem é o mundo tal qual existe, e toma significado para os agentes, aquele se desenvolvendo em simultaneidade com o desenvolvimento destes. Assim, disposições adquiridas no ambiente do rio são desestruturadas em um ambiente desenvolvido com critérios estranhos à prática e o sistema de idéias dos ribeirinhos.

A importância destas disposições remete ao conjunto de atividades realizadas pelas populações do Vale do Jequitinhonha. Como ressaltou o geógrafo Milton Santos quando afirmou que "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (2002:63). Estes sistemas produzem sobre o lugar as impressões criadas pela realidade social. Depreende-se daí que as mudanças nas ações humanas ao longo do tempo alteram também o "sistema técnico" e transformam o espaço sobre o qual uma sociedade vive. Os ribeirinhos desenvolveram sobre o território deles um conjunto técnico – baseado numa relação com a terra e mobilizando elementos de implicação nas relações sociais – que permitiu também uma organização social própria. Por outro lado, a mudança espacial acarretou transformações no sistema de ação dos indivíduos, mas também um sistema de objetos renovado em um meio que não possui as mesmas características do ambiente

¹⁰ "Mas 'toda descrição é mais que uma fixação', é 'uma ato culturalmente criador.'" (Certeau, 1994: p.209).

anterior. Neste sentido, as relações ecológicas em um sistema de objetos diferenciado, exigem novas disposições e desempenhos que até o momento representaram um conjunto de desafios para a coletividade.

Este movimento ocorre em três fases implicadas entre si, e não afluem de forma linear no tempo: as idéias e práticas desenvolvidas na beira do rio são cotejadas com o novo contexto ambiental; ao mesmo tempo em que novas relações sociais são experienciadas no espaço do reassentamento; o sistema conceitual, as categorias e referências espaciais, as representações ecológicas construídas no ambiente do rio sofrem uma inflexão; por fim, a adaptação se configura aos poucos, não sem gerar, em meio ao 'descompasso espacial', uma reformulação do ambiente, da coletividade e da relação homem e meio entre os ribeirinhos.

A terra, como descrita por Galizoni (2000) – uma instância que é vivenciada através de relações diversas que definem seu uso, apropriação e representação – no momento em que ela própria é significada a partir de uma nova relação social – a presença da barragem –, passa a mobilizar novas analogias e associações. Propus neste artigo compreender a terra como uma relação social, como um espaço que declina a partir das variações no campo das relações. Viveiros de Castro (2002:08, ênfase no original) buscando responder a pergunta do que seriam as relações sociais – e, em última instância, o objeto da antropologia – afirma que: “[...] o que varia crucialmente não é o

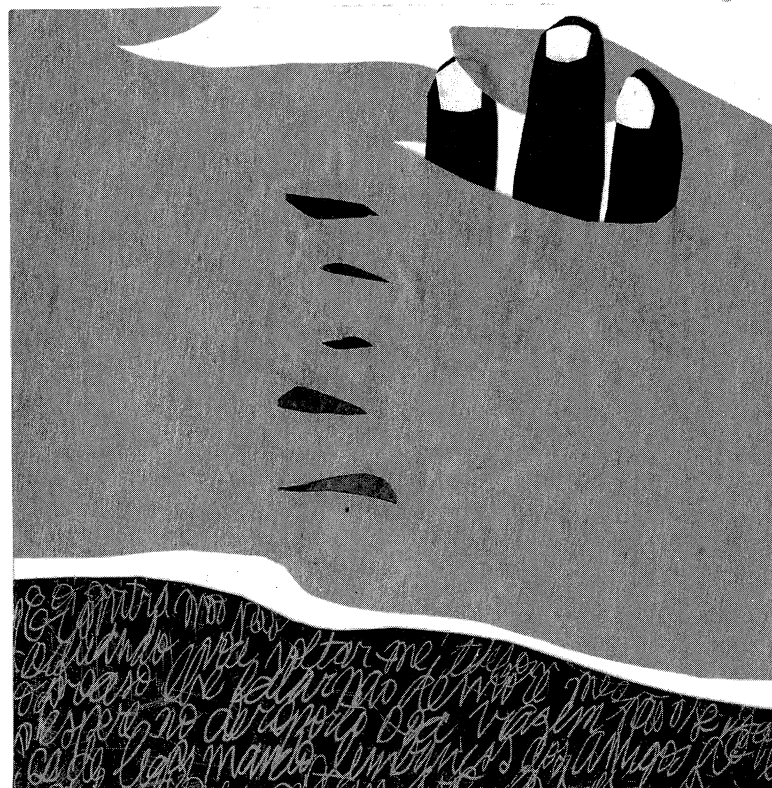
conteúdo das relações, mas sua idéia mesma: o que conta como relação nesta ou naquela cultura. *Não são as relações que variam, são as variações que relacionam.*”. A relação com a terra é então parte da “configuração relacional” do *socius* e variando as relações, as associações, as analogias no plano do pensamento dos indivíduos reassentados, a terra também passa a mobilizar outros significados. E assim cabe perguntar: o que passa a ser uma relação social, naturalmente) entre os ribeirinhos e o espaço?

A resposta a esta pergunta só pode ser respondida se os processos de transformação forem acompanhados numa longa duração. Este artigo descreveu apenas seu momento inicial. Entretanto, podemos perceber que os membros das comunidades já viviam uma nova historicidade. O deslocamento espacial provocou uma mudança na percepção do tempo e a introdução da experiência do desenvolvimento que orienta a sociedade mais ampla.

O descompasso gerado pela ausência de alguns elementos do meio e presença de outros apontou caminhos para uma análise da rede de relações sociais que compõem o universo ecológico e cultural dessas populações. Além disso, muitos outros fatores estão envolvidos nas dificuldades destas populações. Contudo, o que o material etnográfico associado à análise demonstrou foi um entendimento do mundo compartilhado e que é vivenciado pelos sujeitos como o descompasso observado, de uma forma ou de outra, por todo o grupo.

Submissão: Abril / 2008

Aprovação: Junho / 2008



Referências Bibliográficas

- AUGÉ, Marc. 1994. Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus. 2ª Edição.
- CADORET, Anne. 1992. Espace. In: Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie. 2. ed. rev. Paris [França]: Presses Universitaires de France.
- CERTEAU, Michel de. 1994. A invenção do cotidiano: 1: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes.
- DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. 1996. Micropolítica e Segmentaridade. In: Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, vol. 3. São Paulo: Ed.34.
- _____. O Liso e o Estriado. 1997. In: Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, vol.5. São Paulo: Ed. 34.
- DESCOLA, Philippe. 1997. Ecologia e cosmologia. In: Faces do Trópico Úmido: Conceitos e Novas Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. E. Castro & F. Pinto, (orgs). Belém: Cejup. p. 243-261
- DURKHEIM, Émile. 1996. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. 1999. Os Nuer – Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2ª edição
- GALIZONI, Flávia. 2000. A terra construída – Família, Trabalho, Ambiente e Migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Dissertação de mestrado defendida na FFLCH/USP, São Paulo. (mimeo).
- GEERTZ, Clifford. 1989. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC. p. 25-39.
- INGOLD, Tim. 2000a. Culture, nature and environment: steps to an ecology of life. In.: The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill. London and New York: Routledge. p.13-26
- _____. 2000b. To journey along a way of life : maps, wayfinding and navigation. In.: The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill. London and New York: Routledge. p. 219-242
- MAUSS, Marcel. 2003. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In.: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify. p. 423-505.
- REBOUÇAS, Lídia Marcelino. 2000. O planejado e o vivido – O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Anablume: Fapesp
- ROSA, João Guimarães. 2001. Grande sertão: veredas. 19 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SANTOS, Milton. 2002. A Natureza do Espaço: Técnica, Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP
- SEGATO, Rita Laura. 2005. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. Série Antropologia 373. Brasília: UNB . Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dah/Serie373empdf.pdf>> Acesso em 03 de out. 2007
- VELHO, Otávio. 2001 De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. Mana , Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Nov 2007. p. 1-8
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. O nativo relativo. Mana , Rio de Janeiro, v. 8, n.1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Ago 2007. p. 1 – 36

Uma conversa com Harry Collins*

Rafael Antunes Almeida

Graduado em Ciências Sociais/UFMG

Harry Collins é professor e pesquisador da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Cardiff. Ele é um dos mais importantes sociólogos da ciência da atualidade, tendo publicado recentemente com Robert Evans o livro *Rethinking Expertise*, University of Chicago Press, 2007.

Professor Harry Collins, quais foram as suas motivações para entrar no campo da sociologia da ciência?

Como todo estudante, eu estava fazendo meu curso de mestrado, tinha que fazer um projeto de pesquisa e não sabia o que estudar. Quando eu estava no secundário, estudei um pouco de ciências e me pareceu interessante a possibilidade de voltar a estudar em laboratórios. Então, fui até meu supervisor e pedi a ele que me indicasse alguns laboratórios de ciência na Universidade. Ele me mandou até um laboratório, eu olhei para aquilo que eles estavam fazendo, mas não pude imaginar alguma maneira de extrair dali algo interessante. Eles me sugeriram que eu fosse a um outro laboratório, onde os cientistas estavam tentando construir um novo tipo de laser, o qual era muito difícil de construir. Eles disseram: "Provavelmente este será mais interessante para você." Seguindo o conselho, eu fui até lá e realmente, era muito interessante. Foi assim que eu comecei.

Esta semana, o senhor disse em uma das suas palestras, que duas das maiores influências para desenvolver sua abordagem para a sociologia da ciência foram as teorias de Wittgenstein e Peter Winch. Em que sentido eles o influenciaram? Outra questão é: Como Robert Merton o influenciou?

Quando eu estava na Universidade, era tradicional na Inglaterra que um estudante de graduação em sociologia estudasse muita filosofia. Então, eu aprendi um pouco de filosofia, em particular, um pouco de filosofia da ciência – Popper era muito popular naquela época – e então, de alguma maneira, eu me deparei com o livro de Peter Winch, sobre o qual eu nunca tinha ouvido falar. Eu o li e pensei, eu não posso entender este livro.

Mas se eu quiser me tornar um sociólogo, seria melhor entendê-lo. Então, despendi três meses tentando entendê-lo e, eventualmete, eu comecei a entender a filosofia de Wittgenstein. Somente depois, por um acaso, eu encontrei *A Estrutura das Revoluções Científicas* de Thomas Kuhn. Eu pensei: "Este homem está aplicando Wittgenstein na ciência". Se você já tivesse entendido Wittgenstein e a idéia de "formas de vida"¹, os "paradigmas" de Kuhn seriam nada mais que "formas de vida". Desta maneira, foi natural, que quando eu começasse estudar a ciência, eu a pensasse da maneira wittgensteiniana.

Quando eu comecei a estudar a ciência, eu não conhecia muito da obra de Merton além de sua teoria sobre anomia²: eu realmente tenho que dizer que Robert Merton não me influenciou de maneira alguma. Naquele tempo, eu não conhecia tão bem a literatura em sociologia da ciência e talvez isto tenha me ajudado a tentar fazê-la de uma maneira diferente.

Eu penso que, de alguma maneira, a etnometodologia³ influenciou várias escolas em sociologia da ciência. Esta corrente de pensamento tem algo que ver com o seu trabalho?

A etnometodologia teve muito pouca influência sobre meu pensamento. Essa escola pode ser entendida como uma outra maneira de dizer coisas semelhantes àquelas que Wittgenstein e Peter Winch disseram. Mas, de todo modo, é sempre bom encontrar outras pessoas pensando os mesmos tipos de coisas, porque isso o dá força, ao seguir as idéias que você já desenvolveu. Então, alguém se refere a eles como reforçadores de certos argumentos, mesmo se eles realmente não o proveram com novas idéias. O problema com a etnometodologia é a tensão entre o que pode ser entendido como uma crítica à sociologia ou, uma nova maneira de fazer sociologia. Eu penso que a etnometodologia está confusa sobre isto.

Você foi e continua sendo um dos grandes proponentes do que hoje se chama de "segunda onda" na sociologia da ciência. Quais foram as suas maiores contribuições para este campo?

* Entrevista realizada em 8/05/2008 e revisada pelo autor em 28/06/2008. Agradeço ao Professor Rodrigo Ribeiro, do departamento de Engenharia de Produção – UFMG, por ter não apenas apoiado, como viabilizado esta entrevista.

¹ Nota do tradutor: Uma apresentação detalhada desse conceito pode ser encontrada em WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petropolis: Vozes, 1994.

² N.T.: Para uma compreensão acurada da chamada teoria sobre anomia de Merton ver: MERTON, Robert. *Teoria y estructura sociales*. Fondo de Cultura Económica, México, 1992

³ N.T.: A principal referência da etnometodologia é GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, N.J. Prentice-Hall, 1967

A verdadeira mudança crucial em nossa área foi a da sociologia da ciência mertoniana, para a *Sociology of Scientific Knowledge* (SSK), que pode ser datada como começando por volta dos anos setenta. O primeiro artigo escrito nesta área foi, penso eu, o texto escrito por David Bloor, que foi publicado em 1973. Obviamente, Ludwick Fleck já estava escrevendo nos anos 30 e disse coisas muito similares àquelas que outras pessoas estavam escrevendo na sociologia do conhecimento científico. Mas, naquele momento, nós não conhecíamos Fleck. A análise de Bloor foi uma análise filosófica, mas penso ter sido eu o primeiro a fazer estudos empíricos e estava fazendo isso antes mesmo de conhecê-lo. Comecei meu estudo acerca do conhecimento tácito⁴ do TEA laser em 1971, publiquei-o em 1974, comecei meu estudo sobre as ondas gravitacionais em 1972 e publiquei meu primeiro trabalho neste tema em 1975.

De repente, encontrei algumas pessoas em Edimburgo pensando nas mesmas linhas que eu e isso te dá um tremendo reforço e força. Minha primeira afirmativa seria que eu inventei estas idéias independentemente, mas Bloor as pronunciou primeiro. Mas o que eu realmente fiz em primeira mão foi mostrar como usar estas idéias em estudos empíricos. Eu contribuí com a idéia de regresso dos experimentos e, talvez, uma variedade de outras idéias, mas listá-las aqui nos tomaria muito tempo.

Uma de suas afirmações em *Stages of the empirical program of relativism*⁵ é o pronunciamento de que a natureza tem pouca ou nenhuma importância na construção de teorias científicas. O senhor poderia explicar pormenorizadamente esta afirmativa?

Esta afirmativa tem a ver, eu acredito, com aquilo que Bloor disse em seu trabalho anterior, isto é, a idéia de que se deve tomar a noção de simetria da maneira mais séria possível. Simetria significa que você deve tratar aquilo que é verdade e o que não é da mesma maneira, desde um ponto de vista sociológico. Se você resolve tratar o que é verdadeiro e o que é falso desde um ponto de vista sociológico, então é preciso dizer: minha abordagem sobre o que é verdadeiro ou o que é falso não depende do que é realmente verdadeiro ou falso. É neste sentido que a natureza realmente não importa. Você deve tratar a influência da natureza na ciência da mesma maneira que se trata a influência da natureza em uma obra de arte, isto é, baseando-se na opinião das pessoas se esta é uma boa obra de arte, ou uma má obra de arte. Se você estiver fazendo sociologia da arte, você não diz: "Eu tenho que entender se esta é uma boa obra de arte antes de entender a sociologia". Você diz: "Eu gostaria de entender



⁴ N.T.: O conhecimento tácito é "conhecimento que não pode ser explicado". Tal noção teve sua primeira formulação na obra de Michael Polanyi intitulada *The tacit dimension* (1967), e pode ser formulada da seguinte maneira: We can know more than we can tell (podemos conhecer mais que podemos formular). Harry Collins se apropria desse conceito em sua discussão sobre a replicação experimental, isto é, sobre a impossibilidade de se reproduzir experimentos em atenção apenas às instruções laboratoriais de outros pesquisadores.

⁵ N.T.: COLLINS, Harry. *Stages in the Empirical Programme of Relativism*. *Social Studies of Science*, 11(1) 3-10 1981

como esta obra veio a ser tratada como uma boa obra de arte, ou uma má obra de arte, a despeito de sua qualidade". Você deve tratar a ciência da mesma maneira.

Eventualmente, entre 1980 e 1981, eu mudei minha opinião sobre este tema. Antes de 1980 eu pensava que o tipo de trabalho que eu estava fazendo mostrava que você poderia manter uma posição filosófica que dissesse que a natureza não tem qualquer efeito e, depois deste período, eu compreendi que esta era uma questão sem importância, porque você não poderia prová-la de uma ou outra maneira. O que ficou foi o fato de que a metodologia dessa pesquisa ter se mantido a mesma – para usar o método corretamente, você tem que assumir que a natureza não tem qualquer efeito. E nesta famosa e notória frase, que eu coloquei na edição especial da *Social Studies of Science* de 1981, onde eu afirmei: "A natureza não tem qualquer efeito sobre o que as pessoas pensam dela", se você a lê com muita atenção, ela diz que você deve agir como se a natureza não tivesse nenhum efeito sobre o que as pessoas pensam sobre ela. Esse é o ponto metodológico que eu realmente queria remarcar. Eu acredito que é possível dar suporte ao ponto filosófico, mas ele não é muito interessante. É o ponto metodológico que é interessante e que tem consequências.

O senhor nos falou sobre a relação entre sua abordagem e a de David Bloor, mas eu gostaria de pedi-lo que descrevesse quais são as reais relações entre o seu pensamento e o dele e também o de Karin-Knorr Cetina. Robert Evans nos disse que o seu programa de pesquisa, ou ainda, o programa de pesquisa da Universidade de Cardiff, está tentando colocar os princípios de Bloor em prática. O senhor poderia nos falar sobre isto?

Em 1981 eu escrevi um artigo para a revista *Philosophy of the Social Sciences*, no qual eu disse que dos quatro princípios de Bloor⁶, apenas dois deveriam ser usados. O princípio mais importante é o da simetria, os outros eram sobre a reflexividade e sobre adotar uma atitude científica e eu não achava que eles eram partes importantes do programa de Bloor. Agora é possível dizer retrospectivamente, que aquilo que estávamos fazendo era colocar os princípios de Bloor em prática, no entanto, como eu já havia lhe explicado anteriormente, isto não foi o que realmente aconteceu, porque nós não conhecíamos os princípios de Bloor. Eu acho que nos dias de hoje as pessoas tendem a esquecer que havia muito trabalho sendo feito na sociologia do conhecimento científico na década de setenta. A maioria deste trabalho foi feito pelo grupo de Edimburgo, ou o grupo de Bath (eu estava na Universidade de Bath), ou por pessoas influenciadas por eles, como os estudantes de York. Não foi antes de 1979 que a primeira

publicação significativa veio de outra pessoa. Era *Vida de Laboratório*, publicado por Bruno Latour e Steve Woolgar. Karin-Knorr Cetina veio depois – eu acho que sua primeira publicação importante aconteceu em 1981. Desta maneira, nenhum deles teve qualquer influência sobre meu trabalho. É difícil lembrar disso atualmente, com a grande influência recente dos estudos de Bruno Latour, mas foi um longo tempo o período entre o artigo de Bloor de 1973 e 1979. Quando você está criando uma nova área de pesquisa contra grande oposição, seis anos é um tempo longo.

Em particular, o senhor poderia me dizer em que termos pode ser pensada a sua relação com o pensamento de Bruno Latour? Em livro recente – *Reassembling the Social* – Latour disse que procurará promover o que poderia ser chamada de uma virada ontológica, baseada na reformulação da noção ou idéia de ação. Se a ação é tomada como algo que produz diferença, alguma coisa que muda a ordem e os estados do mundo, então objetos também podem ser concebidos como actantes, objetos também podem agir. Esta formulação faz algum sentido para o senhor? O senhor concorda com ela?

Tudo isso é perfeitamente razoável em seu sentido filosófico. A virada de Latour – que ocorreu em meados dos anos 80 – foi dizer, vamos pegar o princípio de simetria de David Bloor, mas agora nós o aplicaremos para todas as diferenças. Para Bloor e para nós, a diferença estava na simetria do falso e do verdadeiro, mas Latour diz, nós tomaremos essa idéia e nós a generalizaremos. A diferença entre humanos e não humanos, animais e coisas, todas estas são construídas e o constituinte básico da questão é o actante. Então, para que o actante tivesse forma, ele teve que ser feito a partir de intersecções entre atores. Eu suponho que poderia ser dito que esta idéia é kantiana. Para Kant, há *noumenas*⁷ que são transformadas em fenômenos pela intervenção humana. Para Latour, há actantes e eles são feitos de coisas que vemos no mundo, pela interação em rede. Essa é uma mudança inteligente de um homem inteligente, mas não é uma mudança que nos ajuda a entender o mundo.

Tal mudança é similar à filosofia dos gregos, pois quando um dizia que o mundo era feito de fogo – "Tudo é fogo" –, o outro dizia: "Tudo é ar". Você pode argumentar sobre isso de maneira muito inteligente, mas é impossível chegar-se a uma conclusão. Ainda que tudo seja fogo ou ar, as coisas acontecerão da mesma maneira. Eu não posso explicar a você o porquê de não ser verdade que tudo é actante, porque eu não sei que tipo de argumento eu poderia usar para mostrar que

6 N.T.: No livro *Knowledge and Social Imagery*, David Bloor instituiu quatro princípios para a orientar o que ele chamou de Programa Forte em sociologia da ciência, a saber, reflexividade, causalidade, imparcialidade e simetria. Para uma maior descrição destes termos ver: BLOOR, David. *Knowledge and social imagery*. 2nd. ed. Chicago: Univ. of Chicago, 1991.

7 N.T.: Para uma explicação desse termo ver o Prefácio da *Crítica da Razão Pura*.

isso não é verdade. Você pode até mesmo voltar a Popper e dizer que esta posição filosófica é essencialmente não falsificável. É como o problema da indução, que é também não falsificável. Mas você não usa o problema da indução para descobrir coisas sobre o mundo, você o emprega para refletir sobre o mundo. Meu maior desapontamento com a virada de Latour é que ele parece retirar ao invés de adicionar algo ao poder de alguém explicar o mundo. Na Sociologia do Conhecimento Científico (SSK), representada pelo tipo de trabalho que eu estava descrevendo, a idéia essencial de conhecimento tácito e a idéia de social são coisas que pertencem apenas aos humanos: apenas humanos têm conhecimento tácito e somente humanos tem o social no mesmo sentido entendido por Durkheim e outros sociólogos. Mas se tudo são actantes, então a idéia de que há algo especial acerca do social é também algo que nasce de interações na rede. A idéia de social, portanto, cessa de ser capaz de nos oferecer qualquer explicação. Mas há coisas importantes que você pode fazer com a idéia de social, que você não poderá fazer se não usá-la para explicar.

Por exemplo, o meu primeiro estudo sobre o TEA laser mostrou como a idéia de conhecimento tácito explicava porque algumas pessoas poderiam fazer um laser funcionar e outras pessoas não. Isso tinha que ver com a maneira pela qual os humanos, como humanos, guardam e transmitem conhecimento, o que é uma propriedade de humanos vivendo em sociedade e não de gatos, cachorros, máquinas, ou outros actantes. Meu segundo estudo, sobre as ondas gravitacionais mostrou, usando a idéia de conhecimento tácito, por que disputas acerca de experimentos não poderiam ser terminadas por mais e mais experimentos.⁸ Você não pode fazer isto com a Teoria do Ator Rede (ANT)⁹. Posteriormente, eu escrevi dois livros sobre os limites de máquinas inteligentes – os limites ocorrem porque as máquinas não são sociais. Uma análise como esta está além dos poderes da ANT. Todas estas coisas fantásticas que se pode fazer como sociólogo, coisas extremamente poderosas, explicando para as pessoas como o mundo funciona, não é possível fazê-las com a ANT, porque a ANT não mantém uma distinção básica entre humanos e não humanos.

Estou muito surpreso, de certo modo, com o sucesso da ANT, porque ela me parece uma teoria com muito pouca capacidade explicativa. Quando se mantém a noção de social, esta é uma idéia com uma tremenda quantidade de poder.

Eu acho que as pessoas gostam da ANT porque, exceto por algumas ideologias, nada entra em conflito com ela. As pessoas podem usar a ANT para sentirem-se felizes no mundo, enquanto o descrevem de uma maneira esotérica. Mas eu acredito que os cientistas precisam de fricção: é preciso sentir-se em tensão com o mundo – para descobrir o seu caráter anti-senso comum, não o senso comum. Uma ciência, do contra senso comum – algo que te faça dizer OH! – agora eu sei porque esta máquina funciona desta maneira, ou porque as disputas científicas duram tanto, é

o que eu achei mais interessante na sociologia do conhecimento científico. Eu não posso imaginar nenhuma surpresa contra senso comum nascendo da ANT.

O senhor poderia me dizer as causas que o levaram a criar o programa de pesquisa pautado em uma sociologia da *expertise* e da experiência? O que estava faltando na “segunda onda” de estudos da ciência?

Por muito tempo, quando ainda fazia a “segunda onda”, eu sempre me senti um pouco desconfortável com certos aspectos do estilo desses estudos. Por exemplo: em 1989, meu amigo Trevor Pinch e alguns de seus colegas da Universidade de York escreveram um livro chamado *Health and Efficiency: A Sociology of Health Economics*. Nesse livro eles criticam as políticas de tratamento médico baseadas na qualidade de vida das pessoas. Este livro me deixou nervoso porque eles criticavam estas pessoas ocupadas em tentar inventar uma maneira de fazer decisões sobre quem tratar e sobre quem não tratar, afirmando que a sua medida de qualidade era ineficiente ou imperfeita. Eu disse: “Ok, é ótimo criticar decisões, qualquer um pode fazê-lo, vocês sabem agora quem tem estas habilidades e podem criticar tudo.” É possível criticar estas decisões e criticar a noção de qualidade de vida, mas o que será colocado em seu lugar? O que vocês dirão a essas pessoas? É muito fácil criticá-los, mas eles ainda têm de tomar decisões; por que o seu livro não os fornece melhores sugestões, ao invés de críticas? E Trevor disse: “Isto não é da minha conta”. Este é o começo – pense que é da sua conta – nossa tarefa de tentar fornecer idéias para políticas públicas, da mesma maneira que críticas a ela.

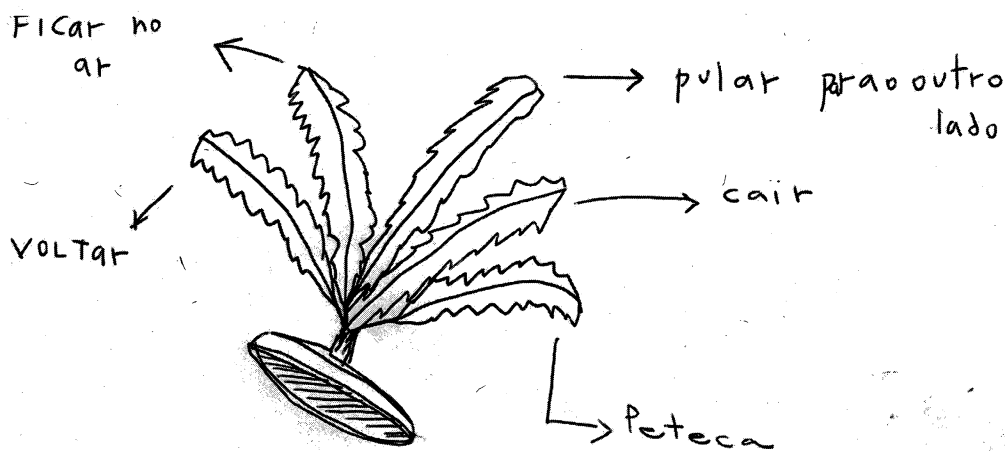
Novamente, um dia estava voltando de uma conferência de História da Ciência, em Boulder, no Colorado, nos Estados Unidos; eu estava no ônibus e havia alguns antropólogos da África do Sul. E um dos antropólogos me disse: “Já que você é relativista, como o relativismo nos ajuda a decidir sobre o que dizer aos homens sul-africanos que acreditam que o caminho para curar da AIDS é ter uma relação sexual com uma virgem? O que o relativismo tem para nos dizer sobre este problema?” Eu percebi que não tinha uma resposta. Eu não sabia o que o relativismo teria para dizer ao se debater com um problema como este. Tudo que ele pode dizer é: “Os homens tem um ponto de vista, as mulheres tem um ponto de vista e ambos podem ser entendidos e ter sua própria racionalidade.”

Mas sabemos, de alguma maneira, que se alguém está fazendo um estudo como este, é preciso dizer a estes homens para não tentarem curar sua AIDS tendo relações sexuais com virgens.

Foi este tipo de quebra-cabeça que me levou a pensar e a me preocupar sobre como responder

⁸ N.T.: De acordo com Harry Collins, controvérsias científicas não se resolvem por resultados experimentais decisivos, isto é, por evidências definitivas sobre a falsidade de uma teoria. Na medida em que os experimentos são passíveis de interpretações e negociações diversas, controvérsias só chegam a seu termo quando os cientistas decidem “coletivamente” parar de discutir. Portanto, o que torna uma teoria válida não é a representação de suas previsões em resultados experimentais de sucesso, mas um processo social de negociação sobre o que deve contar com verdade e o que não deve.

⁹ N.T.: Actor Network Theory (ANT) é o termo que Bruno Latour, John Law, Michel Callon e outros usaram para designar uma escola de pensamento que tem como seu marco fundador a publicação de LATOUR, Bruno; COSTA, Carlos Irineu da. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.



IR

VOLTAR

RECUAR

SUSTENTAR

CAIR

a estas questões como um sociólogo. Eventualmente, uma parte da resposta começou a emergir de algo inteiramente diferente – o grande estudo que eu estava fazendo sobre a física das ondas gravitacionais. Eu estudei os físicos das ondas gravitacionais por 30 anos e comecei a pensar acerca da *expertise* que eu tinha neste tema e como ela se comparava à *expertise* dos físicos. “O que é minha *expertise*, o que é a *expertise* deles?” Então eu entendi que, se eu trabalhasse esta noção de *expertise*, possivelmente eu poderia aplicá-la sobre esta questão acerca da África do Sul e começaria a dizer para as pessoas deste país: “Eu não sei o que é a verdade nesse assunto e eu não posso mostrá-los como analisar a verdade nesse tema, mas o que eu posso analisar, o que eu posso dizer a respeito, é apontar aqueles que, provavelmente, sabem mais sobre aquilo de que estamos falando. Não que eles estejam necessariamente certos.” A “segunda onda” mostrou que é impossível apontar quem está certo em definitivo, mas podemos mostrar ou apontar aqueles que sabem mais sobre o que estão falando. Se for possível mostrar isso, possivelmente esta tentativa te dará um subsídio

para fazer uma decisão em políticas públicas. Mesmo se eles não estiverem seguros de estarem certos – mesmo que isto não seja a verdade – ao menos, é um passo à frente – é um passo no caminho para fornecer uma resposta.

Um dos seus conceitos principais na “terceira onda” é a idéia de *expertise* interacional. O senhor poderia explicar o significado desse conceito?

Este é o conceito de *expertise* que nasceu a partir da minha muito longa experiência com os físicos. Eu não sou um físico, eu sou um sociólogo e, apesar disso, eu sou capaz de falar de física com os físicos a ponto de causar-lhes interesse e de termos uma conversa razoável.

Uma ou duas vezes eu até fiz um comentário interessante sobre física e eles tiveram que dizer: “Sim, você está certo.” Então eu pensei: “Que tipo de *expertise* eu tenho?” Certamente eu não tenho a *expertise* para fazer física, isto é, eu não vou escrever um artigo em física, eu não vou soldar nada, construir circuitos eletrônicos

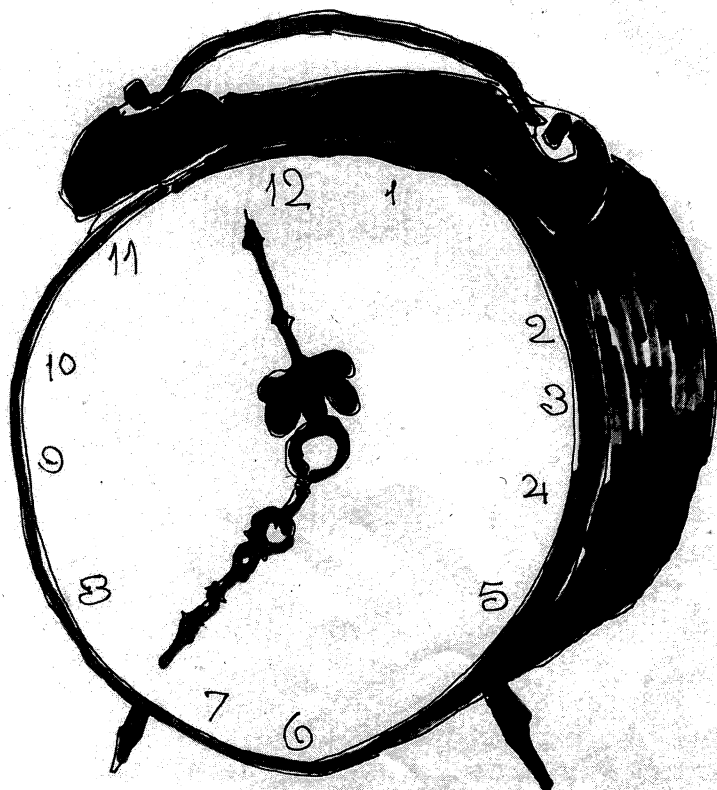
ou polir quaisquer espelhos. Mas eu podia falar sobre isto. Eu pensei, vamos chamar isto de *expertise* interacional. Com essa *expertise* eu posso falar sobre física em um alto nível e fazer certos julgamentos sobre física que não são estúpidos, mesmo eu não podendo, realmente, trabalhar com física. Eu pensei, estes diretores deste grande projeto também não são físicos de ondas gravitacionais, eles vieram da física de altas energias. Eles eram bons físicos fazendo física de alta energia, mas agora eles estão gerindo um tipo diferente de projeto em física das ondas gravitacionais. E realmente eles tinham majoritariamente o mesmo tipo de *expertise* que eu tinha, isto é, a *expertise* interacional. É daí que a idéia de *expertise* interacional vem. Uma vez que você entende a idéia, você percebe que ela está em todo lugar. Todas as pessoas estão fazendo julgamentos, julgamentos *experts*, mas sem necessariamente fazer a atividade. Então, você tem a *expertise* interacional. E se você pensa neste tema um pouco mais, esta é a maneira como se explica a divisão de trabalho. Na divisão do trabalho é possível encontrar pessoas com diferentes especialidades e elas devem interagir e coordenar suas ações sem problemas.

A única maneira possível de coordenar a interação sem problemas é procurando entender o mundo do outro. Eles precisam entender o mundo

do outro sem serem capazes de fazer as coisas que estão necessariamente no mundo do outro. A idéia de *expertise* interacional se torna muito poderosa quando iniciamos a pensar a partir dela.

Eu retirei uma passagem do artigo que o senhor escreveu com Robert Evans, publicado em 2002. O senhor poderia comentá-lo? "Nós estamos fazendo o mesmo tipo de pergunta sobre o que faz a ciência especial, como o sociólogo Robert Merton (e um variado número de filósofos e teóricos políticos) se perguntaram após a segunda guerra mundial. Mas nós estamos tentando respondê-la após a "segunda onda".¹⁰

O modelo de Robert Merton para a ciência, que envolve as normas para o comportamento científico, supostamente deveria oferecer uma explicação sociológica sobre como a ciência produz a verdade. Mas a "segunda onda" mostrou que não é assim que a ciência funciona. As normas não são uma boa descrição de como a ciência realmente procede. De fato, as pessoas fazem ciência de todas as maneiras diferentes possíveis, por ex-



¹⁰ COLLINS, Harry; EVANS, Robert. The Third Wave of Science Studies: Studies of Expertise and Experience. *Social Studies of Science*, Vol. 32, No. 2, 235-296 (2002), p. 242

emplo, às vezes o fazem com grande autoridade, não permitindo qualquer crítica. A ciência é muito mais complicada do que Merton a descreveu. No entanto, nós dissemos na "terceira onda", que as normas de Merton são boas normas para se viver, como um código moral. E uma norma sobre a qual se vive não tem de ser uma descrição correta sobre o modo como as pessoas vivem.

O exemplo que eu darei para este ponto é o sistema de justiça: em meu país, e eu suspeito que também no seu, as pessoas ricas sempre se saem melhor no sistema judicial quando elas vão para a Corte. Essa é a descrição correta do sistema de justiça: o sistema de justiça tende a produzir resultados melhores para as pessoas ricas, em comparação com as pobres. Mas você não diz que é assim que o sistema de justiça deve ser. Você ainda mantém a norma – como você deve se comportar – tal qual todos tenham os mesmos resultados da justiça, independente de serem ricos ou pobres. Então, você separa aquele que é o caso para o sistema de justiça, daquele que deveria ser o caso para o mesmo sistema.

Agora podemos reintroduzir as normas de Robert Merton, ao lado de outras coisas, para dizer que, se você é um cientista, esta é a maneira que você deve agir se estiver tentando fazer ciência. Se você é uma pessoa que diz: "Eu sou um cientista, mas sou um cientista que escolhe o que chamo de verdade com referência à minha crença política." Você não é mais um cientista. Para dizer que sou um cientista, eu preciso afirmar: "Eu sou um cientista, e eu só posso ser um cientista tentando reduzir a influência das minhas crenças políticas."

Não importa muito se as crenças políticas que você tem realmente influenciam as conclusões do seu trabalho, você tem de tentar reduzir a influência, pois, do contrário, a idéia de ciência é destruída. É como dizer: "Eu sou uma pessoa religiosa, mas eu não acredito em Deus." Você não pode ser uma pessoa religiosa e não acreditar em Deus – pois assim, a idéia de religião é destruída. O mesmo com a ciência: você não pode ser um cientista e dizer "Eu escolho minhas crenças científicas com respeito às minhas crenças políticas", pois isto destrói a idéia de ciência.

A última questão é sobre uma recente interpretação do seu experimento – o jogo da imitação – sobre a *expertise* interacional. Este experimento pode ser concebido como a vingança do sociólogo no que diz respeito à polêmica criada por Alan Sokal¹¹?

Não. O experimento que mostrava que eu tinha *expertise* interacional suficiente para me fazer passar por um físico de ondas gravitacionais foi escrito na NATURE para sugerir, como você disse, que foi uma vingança contra Alan Sokal. Alan Sokal, como você sabe, enganou alguns editores da *Social Text*, fazendo-os publicar uma farsa, e os editores da NATURE disseram que eu fiz o mesmo tipo de coisa que Sokal, mas isto não é verdade. Isto não foi o que eu intencionei e isto não é o que o artigo mostra. A idéia de *expertise* interacional mostra que eu realmente tenho *expertise* e que isto não é uma farsa. O ponto de uma farsa é que você não deve ter a *expertise*. E a farsa de Sokal não figuraria como uma farsa se ele realmente tivesse a *expertise* que ele fingia ter. A *expertise* interacional é uma *expertise* real, isto é, ela não é uma farsa. E este experimento não foi uma vingança contra Sokal.

Mas, de alguma maneira, sua discussão acerca da *expertise* interacional ajudou a acabar com as "Guerras na Ciência", como o senhor disse hoje em sua palestra.

Eu acho que minha experiência, meus escritos e os escritos de outras pessoas, mostraram que você pode escrever sem problemas sobre a ciência, desde um ponto de vista sociológico, sem ser um cientista. Isto não significa dizer que isto é fácil e eu ainda acredito que precisamos despender um longo tempo tentando ganhar *expertise* interacional, se você quiser fazê-lo bem. Mas você não tem que ser um cientista qualificado e contributivo para escrever uma análise sociológica da ciência. Eu acho que nós agora mostramos isso.

¹¹ N.T: Tal polêmica é conhecida na literatura corrente em sociologia da ciência como o *affair Sokal*. Esse evento resultou da submissão de um texto "fraudulento" de um conhecido físico para a revista *Social Text*. Nesse texto, Alan Sokal se fez passar por um teórico "pós-moderno", para, posteriormente, no livro *Imposturas Intelectuais*, desclassificar desde a filosofia de Derrida e Deleuze até a incipiente antropologia simétrica de Bruno Latour.

Informações e Instruções para Colaboradores

A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos no seguinte endereço: www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamento de Sociologia e Antropologia e Departamento de Ciência Política, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;

Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;

Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;

Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

Originalidade do trabalho;

Cientificidade do artigo;

Articulação das idéias e qualidade da escrita;

Adequação às normas da Revista;

Relevância da publicação.

Normas aos colaboradores da Revista Três [...] Pontos:

1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A Revista Três [...] Pontos recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios bibliográficos ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

§ Contato: revistatrespontos@fafich.ufmg.br

1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".

1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 3 mil palavras e no máximo 5 mil.

1.4. As resenhas não devem ultrapassar 5 laudas – em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, margens (todas) 2,5cm.

1.5. Os livros resenhados deverão: (1) ter lançamento recente ou (2) serem pouco conhecidos pelo público, mas ainda assim relevantes (P.Ex.: Obras Raras tornadas públicas recentemente). Em poucas palavras, recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados.

1.6. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.

NORMAS E ORIENTAÇÕES PARA FORMATAÇÃO DE ARTIGOS

1. Formatação do documento: os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

1.1. Entre linhas: um e meio (1,5).

1.2. Margens (todas): 2,5 cm.

1.3. Alinhamento: justificado.

1.4. Fonte: Times New Roman, tamanho 12.

1.5. Grifos:

- 1.5.1. Aspas (" "): apenas para metáforas, transcrições e citações.
- 1.5.2. Negrito: somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.
- 1.5.3. Sublinhado: jamais é utilizado.
- 1.5.4. Itálico: palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.
2. Estrutura do artigo: o artigo deve apresentar dois resumos, um em português e outro em inglês, também se aplicando tal norma às palavras-chave.
- 2.1. O artigo ainda deve conter as seguintes informações: o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), qual(is) período(s) está(ão) cursando, o nome da universidade. Caso pertençam a alguma linha ou projeto de pesquisa, os autores devem explicitá-los juntamente com o nome de seus professores orientadores— em caso de alunos de outra universidade, o número de registro na universidade e, caso seja(m) bolsista(s) de iniciação científica, a(s) instituição(ões) ao qual está(ão) vinculado(s) e a(s) área(s) de pesquisa. Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. O(s) colaborador(es) deve(m) especificar caso deseje(m) que o e-mail conste no trabalho.
- 2.2. Os resumos devem ser redigidos pelo próprio autor do trabalho. O resumo deve ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter cerca de 5 linhas. No caso dos resumos em inglês, a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.
- 2.3. Notas de rodapé: as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).
- 2.4. Figuras: são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.
- 2.5. Quadros: denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.
- 2.6. Tabelas: Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: CITAÇÕES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Citação de autores no texto:

- 1.1. Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:
Exemplo: (FIALHO, 2004).
- 1.2. No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:
Exemplo: "Fialho (2004) afirma"
- 1.2. No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&", no caso da menção feita entre parênteses:
Exemplos: "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";
- 1.3. Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.
Exemplo: "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";
- 1.4. Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "et al." em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:
Exemplo: "JARDIM, SUZANO, JAMIL et al. (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL et al., 1965)";
- 1.5. Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica:
Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";
- 1.6. Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.
Exemplo: "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN &

GOWANS, 1965b)";

1.7. Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

Exemplo: "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

1.8. Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina *apud* significa citado por, conforme, segundo.

Exemplos: "Silva *apud* Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA *apud* PESSOA, 1980)";

1.9. Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

Exemplos: "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

2. Transcrição textual de parte da obra:

2.1. Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

2.1.1. Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

2.1.1.1. Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de 'formação ideológica' [...]".

2.1.1.2. Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

Exemplo:

De acordo com BORGES (2003, p. 45),

"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB -estava em 36,45% em 2002".

2.2. Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes []

Exemplo: "Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade lingüística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]"

2.3. Ênfase em trechos da citação: indicar com a expressão "grifo nosso" ou "grifo do autor" entre parênteses, após a chamada da citação.

2.4. Notas de rodapé: as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.

2.5. Referências bibliográficas: para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da Revista Três [...] Pontos. As regras gerais são as seguintes:

2.5.1. Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa) / PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora / PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separa-los com "&". No caso de três ou mais autores, separa-los com ponto e vírgula ";").

Exemplo: SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

2.5.2. Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas" /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Exemplo: REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismos". *Dados*, 25, 3:275-96.

2.5.3. Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, IUPERJ/Vértice.

2.5.4. Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Exemplo: SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de

Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

2.5.5. Sites: NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso /PONTO.

Exemplo: CÂMARA DOS DEPUTADOS. <www.camara.gov.br>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2006.

OBS: Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

IMPORTANTE: Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.

Comissão Editorial – Revista Três [...] Pontos – Fafich/UFMG